



“Em pleno sertão da Bahia, junto ao rio Vaza-Barris, no vilarejo de Canudos, que crescera rapidamente dia e noite, em 1897, se concentravam os sertanejos aguerridos, afeitos às duras penas de viver junto a uma natureza agressiva...” (Olimpio de Sousa Andrade, *in* Introdução a *Canudos e Outros Temas*.)

.....

A CAMPANHA DE CANUDOS



Mesa Diretora

Biênio 2003/2004

Senador José Sarney
Presidente

Senador Paulo Paim
1º Vice-Presidente

Senador Eduardo Siqueira Campos
2º Vice-Presidente

Senador Romeu Tuma
1º Secretário

Senador Alberto Silva
2º Secretário

Senador Heráclito Fortes
3º Secretário

Senador Sérgio Zambiasi
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador João Alberto Souza
Senador Geraldo Mesquita Júnior

Senadora Serys Slhessarenko
Senador Marcelo Crivella

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim
João Almino

Carlyle Coutinho Madruga
Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 5

A CAMPANHA DE CANUDOS

Aristides A. Milton



Brasília – 2003

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Vol. 5

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto Gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2003

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70168-970 – Brasília – DF

CEEDIT@cegraf.senado.gov.br

<http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>

.....

Milton, Aristides Augusto.

A Campanha de Canudos / Aristides A. Milton -- Brasília :
Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

154 p. – (Edições do Senado Federal ; v. 5)

1. Guerra de Canudos (1897). 2. Brasil, história. I. Título.
II. Série.

CDD 981.0521

.....

.....

A CAMPANHA DE CANUDOS, DE ARISTIDES A. MILTON,
RELATO DIRETO, OBJETIVO, DOCUMENTADÍSSIMO DOS
ACONTECIMENTOS OCORRIDOS NO ALTO SERTÃO DA
BAHIA NO FIM DO SÉCULO XIX – JUNTO COM O LIVRO
CANUDOS E OUTROS TEMAS, DE EUCLIDES DA CUNHA –
MARCA A HOMENAGEM DO CONSELHO EDITORIAL DO
SENADO FEDERAL AOS 100 ANOS DE PUBLICAÇÃO DE
OS SERTÕES, OBRA-MESTRA DE EUCLIDES DA CUNHA

.....

Aristides Milton

Nasceu Aristides Augusto Milton a 29 de maio de 1848, na cidade da Cachoeira. Seus primeiros estudos foram na terra natal, sendo os secundários no Ginásio Baiano, onde teve como companheiros a Castro Alves e Rui Barbosa. Seguindo, depois, para Recife, aí se formou, pela Faculdade de Direito, em 1869. Em 1872, na Bahia, trabalhou na imprensa, como redator do Correio da Bahia. Em sua cidade natal, fundou o Jornal da Cachoeira, onde pugnou pelo desenvolvimento da cidade. Foi, também, juiz municipal, em Lençóis e em Maracás, e de Direito, no Piauí.

Em 1881, assumiu a presidência de Alagoas e, mais tarde, foi chefe de polícia de Sergipe. Ingressando na política, filiou-se ao Partido Conservador, sendo eleito deputado provincial e, de 1886-1889, deputado geral.

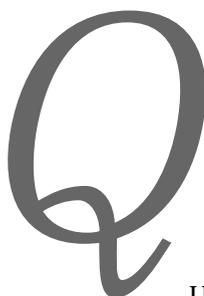
Proclamada a República, foi eleito deputado à Constituinte Federal, sendo reeleito na segunda, terceira, quarta e quinta legislaturas. A sua ação aí foi das mais profícuas, especialmente na comissão incumbida do projeto do Código Penal.

Também escritor, apreciando os estudos históricos, divulgou trabalhos de valor, como A Campanha de Canudos, A República

e a Federação no Brasil, A Constituição do Brasil, e, ainda, Efemérides Cachoeiranas, onde estão enfeixados, com um critério e honestidade inexcusáveis, os fatos mais palpitantes ocorridos na histórica cidade. Por sua terra, a que tinha profundo amor, trabalhou muito, fundando, ali, o Monte Pio dos Artistas Cachoeiranos.

Depois de uma existência gloriosa, legando ao país um nome imaculado, faleceu Aristides Milton no Rio de Janeiro, a 26 de janeiro de 1904.

ANTÔNIO LOUREIRO DE SOUSA



QUANDO O PAÍS, depois de ver jugulada a revolta de 6 de setembro, se reputava livre do pesadelo, que por longos meses o oprimira, e, restabelecidas afinal a tranqüilidade e a ordem, cria que a República estava definitivamente consolidada, graves e originais acontecimentos, ocorridos no Estado da Bahia, vieram sobressaltar o espírito público, abrindo na história do Brasil um novo sulco de lágrimas e sangue.

A mesma tendência revolucionária que, desde 1822 até 1848, trouxera pendente da sorte das armas o futuro do Império, e, predominando ora aqui, ora acolá, celebrizara esse quarto de século por uma agitação constante, e lutas fratricidas de pungitiva lembrança, havia ressurgido na plenitude de sua funesta energia para perturbar o regime, que em 1889 tinha sido inaugurado.

E se – dentre os protagonistas desses movimentos – destacavam-se caracteres que, cedendo a suas convicções políticas, eram estimulados pelo desejo de bem-servir à pátria, outros obedeciam simplesmente às sugestões do amor-próprio ofendido, e ao impulso de ambições contrariadas.

1 Este trabalho foi escrito por incumbência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como se vê da ata de sua sessão celebrada em 17 de outubro de 1897.

Como quer que fosse, às instituições recentemente adotadas imputava-se inteira a responsabilidade do prurido de *deposições*, que acometera os Estados da União, bem como dos excessos e violências, que em quase todos eles ao mesmo tempo se praticavam. Mas, a verdade é que sob a monarquia também se tinham testemunhado cenas de *deposições* e *rebeldia*, que empanaram-lhe o prestígio, comprometeram a paz pública e geraram – não raro – o desalento e o terror.

A conseqüência, portanto, a deduzir daí é que a nenhum dos dous sistemas de governo se pode com justiça atribuir os erros de que são culpados, unicamente, alguns espíritos irrequietos e certas consciências empedernidas, que aparecem aliás em todos os tempos e situações.

Opor-se-ia, além disto, à razão e à justiça estabelecer confronto entre uma época qualquer que começa a esboçar-se, através das dificuldades próprias de todas as inovações, e outra que se acha completamente desenhada, por já ter atingido a seu termo.

Em todo caso, forçoso é confessar que a campanha de Canudos, a despeito de não revelar feição partidária bem caracterizada, assinala contudo um período de grandes surpresas e reais temores para a república. E – o que mais é – tendo sido explorada por uma politicagem perversa, serviu muitas vezes de pretexto para agressões injustas ao Governo, e afrontas insensatas ao povo baiano.

Antes de tudo, entretanto, é preciso reconhecer que tão triste luta civil poderia ter irrompido durante a monarquia, visto como fora em 1864, ainda, que principiaram a se acumular os inflamáveis, cuja explosão produziu o incêndio voraz de que foi teatro o sertão de minha terra.

Não há negar – que, no início da campanha, propalou-se insistentemente – que os inimigos da república remetiam munições e armas a Antônio Conselheiro, embarcando-as na estrada de ferro Central do Brasil, com endereço à estação das Sete Lagoas, donde seguiam para seu destino. O Governo de Minas Gerais providenciou no sentido de apurar a exatidão desse fato, e a imprensa deu notícia de que um destacamento de polícia havia tiroteado com os tropeiros incumbidos daquele serviço. E por toda parte então se espalhou que Canudos era o reduto da monarquia e a guarda avançada da restauração.

É certo, porém, não se ter nunca provado que os monarquistas estivessem de inteligência com os habitantes de Canudos; pelo contrário, se liquidou que não passava de balela o boato, que circulara, de haverem muitos dentre eles enviado somas avultadas ao Conselheiro, em cujo acampamento alguns até deveriam se encontrar.

Não contesto que os monarquistas anelassem a vitória dos fanáticos, na esperança de tirar dela proveito assaz apreciável; mas, na essência, a questão era outra.

Um homem alucinado pela doutrina religiosa, que ele próprio criara, alterando a seu talante a ortodoxia aprendida de seus pais, conseguiu fanatizar uma população numerosa, pela qual era tido em conta de apóstolo insubstituível, e verdadeiro inspirado de Deus.

É exato que ele atacava a república, menos porém pela pretensão de restaurar a monarquia do que pela vontade de ver ainda estabelecidos os institutos, como – por exemplo – o do casamento religioso, que a Constituição de fevereiro havia substituído, incorrendo por isto no desagrado dos tradicionalistas impenitentes.

O Conselheiro hostilizava a república por ter esta decretado a separação do Estado e da Igreja, medida repelida por quantos não aprofundaram jamais os ensinamentos de Cristo, ou não têm forte e enraizada a sua fé.

Ele se insurgia contra a república, porque esta ousara enfrentá-lo em Maceté, dando assim o sinal de que não reconhecia aquele estado no estado, constituído à sombra de uma tolerância imperdoável, em menoscabo das autoridades e da lei.

Cumpre, porém, reconhecer que era preciso ser um homem fora do comum para se impor à multidão por meio da palavra e do gesto, como Antônio Conselheiro o fazia, a despeito de faltar-lhe a eloquência dos oradores de escol, e a majestade grandiosa dos profetas bíblicos.

Envergando uma túnica de pano comum e cor azul, com a barba e os cabelos intonsos, arrimado a um nodoso bastão, mostrando nas faces a palidez dos ascetas, e nos pés trazendo as sandálias de peregrino, o fanático de Canudos vivia rodeado de centenas de admiradores e prosélitos.

Assim das cercanias desse lugar, como de pontos mais afastados, até onde chegava a fama do *santo*, vinham troços de homens e mulheres, velhos e crianças, doentes e sãos, com o fim de ouvir e consultar ao *Bom Jesus*, nome por que era tratado o Conselheiro, o qual não passava de um louco, de um sonhador das cousas do Céu. Quase todos, carregados de imagens, acurvados debaixo dos andores, cantando – pelas estradas – ladainhas e salmos; cada um querendo haurir no verbo de tão singular personagem a esperança e o consolo, como beber-lhe nos exemplos a lição da prece e da tenacidade.

“Alguma cousa, mais do que a simples loucura de um homem, era necessária para este resultado, e essa alguma cousa é a psicologia da época e do meio, em que a loucura de Antônio Conselheiro achou combustível para atear o incêndio de uma verdadeira epidemia vesânica.”²

Ao nascente arraial, portanto, vinham ter quase todos os dias grandes caravanas, compostas de pessoas crédulas e simples, procedentes de Mundo Novo, Entre-Rios, Inhambupe, Tucano, Cumbe e outros pontos, as quais se constituíam logo após discípulos e defensores da nova seita.

Muitas dentre elas tinham deixado, sem o mínimo pesar, o sítio em que habitavam desde a infância; abandonando, sem saudades, o lar e a família; e todas aspiravam à felicidade de pertencer às falanges do fanático, por ele educadas a princípio na escola do misticismo e da reza, convertidas depois em centro de reação e aventuras.

Realizava-se, destarte, uma das leis que regem a psicologia das multidões; fazia-se sentir, assim, a influência indiscutível da imitação.

Os desordeiros, que tinham combatido alhures às ordens do famigerado *Volta Grande*, bem como os que haviam fugido das Lavras Diamantinas, acossados por autoridades cumpridoras do seu dever, formaram afinal o grosso das forças do Conselheiro.

Eram todos eles, mais ou menos, do tipo de João Abade, Macambira e Pajeú; de uma valentia assombrosa; afeitos à vida dos sertões agrestes; habituados a encarar a morte com afoiteza e desdém. Como é corrente, o sertanejo possui uma organização robusta, e uma capacidade

2 Dr. Nina Rodrigues – *Revista Brasileira*, 3º ano, tomo XI.

de resistência, que pasmam; distingue-se por uma energia francamente indômita.

Verdadeira raça de heróis, dignos de outros ideais, merecedores de mais nobre e levantado destino!

Atraídos, no entanto, por informações exageradas, e convites instantes que recebiam, parentes e amigos dos que estavam já instalados em Canudos, iam se reunindo a estes, com entusiasmo e fervor. Contribuía também para aumentar a população do arraial a grande leva de criminosos, que se lhe vinham incorporar, persuadidos de que por esse modo evitavam a punição de seus delitos, por nada poderem contra o Conselheiro a polícia e a justiça do país. O povoado crescia a olhos vistos, e se transformara numa cidade, contando para cima de 5.000 prédios.

Mas, o intuito, que levava a Canudos a maior parte dessa gente, fora o de aprender a praticar as cousas santas; o principal móvel que a inspirava era, com certeza, a conquista da salvação eterna. O Conselheiro a todos acolhia bondosamente, e lhes aceitava os donativos e presentes, dando às vezes por escambo *sortes* de terra, que deveriam ser cultivadas em benefício comum. Dominava ele e superintendia tudo, desde o santuário até à última das choupanas, e era servido sempre com obediência e presteza.

Desse concerto de tantas vontades, entregues e submetidas à influência e direção de uma só, decorreram surpreendentes efeitos, cuja importância bem se pôde – dentro em pouco – aquilatar, e que teriam pasmado o mundo inteiro se houvesse por acaso ocorrido em outro país.

Prevendo eventualidades, que a rebeldia de sua atitude positivamente provocava, os habitantes de Canudos trataram de se garantir contra qualquer movimento, que visasse persegui-los ou desalojá-los. E daí procedeu que eles edificaram suas casas, atendendo a um plano de defesa, mais ou menos estratégico; e se premuniram de munições e armas, que nos momentos oportunos tornariam mais eficazes a sua abnegação e valentia.

E foi desse modo que se formou aquela nova Vendéia, comparável à da França pelos acidentes topográficos, que ambas ofereciam, natureza especial do solo, devotamento cego a uma superstição e a um

erro, pretexto religioso também como justificativa de uma conduta anti-patriótica, insensata e criminosa afinal.

Para ser mais perfeita a semelhança, que assim fica indicada, o *jagunço*³ baiano usava de processo igual ao dos insurretos da gleba francesa. Ele *caçava* os soldados republicanos de dentro dos matagais onde costumava se ocultar, como os outros tinham atacado o Exército nacional, a fuzil, “de cima das escarpas, através das sebes traiçoeiras; tendo-o quase prisioneiro em verdadeiros calabouços de pedra: de um lado e outro a linha violenta e escabrosa dos despenhadeiros, além o catingal espesso, impenetrável, prenhe dos mistérios horríveis da emboscada e da morte”.

Urgia, contudo, fazer tal gente entrar na ordem econômica e jurídica; tornava-se imprescindível que cessasse de uma vez essa ameaça constante à paz pública.

Quem era, no entanto, esse homem que aos 60 anos de idade congregava em torno de sua individualidade tão grandes elementos de ação e reação? Donde tinha vindo? De que meios usava para se fazer amar e servir? O que pretendia, insurgindo-se contra os poderes políticos da nação? Como conseguira ser o herói dessa epopéia, cujas estrofes o fragor das tempestades há de repetir por muitos anos, penetrando até às frinchas das serras que alcantilam o norte da Bahia?

Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido depois por Antônio Conselheiro, nascera em Quixeramobim, da antiga província do Ceará. Descendia de uma família, cujos membros – na maior parte – sofriam de alienação mental. Seu pai – Vicente Mendes Maciel – fora um dos célebres Maciéis, *cuja coragem tornara lendário esse nome declinado na história criminal daquele Estado; era negociante, homem bonito, a tez ligeiramente morena, vigoroso e inteligente, mas retraído, taciturno, mau, e perigosamente desconfiado, bem que muito cortês, obsequioso e honrado. Tinha momentos terríveis de cólera, principalmente se tocava em álcool. Era de uma valentia indômita, e meio surdo.*⁴ A mãe de Antônio Conselheiro chamava-se Maria Maciel, mas era geralmente conhecida pelo apelido de *Maria Chana*.

3 *Jagunço* é o indivíduo que vive habitualmente envolvido em desordem, por conta própria ou alheia.

4 João Brígido, *Publicações diversas* págs. 108 a 109.

Depois de ter deixado a escola primária, Antônio Vicente, que era de índole dócil, inteligente e avesso aos prazeres, havia iniciado o estudo da língua latina, e duvidoso não é que lograsse aproveitar do ensino de seus professores, porquanto dispunha de certa cultura que de muito lhe valeu no desempenho do papel que escolhera para alcançar nomeada.

Um médico ilustrado escrevia, em 1897:

“Antônio Conselheiro é seguramente um simples louco. Mas, essa loucura é daquelas, em que a fatalidade inconsciente da moléstia registra com precisão instrumental o reflexo, senão de uma época, pelo menos do meio em que elas se geraram.” E acrescentava: “a cristalização do delírio de Antônio Conselheiro, no terceiro período de psicose progressiva, reflete as condições sociológicas do meio em que se organizou”.⁵

Antônio Maciel, porém, se casara em tempo com uma parenta, filha de Francisca Maciel, irmã de seu pai. Não foi, todavia, feliz em seu lar. Desavindo-se com a sogra, liquidou sua casa comercial, e transferiu-se em 1859 para Sobral, onde serviu de caixeiro e, depois, de escrivão de paz. Daí, se passou para Ipu, sua mulher foi raptada pelo sargento João de Melo, comandante do destacamento de linha, o qual entretanto deixou-a morrer esmolando em Sobral.

Antônio Maciel, não querendo ser testemunha de sua própria vergonha, se retirou com destino à cidade de Crato. Mas, passando pelo lugar denominado Paus Brancos, demorou-se em casa de seu cunhado, Lourenço Correia Lima, a quem – durante um acesso de loucura – levemente feriu. Do Crato partiu para a província, hoje Estado, da Bahia, onde entrou pela primeira vez em 1874.

Fizera toda a viagem por terra.

A pouco e pouco, foi o Conselheiro executando o plano que tinha traçado, e graças à sua habilidade e boa fortuna, chegara a captar simpatias e admiração quase gerais, em uma larga faixa da zona sertaneja. É que ele observava um regime sóbrio, senão fortificante, o que sempre maravilha, por ser exceção. Só comia cereais, repousava não raro

5 *Revista Brasileira*, tomo XI, “Estudo” pelo Dr. Nina Rodrigues.

sobre o chão, não recebia de esmola senão a quantia de que restritamente precisasse.

Padres houve, que lhe cederam o púlpito de suas igrejas, para que daí doutrinasse ele as multidões ignaras: fato aliás condenado por uma *pastoral* do arcebispo metropolitano.

E, de 1874 até 1876, Antônio Conselheiro assim viveu.

Nesse último ano, porém, o delegado do termo de Itapicuru requisitou do chefe de polícia da província a força necessária para conter Antônio Conselheiro e seus sequazes, que estavam cometendo excessos de toda natureza, tendo mesmo alguns dentre eles insultado a primeira autoridade da comarca.

Satisfeita a requisição aludida, foi efetuada a diligência, conforme se verá do ofício, que passo a copiar:

“*Delegacia da vila de Itapicuru, 28 de junho de 1876* – Ilmo. Sr. – Ao Sr. Alferes Diogo Antônio Bahia, comandante da força que V. S. remeteu a esta vila por minha requisição, não só para manter a ordem e o respeito devidos à autoridade, como para conduzir o preso Antônio Vicente Mendes Maciel, entreguei não só o mesmo preso, como ainda o outro, de nome Paulo José da Rosa, que se achavam aqui detidos por ordem de V. S. para serem remetidos à secretaria, segundo me ordenou em ofício de 15 de abril último.

“Em presença da força, desistiram os fanáticos do plano entre eles combinado da desmoralização à autoridade, pois só essa providência os faria conter desse propósito; sendo certo que agora propalam – que farão na volta do seu santo Antônio, como chamam o primeiro dos presos; o que contam por certo.

“À vista desse mau plano que, em face das circunstâncias, executarão, peço a V. S. para dar providências, a fim de que não volte o dito fanatizador do povo ignorante; e creio que V. S. assim o fará, porque não deixará de saber da notícia, que há meses apareceu, de ser ele criminoso de morte na província do Ceará.

“Também aproveito a ocasião para remeter a V. S. pelo mesmo alferes os indivíduos de nomes José Manuel e Estêvão; o primeiro recrutei para o exército, visto não apresentar isenção alguma, não ter pai e mãe, e não ter emprego nenhum conhecido, senão o de larápio; pois

há poucos dias furtou a uma pobre viúva 60\$, que ela reservava de suas economias para suas precisões, e os deu quase todo a mulheres perdidas. E segundo, por denúncia que tive de ser cativo de uma viúva, residente no Porto da Folha, na província de Sergipe, e andar aqui constantemente embriagado, e insultando as autoridades, como há pouco acaba de praticar com o Dr. Juiz de direito desta comarca.

“Esses indivíduos são fanatizados, e partidários do preso Antônio Vicente Mendes Maciel.

“Deus guarde a V. S. Ilmo. Sr. Dr. João Bernardes de Magalhães, m.d. chefe de polícia desta província. – O delegado em exercício, *Francisco Pereira da Assunção.*”

Com o fim de averiguar a procedência da imputação que se fazia ao Conselheiro, enviou-o logo depois o chefe de polícia da Bahia ao seu colega do Ceará, como consta do officio a seguir:

“Secretaria da polícia da província da Bahia, em 5 de junho de 1876 – 2ª secção – Nº 2.182 – Ao dr. Chefe de polícia do Ceará.

“Faço apresentar a V. S. o indivíduo, que se diz chamar Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido por *Antônio Conselheiro*, que suspeito ser algum dos criminosos dessa província, que andam foragidos.

“Esse indivíduo apareceu ultimamente no lugar denominado Missão da Saúde, em Itapicuru, e aí, entre gente ignorante, disse-se enviado de Cristo, e começou a pregar, levando a superstição de tal gente ao ponto de um fanatismo perigoso.

“Em suas prédicas plantara o desrespeito ao vigário daquela freguesia e, cercado de uma multidão de adeptos, começara a desassossegar a tranquilidade da população.

“Em virtude da reclamação, que recebi do exm. Sr. Vigário capitular, contra o abusivo procedimento desse indivíduo, que ia, além de tudo, embolsando os dinheiros com que, crédulos, iam lhe enchendo as algibeiras os seus fiéis, mandei-o buscar à capital, onde obstinadamente não quis responder ao interrogatório que lhe foi feito, como verá V. S. do auto junto. Era uma medida de ordem pública de que não devia eu prescindir.

“Entretanto, se porventura não for ele aí criminoso peço em todo o caso a V. S. que não perca de sobre ele as suas vistas, para que

não volte a esta província, ao lugar referido, para onde a sua volta trará certamente resultados desagradáveis, pela exaltação em que ficaram os espíritos dos fanáticos com a prisão do seu ídolo. – *J. B. de Magalhães.*”

O chefe de polícia do Ceará, decorridos que foram alguns meses, gastos em pesquisas, respondeu – “que não poderá conservar preso o Conselheiro, por não se achar este ali processado, nem ter cometido crime algum”.

Mas, antes de ser conhecido esse fato, a imaginação popular se expandiu, compondo os mais curiosos e sensacionais romances.

Assim é que nuns contava-se – que Antônio Conselheiro, involuntariamente embora, matara a própria mãe, no momento em que esta, disfarçada de trajés masculinos, batia – por alta noite – à janela da alcova da nora, procurando com semelhante ardil demonstrar ao filho – que a esposa lhe era infiel.

Em outros romances, relata-se – que o fanático cearense assassinará a consorte, impellido por suspeitas, que os acontecimentos de nenhum modo justificaram.

De maneira que a vida original do Conselheiro era tomada por muita gente à conta de expiação e penitência.

Certo é que, uma vez restituído à liberdade, Antônio Maciel voltou para o antigo teatro de suas façanhas, a continuar na mesma vida de agitação e prédica. Percorreu ele então várias localidades da Bahia, demorando-se mais tempo em Monte Santo, Cumbe, Bom-Conselho e Maçacará. Por toda parte, entretanto, conquistava a nomeada especial de *beato*, pois consumia quase todo o seu tempo na edificação de igrejas e cemitérios. Além disto, conseguira levantar – na comarca de Itapicuru – um novo povoado a que pusera o nome de Bom Jesus.

Foi por ocasião de achar-se o Conselheiro aí, que o delegado de polícia respectivo dirigiu ao chefe de polícia da Bahia este curioso officio:

“Vila de Itapicuru, 10 de novembro de 1876 – Delegacia de polícia.

“Ilmo. sr. – É de meu dever levar ao conhecimento de V. S. que, no arraial do Bom Jesus, existe uma súcia de fanatizados e malvados que põem em perigo a tranqüilidade pública. Há 12 anos, pouco mais ou menos, com pequenas interrupções, fez sua residência neste

termo Antônio Vicente Mendes Maciel, vulgo *Antônio Conselheiro*, que, por suas prédicas, tem abusado da credulidade dos ignorantes, arrastando-os ao fanatismo.

“Havendo suspeitas de que ele fosse criminoso no Ceará, província de seu nascimento, foi no ano de 1876 preso por ordem do dr. Chefe de polícia daquela época e para ali remetido. Regressando pouco depois, fez neste termo seu acampamento, e presentemente está no referido arraial construindo uma capela a expensas do povo. Conquanto esta obra seja de algum melhoramento, aliás dispensável para o lugar, todavia os excessos e sacrifícios não compensam este bem, e, pelo modo por que estão os ânimos, é mais que justo e fundado o receio de grandes desgraças.

“Para que V. S. saiba quem é Antônio Conselheiro, basta dizer que é acompanhado por centenas e centenas de pessoas, que ouvem-no e cumprem suas ordens de preferência às do vigário desta paróquia. O fanatismo não tem mais limites, e assim é que, sem medo de erro e firmado em fatos, posso afirmar que adoram-no como se fosse um deus vivo. Nos dias de sermões e terço, o ajuntamento sobe a mil pessoas. Na construção dessa capela, cuja féria semanal é de quase cem mil-réis, décuplo do que devia ser pago, estão empregados cearenses, aos quais Antônio Conselheiro presta a mais cega proteção, tolerando e dissimulando os atentados que cometem, e esse dinheiro sai dos crédulos e ignorantes, que, além de não trabalharem, vendem o pouco que possuem e até furtam para que não haja a menor falta, sem falar nas quantias arrecadadas que têm sido remetidas para outras obras do Choroxó, termo de Capim Grosso. É incalculável o prejuízo que a esta terra tem causado Antônio Conselheiro. Entre os operários figura o cearense Feitosa, como chefe, que com os demais fanatizados fizeram do referido arraial uma praça de armas, intimando a cidadãos, como o negociador Miguel de Aguiar Matos, para mudarem-se do lugar com sua família, em 24 horas, sob pena de morte. Havendo desinteligência entre o grupo de Antônio Conselheiro e o vigário de Inhambupe, está aquele municiado como se tivesse de ferir uma batalha campal, e consta que estão à espera que o vigário vá ao lugar denominado Junco para assassiná-lo. Faz medo aos transeuntes passarem por ali, vendo aqueles malvados munidos de cace-

tes, facas, facões, clavinotes, e ai daquele que for suspeito de ser infenso a Antônio Conselheiro!

“Nenhum dos vigários das freguesias limítrofes tem consentido nos lugares de sua jurisdição esta horda de fanáticos, só o daqui a tem tolerado, e agora é tardio o arrependimento, porque sua palavra não será ouvida. Há pouco, mandando chamá-lo para pôr a termo a este estado de cousas, a resposta que lhe mandou Antônio Conselheiro, foi – que não tinha negócios com ele; e não veio. Consta que os vigários das freguesias têm lido a pastoral do exm. sr. Arcebispo, proibindo os sermões e mais atos religiosos de Antônio Conselheiro, e exortando o povo para o verdadeiro caminho da religião: nesta ainda não foi lida, sem dúvida pelo receio que tem o vigário de se revoltarem contra ele os fanatizados.

“O cidadão Miguel de Aguiar Matos, com outros, tem vindo pedir providências, as quais tenho deixado de dar por não contar com força suficiente para empreender esta diligência, que, se for malograda, piores serão ainda os resultados.

“Cumprir dizer que Antônio Conselheiro, que veste uma camisola de pano azul, com barbas e cabelos longos, é malcriado, caprichoso e soberbo.

“Não convindo esta ameaça constante ao bem público, e antes cumprindo prevenir atentados e desgraças, solicito de V. S. um destacamento de linha para dispersar o grupo de fanáticos. Renovo a V. S. os meus protestos da mais subida estima, consideração e respeito. Deus guarde a V. S. – Ilmo. Sr. Dr. Domingos Rodrigues Guimarães, m. d. chefe de polícia desta província. – *Luís Gonzaga de Macedo.*”

Embora nenhum fato positivo houvesse ainda denunciado, por parte do Conselheiro, intentos verdadeiramente criminosos, bem certo é – que os fazendeiros e proprietários, residentes na zona por ele freqüentada, mostravam-se receosos e alarmados. Nem era, certamente, para tranquilizar a grande comitiva de Antônio Conselheiro, formada exclusivamente de pessoas fanatizadas, entre as quais ele dominava como mestre infalível, e senhor absoluto.

“Em peregrinações religiosas e atitude pacífica, em começo, esses grupos, crescendo dia a dia pelo contágio do fanatismo, entregavam-se por último à prática de crimes, perturbavam a ordem pública,

impediam à mão armada a cobrança de impostos, invadiam e saqueavam várias fazendas, e ameaçavam povoações.”⁶

Realmente, não tardou muito – que os sectários do suposto profeta, abandonando a sua primitiva posição de simples adoradores do Bom Jesus, como ao Conselheiro denominavam, se convertessem todos numa legião de jagunços, que foram praticando por aqueles arredores vários atos infringentes da lei.

Daí procedeu que, em 1893, foi mandada ao encontro de Antônio Conselheiro, uma força de 35 praças de polícia, comandadas pelo tenente Virgílio de Almeida. Mas essa diligência, bem como outra de mesma natureza que se lhe seguiu, e finalmente uma terceira constante de 80 praças de linha, produziram – todas – resultado negativo.⁷

Corria o ano de 1893, quando Antônio Conselheiro, após um encontro, em Maceté, com certo destacamento policial do que se originaram mortes de parte à parte, parou definitivamente em Canudos, então simples fazenda de gado, tendo apenas a casa do vaqueiro, se bem que servida por diversas estradas, por onde podiam transportar-se recursos de todo gênero, e situada à margem do Vaza-Barris, na comarca de Monte Santo.

É de crer – que o Conselheiro muito de indústria preferisse esse lugar, porquanto ao primeiro relance se impunha como um ponto natural e vantajosamente estratégico.

O bando fanatizado, contudo, se bem que já incutisse certo temor, ocupou-se em Canudos da edificação de uma pequena capela para cujas obras o seu chefe pedia – sem cessar – o concurso do povo; assegurando – que quantos o coadjuvassem no seu empenho, com esforço pessoal ou com dinheiro, seriam perdoados dos seus pecados por Deus, de quem ele se inculcava emissário especial e representante na Terra.

Como, em todo o caso, não tivessem cessado os receios de atentados, que de uma hora para outra aquela gente aglomerada e destemida poderia praticar, e, do mais, tivessem fracassado as diligências or-

6 Relatório do chefe de polícia da Bahia, em 1898, pág. 4.

7 Ainda em 1897, um grupo de *jagunços* do Conselheiro prendera, em Choroxó, Horácio Pacheco de Meneses, juiz de paz; e, depois de o ter feito andar 60 quilômetros, o pôs em liberdade mediante 6:200\$, por quanto o resgatou.

ganizadas para chamá-la ao dever, o Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima, que era a esse tempo governador da Bahia, cogitou noutro meio que se lhe afigurava mais eficaz e adequado ao fim que se visava então.

E com esse nobilíssimo propósito se entendeu com o prelado da arquidiocese, ficando entre os dois assentada a ida do capuchinho fr. João Evangelista de Monte Marciano, a quem foi cometida a missão de fazer o Conselheiro tornar com sua gente para o grêmio da Igreja, e obediência às leis e autoridades do país.

Desde o dia 13 até 21 de maio de 1895, o digno religioso permaneceu no arraial de Canudos.

Mas, infelizmente, não logrou ele realizar seus intuitos, e todo o trabalho, que então despendera, se esterilizou diante da teimosia e da ignorância que os fanáticos ostentavam.

Muito melhor, porém, do que eu poderia fazê-lo, o próprio fr. João vai narrar o ocorrido, como se verá do seu relatório, que eu tomo a liberdade de registrar aqui:

“*Exm. e Revmo. Sr.* – Não ignora V. Ex. Revma. que o Exm. e Revmo. Sr. Arcebispo, nas vésperas de sua viagem para a visita *ad limina apostolorum*, confiou-me a árdua missão de ir ao povoado de Canudos, freguesia do Cumbe, onde se estabeleceu o individuo conhecido vulgarmente por Antônio Conselheiro, a fim de procurar pela pregação da verdade evangélica, e apelando para os sentimentos da fé católica, que esse individuo diz professar, chamá-lo e aos seus infelizes asseclas aos deveres de católicos e de cidadãos, que de todo esqueceram, e violam habitualmente com as práticas as mais extravagantes e condenáveis, ofendendo a religião e perturbando a ordem pública. Compreendendo bem as graves dificuldades da tarefa, aceitei-a como filho da obediência, e confiado só na misericórdia e no poder infinito d’Aquele que, para fazer o bem, serve-se dos mais fracos e humildes instrumentos, e não cessa de querer que os mais inveterados pecadores se convertam e se salvem.

“Munido, então, de faculdades e poderes especiais, segui acompanhado de um outro religioso – fr. Caetano de S. Léu; e, hoje, desempenhada como nos foi possível a incumbência recebida, venho relatar minuciosamente a v. ex. revma. o que observamos, e qual o resultado dos nossos esforços, em parte frustrados, para que tenha V. Ex. Revma.

ciência de tudo, e providencie como for conveniente, na qualidade de governador do arcebispado.

“Principiarei por dizer – que partindo a 26 de abril, só a 13 de maio conseguimos entrar no povoado de Canudos, apesar do nosso empenho em transportar-nos o mais depressa possível. As dificuldades em obter condução e se encontrar agasalho nas estradas, e guias conhecedores do caminho, retardaram a viagem, forçando-nos uma demora de muitos dias no Cumbe, que ainda fica a 18 léguas de Canudos.

“Ainda tão distantes, já deparávamos os prenúncios da insubordinação e da anarquia de que íamos ser testemunhas, e que se fazem sentir por muitas léguas em derredor do referido povoado.

“Três léguas antes de chegar ao Cumbe, avistamos um numeroso grupo de homens, mulheres e meninos, quase nus, aglomerados em torno de fogueiras, e, acercando-nos deles, os saudamos; perguntando-lhes eu – se era aquela a estrada que conduzia ao Cumbe.

“Seu primeiro movimento foi lançar mão de espingardas e facões, que tinham de lado, e juntarem-se todos em atitude agressiva. Pensando acalmá-los, disse-lhes que éramos dois missionários que se tinham perdido na estrada, e queriam saber se era longe a freguesia. Responderam: *não sabemos, perguntem ali*; e apontaram uma casa vizinha.

“Era uma guarda avançada de Antônio Conselheiro, essa gente que havíamos encontrado.

“Anunciada, no Cumbe, à missa conventual do domingo, 5 de maio, a missão que íamos dar em Canudos, não foi para os habitantes desse povoado uma surpresa a nossa chegada, no dia 13 às 10 horas da manhã.

“A fazenda Canudos dista duas léguas do Riacho das Pedras, no lado oposto à serra Geral. A uma légua de distância, o terreno é inculto, porém ótimo para a criação miúda, principalmente nas cheias do rio Vaza-Barris.

“Um quilômetro adiante descobre-se uma vasta planície muito fértil regada pelo rio, na baixa de um monte, de cuja eminência já se avistam a casa antiga da fazenda Canudos, a capela edificada por Antônio Conselheiro, e as misérrimas habitações dos seus fanatizados discípulos.

“Passado o rio, logo se encontram essas casinhas toscas, construídas de barro e cobertas de palha, de porta, sem janela, e não arruadas. O interior é imundo, e os moradores, que – quase nus – saíam fora a olhar-nos, atestavam, no aspecto esquelético e quase cadavérico, as privações de toda espécie que curtiam. Vimos depois a praça, de extensão regular, ladeada de cerca de 12 casas de telha, e nas extremidades – em frente uma à outra – a capela e a casa de residência de Antônio Conselheiro. À porta da capela, e em vários pontos da praça, apinhavam-se perto de 1000 homens, armados de bacamarte, garrucha, facão, etc., dando a Canudos a semelhança de um acampamento de beduínos.

“Eles usam camisa, calça e blusa de azulão, gorro azul à cabeça, alpercatas nos pés. O ar inquieto e o olhar, ao mesmo tempo, indagador e sinistro, denunciavam consciências perturbadas e intenções hostis.

“Alojamo-nos numa casa de propriedade do Revmo. vigário do Cumbe, que nos acompanhava e ali não havia voltado, desde que – há cerca de um ano – sofrera grande desacato. Logo após a nossa chegada, no decurso apenas de duas horas, pude ver o seguinte, que dá a medida do abandono e desgraça, em que vive aquela gente: passaram a enterrar oito cadáveres, conduzidos por homens armados, sem o mínimo sinal religioso. Ouvi também – que isso é um espetáculo de todos os dias, e que a mortalidade nunca é inferior, devido às moléstias contraídas pela extrema falta de asseio e penúria dos meios de vida, o que dá lugar até a morrerem de fome.

“Refeitos um pouco da nossa penosa viagem, dirigimo-nos para a capela, onde se achava então Antônio Conselheiro, assistindo aos trabalhos de construção. Mal nos perceberam, os magotes de homens armados cerraram fileiras junto à porta da capela; e, ao passarmos, disseram todos – *louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo*: saudação freqüente e comum, que só recusam em rompimento de hostilidades.

“Entrando, achamo-nos em presença de Antônio Conselheiro, que saudou-nos do mesmo modo.

“Vestia túnica de azulão, tinha a cabeça descoberta, e empunhava um bordão. Os cabelos crescidos, e sem nenhum trato, a caírem sobre os ombros; as hisurtas barbas grisalhas, mais para brancas, olhos fundos, raras vezes levantados para fitar alguém; o rosto comprido, e de uma palidez quase cadavérica, o porte grave e ar penitente: davam-lhe

ao todo uma aparência que não pouco teria contribuído para enganar e atrair o povo simples e ignorante em nossos sertões.

“As primeiras palavras que trocamos foram sobre as obras, que se construíam, e ele convidou-nos a examiná-las, guiando-nos a todas as divisões do edifício.

“Chegados ao coro, aproveitei a ocasião de estarmos quase sós, e disse-lhe – que o fim que eu ia era todo de paz, e que assim muito estranhava só enxergava ali homens armados; e não podia deixar de condenar que se reunissem num lugar tão pobre tantas famílias entregues à ociosidade, e num abandono e miséria tais, que diariamente se davam de oito a nove óbitos.

“Por isso, de ordem e em nome do Sr. Arcebispo, ia abrir uma santa missão, e aconselhar o povo a dispersar-se, e a voltar aos lares e ao trabalho, no interesse de cada um e para o bem geral.

“Enquanto dizia isto, a capela e o coro enchiam-se de gente, e ainda não acabara eu de falar, já eles a uma voz clamavam: *Nós queremos acompanhar o nosso Conselheiro*. Este os fez calar, e, voltando-se para mim, disse:

“É para minha defesa que tenho comigo estes homens armados, porque V. Revma. há de saber – que a polícia atacou-me, e quis matar-me no lugar chamado Maceté, onde houve mortes de um lado e outro lado.

“No tempo da monarquia deixei-me prender, porque reconhecia o Governo; hoje não, porque não reconheço a república.’

“Senhor”, repliquei eu, “se é católico, deve considerar que a Igreja condena as revoltas, e, acatando todas as formas de Governo – ensina que os poderes constituídos regem os povos em nome de Deus.

“É assim por toda parte. A França, que é uma das principais nações da Europa, foi monarquia por muitos séculos; mas há mais de 20 anos é república: e todo o povo, sem exceção dos monarquistas de lá, obedece às autoridades e às leis do governo.

“Nós mesmos, aqui no Brasil, a principiar dos bispos até ao último católico, reconhecemos o Governo atual. Somente vós não que-reis sujeitar? É mau pensar esse, é uma doutrina errada a vossa.’

“Interrompeu-me um da turba, gritando com arrogância: *V. Revma. é quem tem uma doutrina falsa, e não o nosso Conselheiro.* Desta vez o velho impôs silêncio, e por única resposta me disse: *Eu não desarmo a minha gente, mas também não estorvo a santa missão.*

“Não insisti no assunto, e, acompanhados da multidão, saímos todos, indo escolher o lugar para a latada e providenciar para que no dia seguinte principiassem os exercícios.

“Feito isso, e quando me retirava, os fanáticos levantaram estrondosos vivas à Santíssima Trindade, ao Bom Jesus, ao Divino Espírito Santo, e ao Antônio Conselheiro.

“Missionando em várias freguesias vizinhas, eu havia já colhido informações sobre Antônio Conselheiro e seus principais sectários; mas estando entre eles, quis – antes de dar princípio à minha pregação – averiguar o que realmente eles eram, e o que faziam.

“Do que vi e ouvi apurei o que passo a registrar, para que se aprecie melhor o ocorrido.

“Antônio Conselheiro, cujo nome de família é Antônio Vicente Mendes Maciel, cearense, de cor branca tostada ao sol, magro, alto de estatura, tem cerca de 65 anos, e pouco vigor físico, parecendo sofrer alguma afecção orgânica, por frequentes e violentos acessos de tosse a que é sujeito.

“Com uma certa reputação de austeridade de costumes, envolvem-no também, e concorrem para aumentar a curiosidade de que é alvo e o prestígio que exerce, umas vagas mas insistentes suposições da expiação rigorosa de um crime cometido, aliás em circunstâncias atenuantes.

“Ninguém pode falar-lhe a sós, porque seus pretorianos não o deixam, ou receando pela vida do chefe, ou para não lhes escapar nenhum de seus movimentos e resoluções. Antônio Conselheiro, inculcando zelo religioso, disciplina e ortodoxia católica, não tem nada disto; pois contesta o ensino, transgride as leis, e desconhece as autoridades eclesiásticas, sempre que de algum modo lhe contrariam as idéias ou caprichos; e, arrastando por esse caminho os seus infelizes sequazes, consente ainda que eles lhe prestem homenagens que importam em culto, e propalem em seu nome doutrinas subversivas da ordem, da moral e da fé.

“Os aliciadores da seita se ocupam em persuadir ao povo de que todo aquele que quiser se salvar precisa vir para Canudos, porque nos outros lugares tudo está contaminado e perdido pela república; ali, porém, nem é preciso trabalhar: é a terra da promessa, onde corre um rio de leite, e são de cusuz de milho os barrancos.

“Quem tiver bens disponha deles, e entregue o produto da venda ao *bom* Conselheiro, não reservando para si mais do que um vintém em cada 100\$. Se possuir imagens traga-as para o santuário comum.

“O que seguir isto à risca terá direito a vestuário e ração, e contam-se em tais condições para mais de 800 homens e 200 mulheres no séquito do conhecido fanático.

“As mulheres se ocupam em preparar a comida, coser, e enfiar os gorros de que usam os homens; e à noite vão cantar benditos na latada, acendendo fogueiras quando é tempo de frio.

“Os homens estão sempre armados, e dia e noite montam guarda a Antônio Conselheiro; parecem idolatrá-lo e cada vez que ele transpõe o limiar da casa em que mora, é logo recebido com ruidosas aclamações, e vivas à Santíssima Trindade, ao Bom Jesus e ao Divino Espírito Santo.

“Entre essa turba desorientada há vários criminosos, segundo me afirmaram, citando-se até os nomes, alguns dos quais eu retive, como o de João Abade, que é ali chamado o *chefe do povo*, natural de Tucano, réu de dois homicídios, e o de José Venâncio, a quem atribuem dezoito mortes.

“O *santo homem* fecha os olhos a estas *travessuras*, e acolhe os *inocentes*, para que não os venha a perder a república!

“Quanto a deveres e práticas religiosas, Antônio Conselheiro não se arroga nenhuma função sacerdotal, mas também não dá jamais o exemplo de aproximar-se dos sacramentos; fazendo crer com isto que não carece deles, nem do ministério dos padres: e as cerimônias do culto a que preside, e que se repetem mais a miúdo entre os seus, são mescladas de sinais de superstição e idolatria, como é – por exemplo – o chamado *beijo* das imagens, a que procedem com profundas prostrações, e culto igual a todas, sem distinção entre as do Divino Crucificado e da Santíssima Virgem e quaisquer outras.

“Antônio Conselheiro costuma reunir, em certos dias, o seu povo para dar-lhes *conselhos*, que se ressentem sempre do seu fanatismo em assunto de religião, e da sua formal oposição ao atual regime político; mas, ou para mostrar diferença com o missionário, ou por ter meio de dar instruções secretas, absteve-se de falar em público, enquanto lá estive.

“Abri a missão em 14 de maio, e já nesse dia concorreram não menos de 4.000 pessoas; dos homens, todos os que podiam manejar uma arma lá estavam, carregando bacamartes, garruchas, espingardas, pistolas e facões: de cartucheira à cinta e gorro à cabeça, na atitude de quem vai à guerra. O Conselheiro também veio, trazendo o bordão; colocava-se ao lado do altar, e ouvia atento e impassível: mas, como quem fiscaliza, e deixando escapar alguma vez gestos de desaprovação, que os maiores da grei confirmavam com incisivos protestos.

“Sucedeu isto de um modo mais notável, num dia em que eu explicava o que era, e como devia fazer-se, o jejum; ponderando que ele tinha por fim a mortificação do corpo, e o refreamento das paixões pela sobriedade e temperança, mas não o aniquilamento das forças por uma longa e rigorosa privação de alimentos; e que por isso a Igreja, para facilitar, dispensava em muitos dias de jejum a abstinência, e nunca proibiu o uso dos líquidos, em moderada quantidade.

“Ouvindo – que se podia jejuar, muitas vezes, comendo carne ao jantar, e tomando, pela manhã, uma chávena de café, o Conselheiro estendeu o lábio inferior, e sacudiu negativamente a cabeça, e os seus principais asseclas romperam logo em apartes, exclamando com ênfase um dentre eles: *ora, isto não é jejum; é comer a fartar.*

“Fora essas ligeiras interrupções, a missão correu em paz até o quarto dia, em que eu preguei sobre o dever de obediência à autoridade, e fiz ver – que sendo a república o governo constituído no Brasil todos os cidadãos, inclusive os que tivessem convicções contrárias, deviam reconhecê-lo e respeitá-lo. Observei – que nesse sentido já se pronunciara o Sumo Pontífice recomendando a concórdia dos católicos brasileiros com o poder civil; e concluí declarando – que se persistissem em desobedecer e hostilizar um Governo que o povo brasileiro quase na sua totalidade aceitara, não fizessem da religião pretexto ou capa de seus ódios e caprichos, porque a Igreja Católica não é, nem será nunca,

solidária com instrumentos de paixões e interesses particulares, ou com perturbadores da ordem pública.

“Estas minha palavras irritaram o ânimo de muitos, e desde logo começaram a fazer propaganda contra a missão e os missionários, arredando o povo para vir assistir à pregação de *um padre maçom, protestante e republicano*, e dirigindo-me, quando passavam, e até ao pé do púlpito, ameaças de castigo e até de morte.

“Espalharam – que eu era emissário do Governo, e que, de inteligência com este, ia abrir caminho à tropa, que viria de surpresa prender o Conselheiro e exterminar a todos eles.

“E, passando de palavras a fatos, ocuparam com gente armada todas as entradas do povoado, pondo-o em estado de sítio, de modo a não poder ninguém entrar nem sair, sem ser antes reconhecido, como fizeram ao próprio vigário da freguesia, detendo-o à boca da estrada, quando às 7 horas da noite, tendo se ausentado por justo motivo, regressava para Canudos.

“Roguei a Deus que amparasse a minha fraqueza, e sem me afastar da calma e da moderação, com que deve falar um missionário católico, em um dos dias seguintes ocupei-me do homicídio, e, depois de considerar a malícia enorme e a irreparabilidade desse crime, entrei a mostrar – que não eram homicidas só os que serviam-se do ferro ou do veneno para, de emboscada ou de frente, arrancar a vida a seus semelhantes; e que também eram, até certo ponto, aqueles que arrastavam outros a acompanhá-los em seus erros e desatinos, deixando-os depois morrer, dizimados pelas moléstias, à mingua de recursos e até de pão, como acontecia ali mesmo: então perguntei-lhes – quem eram os responsáveis pela morte e pelo fim miserável de velhos, mulheres e crianças, que diariamente pereciam naquele povoado em extrema penúria e abandono.

“Saiu dentre a multidão uma voz lamuriosa, dizendo assim: *É o bom Jesus, que os manda para o Céu.*

“Exasperava-os a franqueza e a energia, com que o missionário lhes censurava os maus feitos, e não perdiam ocasião de rugir contra ele, mas não se animavam a pôr-lhe mãos violentas, porque havia mais de 6.000 pessoas assistindo à missão, e a mor parte era gente de fora, que só a isto viera, e reagiria certamente se eles me tocassem.

“Limitaram-se a injúrias, acenos, ditos ameaçadores, até o dia 20 de maio, sétimo da missão, em que já não se contiveram nessas manifestações isoladas, e organizaram um protesto geral e estrepitoso do grupo arregimentado.

“Desde às 11 horas da manhã, João Abade, chamado o *Chefe do Povo*, foi visto a percorrer a praça, apitando impaciente, como a chamar soldadesca a postos contra alguma agressão inimiga, e a gente foi se reunindo, até que ao meio-dia estava a praça coalhada de homens armados, mulheres e meninos, que a queimar foguetes, e com uma algazarra infernal, dirigiram-se para a capela, erguendo vivas ao Bom Jesus, ao Divino Espírito Santo e ao Antônio Conselheiro; e de lá vieram até nossa casa, dando foras aos *republicanos, maçons, e protestantes*, e gritando – que não precisavam de padres para se salvar, porque tinham o seu conselheiro.

“Nessa desatinada passeata andaram acima e abaixo pelo espaço de duas horas, dispersando-os afinal, sem irem além.

“À tarde verberando a cegueira e a insensatez dos que assim haviam procedido, eu mostrei – que tinha sido aquilo um desacato sacrílego à religião e ao sagrado caráter sacerdotal; e que, portanto, punha termo à santa missão, e como outrora os apóstolos às portas das cidades que os repeliam, eu sacudia ali mesmo o pó das sandálias, e retirava-me, anunciando – que, se a tempo não abrissem os olhos à luz da verdade, sentiriam um dia o peso esmagador da justiça divina, à qual não escapam os que insultam os enviados do Senhor, e desprezam os meios de salvação.

“E os deixei, não voltando mais à latada, nem me prestando a exercer o meu ministério em lugar ou ato público.

“A suspensão repentina da santa missão produziu nos circunstantes o efeito de um raio, deixando-os atônitos e impressionados, os que ainda não se haviam alistado na *Companhia do Bom Jesus*, que não recebiam do Conselheiro a comida e a roupa, e não dependiam dele portanto, deram-me plena razão e, reprovando formalmente os desvarios de tal gente, começaram a sair do povoado, já queixosos, e complementemente desiludidos das virtudes de Antônio Conselheiro.

“Os outros, conhecendo-se em grande minoria, e avaliando que essa retirada em massa redundaria em notório descrédito deles, en-

viaram-me às pressas uma comissão, em que entraram os mais exaltados, e que veio pedir-me – em nome do Antônio Conselheiro – a continuação da missão, alegando – que não deviam sofrer os inocentes pelos culpados, e que assim ficaria o povo privado do sacramento do crisma e de outros benefícios espirituais, que só no fim da missão se lucravam.

“Descobrimo-lhe, ao mesmo tempo, a manha e a fraqueza, resisti aos pedidos; e deixei que o meu ato, mais feliz do que minhas palavras, acabassem de operar a dispersão daquelas multidões, presas iminentes do fanatismo de um insensato, servido por imbecis, ou explorado por perversos.

“Haviam-se feito já quando encerrei de chofre os meus trabalhos da missão, 55 casamentos de amancebados, 102 batizados e mais 400 confissões.

“No dia em que devíamos partir, fui pela manhã chamado para uma confissão de enfermo, e acudi sem hesitação, seguindo uns homens armados, que tinham vindo chamar-me a esse fim.

“Chegando à casa interroguei o doente se queria confessar-se, e respondendo que sim, pedi aos tais homens armados que saíssem para não ouvir a confissão. Eles não se moveram, e um perfilou-se e bradou: *Custe o que custar não saímos.*

“Observei, então, ao doente – que nem eu podia ouvir a confissão, nem ele estava obrigado a fazê-la em tais circunstâncias e imediatamente retirei-me, protestando em voz alta, da porta da casa, e na rua, contra aquela afrontosa violação das leis da religião e da caridade.

“Redobrou, então, a fúria daqueles desvairados, e vomitando insultos e imprecações, e juras de vingança, tomaram a entrada da casa em que me hospedara, e onde já me achava.

“A minha missão terminara; a seita havia levado o maior golpe que eu podia descarregar-lhe: e conservar-me por mais tempo no meio daquela gente, ou sair-lhe ainda ao encontro, seria rematada imprudência, sem a mínima utilidade.

“Os companheiros de viagem esperavam-nos, com os animais arreados, nos fundos da casa. Dando costas aos míseros provocadores, de lá mesmo seguimos, e, galgando a estrada, ao olhar pela última vez o povoado, condoído da sua triste situação, como o divino Mestre diante

de Jerusalém, eu senti um aperto n'alma, e pareceu-me poder também dizer-lhe:

“Desconheceste os emissários da verdade e da paz, repeliste a visita da salvação; mas aí vêm tempos em que forças irresistíveis te sitiarão; braço poderoso te derrubará e, arrasando as tuas trincheiras, desarmando os teus esbirros, dissolverá a seita impostora e maligna, que te reduziu ao seu jugo odioso e aviltante.’

“Hoje, longe dessa infeliz localidade, e podendo informar sem ressentimento e com toda a exatidão e justiça, eu recapitularei o exposto dizendo o seguinte:

“A missão de que fui encarregado, além da vantagem de apreender e denunciar a impostura e perversidade da seita fanática, no próprio centro de suas operações, teve ainda um benéfico efeito, que foi o de arrancar-lhe inúmeras presas, desenganando a uns das virtudes supostas, e premunindo outros contra as doutrinas e práticas abusivas e reprovadas de Antônio Conselheiro e de seus fanáticos discípulos. Descreram dele, e felizmente já o abandonaram multidões consideráveis de povo que, regressando a suas terras, maldizem da hora em que o seguiram, e vão resgatar o seu erro pela obediência às legítimas autoridades e pelo trabalho.

“Onde não chegarem as vozes dos que colheram tão amarga experiência, faça-se ouvir a palavra autorizada dos pastores das almas, denunciando o caráter abominável e a influência maléfica da seita, e ela decerto não logrará fazer novos prosélitos.

“Entretanto, comprazendo-me em consignar que só se conservam atualmente ao lado do Conselheiro aqueles que já estavam incorporados na legião por eles intitulada *Companhia do Bom Jesus*, no interesse da ordem pública e pelo respeito devido à lei, garanto a inteira veracidade do que informo, e acrescento:

“A seita político-religiosa, estabelecida e entrincheirada em Canudos, não é só um foco de superstição e fanatismo, e um pequeno cisma na Igreja baiana; é principalmente um núcleo, na aparência desprezível, mas um tanto perigoso e funesto, de ousada resistência e hostilidade ao Governo constituído no país.

“Encarados o arrojo das pretensões e a soberania dos fatos, pode-se dizer que é aquilo um Estado no Estado; ali não são aceitas as leis, não são reconhecidas as autoridades, não é admitido à circulação o próprio dinheiro da república.

“Antônio Conselheiro conta a seu serviço mais de mil companheiros decididos, entre eles os homens, em número talvez de 800, sempre armados, e as mulheres e crianças dispostas de modo a formarem uma reserva que ele mobiliza, e põe em pé de guerra, quando julga preciso.

“Quem foi alistado na *Companhia* dificilmente poderá libertar-se, e vem a sofrer violências, se fizer qualquer reclamação, como sucedeu durante minha estada a um pobre coitado que, por exigir a restituição das imagens que havia trazido, foi posto em prisão.

“A milícia fanática só dá entrada no povoado a quem bem lhe apraz, aos amigos do Governo, ou republicanos conhecidos ou suspeitos ela faz logo retroceder, ou tolera que entrem, mas trazendo-os em vista e pronta a expulsá-los; quanto aos indiferentes, e que não se decidem a entrar na seita, esses podem viver ali, e têm liberdade para se ocupar de seus interesses, mas correndo grandes riscos, entre estes o de serem algum dia inesperadamente saqueados os seus bens, em proveito da *Santa Companhia*; sorte esta pouco invejável, que ainda recentemente coube a um certo negociante que lá se estabelecera, vindo da cidade do Bonfim.

“Naquela infeliz localidade, portanto, não tem império a lei, e as liberdades públicas estão inteiramente coartadas.

“O desagravo da religião, o bem social e a dignidade do poder civil pedem uma providência, que restabeleça no povoado de Canudos o prestígio da lei, as garantias do culto católico e os nossos foros de povo civilizado. Aquela situação deplorável de fanatismo e anarquia deve cessar para honra do povo brasileiro, para o qual é triste e humilhante – que, ainda na mais inculta nesga de terra pátria, o sentimento religioso desça a tais aberrações, e o partidarismo político desvaire em tão estulta e baixa reação.

“Releve-me V. Ex. Revma. a rudeza das considerações que expedi, e a prolixidade desta exposição, cujo intuito é mostrar – o quanto esforçou-se o humilde missionário por desempenhar a tarefa que lhe

foi confiada, e inteirar a V. Ex. Revma. de quanto ocorreu por essa ocasião, e da atitude rebelde e belicosa, que Antônio Conselheiro e seus sequazes assumiram e mantêm contra a Igreja e o Estado, a fim de que, dando às informações prestadas o valor que mereçam, delibere V. Ex. Revma. sobre o caso, como em seu alto critério e reconhecido zelo julgar conveniente.

“Deus guarde a V. Ex. Revma. – Exmo. e Revmo. Sr. cônego Clarindo de Sousa Aranha, digno governador do arcebispado do Estado da Bahia – fr. *João Evangelista de Monte Marciano*, missionário apostólico capuchinho.”

Antônio Conselheiro, entretanto, continuava a se esforçar pela edificação da capela, em cujas obras fr. João Evangelista o encontrara; e, terminada que foi ela, empreendeu a construção de uma grande igreja, para o que dispunha já de grosso capital, angariado mediante esmolas, enviadas de vários lugares, algumas até por pessoas abastadas, cuja veneração pelo *Santo Homem* cada dia acentuava-se mais.

Para levarem a cabo o edifício projetado, era necessária, porém, certa quantidade de tabuado, que só no Juazeiro poderia ser mais facilmente obtida. Com este propósito, pois, foi a essa cidade um certo Macambira, emissário do Conselheiro. E, tendo efetuado a desejada compra, despachou a madeira pelo rio S. Francisco abaixo, até o Jacaré, sítio que dista de Juazeiro 100 quilômetros, mais ou menos. Ali, o Conselheiro aguardava a chegada de sua encomenda, que – fez transportar para Canudos à cabeça de devotos, desde muito dispostos a semelhante sacrifício.

Corria já o ano de 1896 quando o citado Macambira dirigiu uma carta ao coronel João Evangelista Pereira de Melo, pedindo-lhe – que comprasse em Juazeiro nova porção de tabuado, cujas dimensões e grossura determinava. Logo que houve abundância de madeira no mercado, o coronel preveniu disto ao missivista. E então se espalhou – que o Conselheiro estava se prontificando para ir ao Juazeiro escolher, ele próprio, o material de que carecia.

E, como sucede com quase todos os boatos, esse foi se avolumando de momento a momento, de modo que – dentro em pouco – a notícia se tinha transformado numa ameaça tremenda.

O Conselheiro, invadindo a cidade, – ordenaria um saque geral ao comércio. Em seguida, tiraria uma vingança cabal do juiz de direito da comarca de quem não gostava, por fatos acontecidos em Bom Conselho, onde esse magistrado havia anteriormente servido.

Aponta-se como causadora de todas essas novidades uma carta, escrita pelo coronel Francisco de Sales Silva, cidadão conhecido, e digno de crédito.

Achavam-se as cousas neste pé, quando chegou às mãos do governador um telegrama urgente, passado pelo juiz de direito da comarca do Juazeiro, e concebido nos termos a seguir:

“Juazeiro, 29 de outubro de 1896 – Conselheiro Governador – Notícias transmitidas por *positivo* confirmam boato da vinda do perverso Antônio Conselheiro, reunido a bandidos; partirão Canudos 2 vindouros. População receosa. Cidade sem garantias. Requisito enérgicas providências. – O juiz de direito, *Arlindo Leone*.”

Apesar do que fica exposto, o coronel João Evangelista Pereira de Melo e outros cidadãos qualificados de Juazeiro não acreditavam nos boatos, que por toda parte circulavam, de intenções hostis atribuídas ao Conselheiro e seu séquito. Tentando acalmar os ânimos, excitados por novas progressivamente alarmantes, o referido coronel assegurava – que o asceta de Canudos não penetraria na cidade; pois ainda quando acompanhasse a sua gente, seria com certeza para guardar a remessa de tabuado em Jacaré, como já de outra feita havia praticado.

O júizo assim expendido não calou, contudo, no ânimo da população sobressaltada; e daí resultou a expedição do telegrama, que já deixei trasladado.

O governador – conselheiro Luís Viana, em resposta ao juiz lhe ponderou – que *não podia mover força, induzido por simples boatos*; mas ao mesmo tempo, lhe recomendou – que, *mandasse vigiar as estradas em distância, e, verificado o movimento dos bandidos, avisasse por telegrama, pois o Governo ficava prevenido para enviar incontinenti, num trem expresso, a força necessária para rechaçá-los e garantir a cidade*.

Era esta a situação quando, a 4 de novembro, o Dr. Arlindo Leone dirigiu novo telegrama ao governador, nos termos que se vão ler:

“Conselheiro governador – Pedro Serafim, emissário Conselheiro, chegando fazenda Tenente Mota afirma – Ter vindo esperar bandidos saídos, ontem Canudos, passando estrada Maniçoba, distante daqui oito léguas. Trajeto todo 40 léguas. Receio que espias, postos na estrada, cheguem tempo impossível dar providências satisfazerem. Convém múltiplos motivos evitar combate dentro da cidade. Serafim afirma séquito Conselheiro ser superior a 1000 clavinoteiros. Nega intenções perversas, limitando 9 dias Conselheiro condução tabuado. O desânimo domina a população, apreensiva da possibilidade de invasão, antes da chegada de força.”

Das próprias palavras do telegrama se vê – que o coronel João Evangelista parecia estar com a verdade, quando contestava o propósito sinistro, geralmente atribuído ao Conselheiro. O emissário deste também *negava-lhe intenções perversas*, e assinalava como motivo de sua viagem ao Juazeiro a *condução do tabuado*.

Entretanto, o governador havia – por cautela – requisitado do general comandante do distrito militar 100 praças de linha, a fim de seguirem para aquela cidade ao primeiro aviso do juiz de direito respectivo. Semelhante medida fora ditada pela circunstância de existir, então, na capital do Estado um número limitado de praças de polícia, por estar a maior parte delas em Jequié, Lençóis, e outros pontos, onde a ordem pública tinha sido alterada.

De maneira que, logo depois da recepção do telegrama de 4, o governador pôde fazer seguir para Juazeiro um forte destacamento do 9º Batalhão de Infantaria do Exército, sob o comando do tenente Manuel da Silva Pires Ferreira, que ali deveria proceder de acordo com o juiz de direito da comarca.

A 7 de novembro, esse mesmo magistrado telegrafava ao governador assim:

“Requisito ordem a telegrafista para reter qualquer telegrama, porventura expedido, noticiando partida expedição contra o Conselheiro. Força chegou. Envido esforços para cumprir as ordens de v. ex. – *Arlindo Leone*.”

As ordens a que esse telegrama alude relacionavam-se com a marcha da força, que o governador punha à disposição do juiz de direito, confiando em que este combinaria com o tenente Pires Ferreira o melhor meio de repelir a gente do Conselheiro.

E, efetivamente, entre os dois ficou assentado – que *convinha sair ao encontro dos bandidos, a fim de evitar que eles invadissem a cidade.*

Algumas pessoas, no entanto, se insurgiram contra a deliberação assim tomada; e dentre elas o coronel João Evangelista, que ao próprio comandante da força fez ver – que era verdadeira aventura arriscá-la numa luta inquestionavelmente temerária, à vista da desigualdade de condições em que as duas partes contendoras se encontrariam.

Repelidas – em definitiva – as observações por esse modo externadas, e aceito – como ficara – o alvedrio de ir atacar o Conselheiro no ponto mesmo onde ele então se achava, de caminho para o Juazeiro conforme se dizia, não quis o já citado coronel se recusar ao serviço, que dele exigiam, em nome do Governo e da paz pública. Forneceu, portanto, a cavallada e os guias de que o tenente Pires Ferreira carecia para realizar o seu plano de ataque.

E, a 12 de novembro, a força – assim preparada – partiu do Juazeiro. Sem que, durante todo o percurso de 192 quilômetros que fez, houvesse encontrado o menor obstáculo à sua viagem, no dia 19 acampou ela no arraial de Uauá, que fica distante de Canudos 114 quilômetros aproximadamente.

Na manhã de 21, os sequazes do Conselheiro, em número de 130, mais ou menos, acometeram de surpresa esse destacamento. Trouvou-se um vigoroso combate, em que morreram – da tropa do Governo – 1 oficial e 10 praças, fora mais de 20 que saíram feridas; tendo os *jangunços* perdido também cerca de 100 homens.

O tenente retrocedeu, declarando – que se dispusesse de um reforço de 100 soldados teria marchado sobre Canudos.

Antes de se retirar, contudo, a força pusera fogo ao arraial, o que não se compadece aliás com a razão e a justiça. Porquanto, nem Uauá era habitado pela gente do Conselheiro, que ali estava apenas de pousada, nem que o fosse – nada acrescentava ao brilho da diligência

tamanho descomedimento, que até poderia prejudicar interesses de outros brasileiros, alheios inteiramente ao conflito.

Nos tempos que correm, no estado atual da civilização, e perante os princípios do direito das gentes moderno, tais excessos não podem ser justificados, sobretudo tratando-se de uma guerra civil.

Circunstâncias diversas, porém, concorreram para que a força, comandada pelo tenente Pires Ferreira, chegasse a Juazeiro quase em completa debandada. Abandonara ela em Uauá grande quantidade de munições de guerra, e algum armamento mesmo, parte do qual foi posteriormente obtido pelo já citado coronel Evangelista, que em tempo remeteu-a para o chefe de polícia da Bahia. Por toda a estrada, verificaram-se algumas deserções.

Do tratamento dos feridos, que penosamente alcançaram aquela cidade, se encarregou, com a maior solicitude, o Dr. Antônio Rodrigues Cunha Melo, que a todos conseguiu salvar, sendo-lhe necessário para isso praticar diversas operações cirúrgicas.

Poucos dias depois, o destacamento se recolhia a seu quartel, na capital do Estado.

Em aviso de 11 de dezembro, o Ministério da Guerra mandou louvar o tenente Pires Ferreira pelo modo por que se portara *ante a invasão de malfaitores no arraial de Uauá, e bem assim o sargento Anacleto e o soldado Caetano (sem mais nada) dos quais fizera o referido tenente especial menção.*

Para conhecimento cabal do incidente, todavia, me parece acertado transcrever aqui a parte, dada a respeito do combate pelo próprio tenente Pires Ferreira.

Do cotejo dela com o que já deixei relatado resultará, naturalmente, toda a verdade dos acontecimentos, que muito importa não seja deturpada jamais.

Leiamos, pois, o interessante documento.

“COMBATE DE UAUÁ – Logo que chegamos ao arraial, no dia dezenove, mandei estabelecer o serviço de segurança, postando guardas avançadas nas quatro estradas que ali conduzem em distância conveniente, a fim de evitar qualquer surpresa; nomeei o pessoal de ronda, e conservei toda a força no acantonamento. O dia vinte passou-se sem nenhum incidente notável, a não ser o abandono do arraial à noite, e furtivamente,

por quase todos os habitantes. Das informações que colhi consta que assim procederam com receio da gente do Antônio Conselheiro. Inclino-me, porém, a crer que se achavam mancomunados com esta para atraícoarem a força pública, como o fizeram, pois que até os poucos que ficaram no arraial não foram ofendidos pelos bandidos, e garantiram-me antes do combate que ali não havia fanáticos, nem adeptos do Antônio Conselheiro; que este e o seu povo se achavam em Canudos, de onde não saíam, não obstante terem eles a certeza quando isso me afirmaram de que os mencionados bandidos se achavam a quatro léguas de distância, dirigidos por Quinquim Coyam, e viriam atacar a força na madrugada do dia imediato.

“Às cinco horas da manhã do dia vinte e um, fomos surpreendidos por um tiroteio partido da guarda avançada, colocada na estrada que vai ter a Canudos. Esta guarda, tendo sido atacada por uma multidão enorme de bandidos fanáticos, resistiu-lhes denodadamente, fazendo fogo em retirada. Por essa ocasião o soldado da segunda companhia Teotônio Pereira Bacelar, que por se achar muito estropiado não pôde acompanhar a guarda, foi degolado por um bandido. Imediatamente, dispus a força para a defensiva, fazendo colocar em distância conveniente do acantonamento uma linha do atiradores, que causou logo enormes claros nas fileiras dos bandidos. Estes, não obstante, avançaram sempre, fazendo fogo, aos gritos de *viva o nosso Bom Jesus! Viva o nosso Conselheiro! Viva a monarquia*, etc., etc., etc., chegando até alguns a tentarem cortar a facção os nossos soldados. Um deles trazia alçada uma grande cruz de madeira, e muitos outros traziam imagens de santos em vultos. Avançaram e brigaram com incrível ferocidade, servindo-se de apitos para execução de seus movimentos e manobras. Pelo grande número que apresentaram foram por algumas praças calculados em três mil! Há, porém, nisso exagero, proveniente de erro de apreciação; seriam uns quinhentos, mais ou menos, os que nos atacaram, divididos em vários grupos, que procuravam envolver a nossa força e apoderar-se do arraial, o que não conseguiram devido às enérgicas providências que tomei, eficazmente auxiliado pelos oficiais e a disciplina das praças. Conseguiu, entretanto, grande número deles, apoderar-se de algumas casas abandonadas, que se achavam desguarnecidas por insuficiência da força e de onde nos fizeram algum mal, sendo necessário incendiar as ditas casas, a fim

de desalojá-los, o que conseguimos depois de algum trabalho. Chegados a esta fase do combate, depois de mais de quatro horas de luta, conhecendo que eles já se achavam desmoralizados, pela dificuldade com que respondiam ao nosso fogo e porque já tentavam fugir, passei a tomar a ofensiva, e fiz persegui-los até meia légua de distância, morrendo muitos deles nessa ocasião, e ficando o resto completamente desbaratado. Não levei mais longe a perseguição e mandei tocar a retirar, por constar-me achar-se um grande reforço deles um pouco adiante, e por estar a nossa gente cansada e sem alimentar-se desde a véspera. Além disso cumpria-me reunir os elementos que me restavam, a fim de resistir a uma nova agressão que porventura se desse. Seria pouco mais ou menos meio-dia, quando terminou essa luta, com o regresso de nossas praças ao acantonamento, sem que durante a perseguição tivesse sofrido prejuízo algum. Na fase mais aguda do combate, houve fogo incessante e renhido de parte a parte, durante mais de quatro horas. Todos os oficiais, inferiores e praças portaram-se nessa grave emergência com um heroísmo e uma disciplina sem par, o que muito concorreu para o seu bom êxito, faltando-me palavras com que possa exprimir o procedimento nobre, correto e entusiasmador de que deram exuberantes provas, honrando assim a corporação a que pertencemos.

“Os inimigos deixaram no campo e dentro das casas que ocupavam mais de cento e cinqüenta cadáveres, sendo incalculável o número de feridos que tiveram e dos que foram morrer pela estrada, ou dentro de caatingas. As nossas perdas foram aliás insignificantes quanto ao número, sendo, porém, dolorosamente sensíveis e lamentáveis, por terem sido vitimados pelas balas dos bandidos o distinto e temerário alferes Carlos Augusto Coelho dos Santos, o bom e destemido segundo-sargento Eméterio Pereira dos Santos Bahia, os valorosos cabo-de-esquadra Manuel Francisco de Sousa, anspeçada Antônio Joaquim do Bonfim, soldados Herculano Ferreira de Araújo, Vitorino José dos Santos e João Crisóstomo de Abreu, além do já mencionado Bacelar, que foi degolado no começo da ação, tendo sido assim a primeira vítima. Ficaram feridos: gravemente – cabos-de-esquadra Cesário João dos Santos, Manuel Antônio do Nascimento, Pedro Leão Mendes de Aguiar, anspeçadas Tiburtino de Oliveira Lima, Pacifico Severiano da Silva, José Maria Gomes, Minervino Belo da Cruz, soldados José Antônio Moreira, Casimiro

de Freitas Passos, João Ferreira de Pinho e Virgílio Manuel dos Reis; levemente – cabos-de-esquadra Atanásio Félix de Santana e Salustiano Alves de Oliveira; anspeçadas – João Evangelista de Lima e Rafael Pereira Cardoso; soldados – Antônio Bispo de Oliveira e Feliciano José dos Santos. Faleceram, também na luta, os paisanos Pedro Francisco de Moraes e seu filho João Batista de Moraes, que nos serviram de guias, e que se portaram com galhardia na ocasião do combate, juntando-se à força e enfrentando os bandidos. Eram ambos casados e deixaram a família sem recursos. Perdemos, portanto, um oficial, um inferior, um cabo-de-esquadra, um anspeçada e quatro soldados, que com os dois paisanos guias dão um total de dez homens mortos no referido combate. Me cumpre ainda notar que alguns casos de morte se deram por excessos de bravura, praticados pelas vítimas que se expunham sem necessidade às balas do inimigo. Os cadáveres do oficial e das praças foram cuidadosamente sepultados na capela do arraial, os dos bandidos ficaram insepultos por não dispormos de tempo, de pessoal, nem dos instrumentos necessários para o enterramento deles. Fomos forçados a retirar para o Juazeiro, na tarde do mesmo dia do combate, não só para evitar o mal que poderia advir da decomposição de tantos corpos, como também pela falta de víveres e outros recursos em Uauá.

“Os bandidos estavam armados em grande parte com carabinas Comblain e Chuchu, outros tinham bacamartes, garruchas e pistolas, e quase todos traziam, além das armas de fogo, grandes facões, foices e machados. O Dr. Antônio Alves dos Santos, médico adjunto do Exército, que acompanhou a força, prestou reais serviços durante o combate, tratando as praças feridas com interesse e desvelo, mostrando-se na altura da humanitária missão que lhe fora confiada; tendo, porém, depois de terminada a luta apresentado sintomas de desarranjo mental, entreguei os feridos logo que cheguei ao Juazeiro aos cuidados do facultativo civil Dr. Antônio Rodrigues da Cunha Melo, que se encarregou do tratamento, fazendo-o com dedicação, solicitude e interesse, operando até algumas praças, no que foi auxiliado pelo cirurgião dentista Brígido Pimentel, que muito se prestou durante alguns dias com incansável zelo.

“ARMAMENTO – O fuzil Mannlicher, de que se acha ainda armado o batalhão, conquanto seja de repetição e de grande alcance, com

seu projétil dotado de uma força de penetração extraordinária, e dando ao tiro uma justeza admirável, contudo não compensa com essas boas qualidades, aliadas a muitas outras que possui, o prejuízo resultante da extrema delicadeza de seu mecanismo que facilmente se estraga, ficando o fuzil reduzido a simples arma branca, quando adaptado no extremo do cano o competente sabre-punhal. Basta um pouco de poeira ou um simples grão de areia, introduzido na câmara, para que não possa o ferrolho funcionar. Acontece, além disso, que com o fogo um pouco prolongado os carregadores não podem entrar no depósito com o número de cartuchos regulamentar, dilata-se o aço do cano que, aumentando de diâmetro, dificulta a introdução dos cartuchos para o tiro simples, não podendo a arma funcionar como as de repetição. Daí um grande número de armas incapazes para o seu mister na ocasião oportuna, como aconteceu durante o combate em que tive de tomá-las das mãos das praças, a fim de ver se conseguia fazê-las funcionar, sendo infrutíferos todos os esforços nesse sentido. Mesmo em muitas das armas que funcionavam, o extrator, peça de grande delicadeza, perdida a necessária justeza e enfraquecida a mola, deixava de extrair o cartucho, que tinha de ser extraído a mão, o que prejudicou a rapidez do tiro. Esse armamento não convém ao nosso exército, por não dispor ainda este de meios de transporte fácil, rápido e cômodo, de que dispõem os exércitos europeus; não merece a confiança dos oficiais, nem das praças que deles se utilizam, por não poderem contar, com segurança, com seus bons efeitos numa emergência qualquer.

“Não obstante os assíduos cuidados que tive pela boa conservação do armamento das praças, pois que como é intuitivo do estado dele dependeria, em grande parte, em uma dada circunstância, a vitória ou a derrota de nossa força, ainda assim tive o desprazer de observar o que venho de referir. Durante o combate muitas armas ficaram também inutilizadas por outros motivos, umas perderam os respectivos ferrolhos que saltaram com a violência do choque na defesa à arma branca, outras tiveram as coronhas partidas a talhos de facão ou por balas; algumas ficaram com a camisa do cano inutilizada por bala, muitas sem seus sabres-punhais, e ainda outras com os depósitos arrebentados. A poeira e as escabrosidades das estradas, o calor de um sol abrasador e insuportável, as condições em que foram feitas as marchas, sem comodidade de or-

dem alguma, tudo isso, frustrando os meus providentes cuidados, deram o resultado acima apontado. Acontece ainda que essas armas, que serviram na campanha de S. Paulo e Paraná, em mil oitocentos e noventa e quatro, já se achavam bastante usadas, tendo a maior parte delas sofrido consertos. Outras fossem as condições de resistência e solidez de seu mecanismo, e melhor teria sido o resultado obtido na luta.

“FARDAMENTO – O das praças que compuseram a força de meu comando ficou bastante estragado, em estado mesmo de não poder continuar a servir, devido à ação dos raios solares, da chuva e da poeira, e ainda do uso constante que dele fizeram, por necessidade, pois que não só marchavam, como dormiam com ele, à noite, sobre o solo nu e barrento das estradas, pela falta de barracas; e também pela necessidade de conservar-se a força sempre em armas em sítios cuja topografia nos era desconhecida, e onde não nos podíamos fiar em informações adrede preparadas, com o intuito de nos iludir. Muitas praças tiveram ainda algumas peças de seus uniformes perdidas por completamente inutilizadas, como fossem túnicas de flanela cinzenta e calça de pano garança, rasgadas pelos galhos das árvores e espinhos das picadas, estrada, etc. Algumas perderam na marcha as gravatas de couro, outras tiveram no combate os gorros e os capotes crivados de balas ou cutilados a facão, em farrapos e ensangüentados. Ainda outras perderam os gorros, levados pelas balas. O calçado incapaz de resistir a uma marcha tão longa, e por tão maus caminhos, estragou-se, ficando um grande número de praças descalças.

“DISCIPLINA – Foi mantida em toda sua plenitude, sem que tivesse havido infração alguma digna de nota, durante todo período de meu comando. Quartel da Palma, na Bahia, 10 de dezembro de 1896. – *Manuel da Silva Pires Ferreira*, tenente.”

Apesar da segurança com que o tenente Pires Ferreira fala do desbaratamento dos fanáticos, a verdade é – que a opinião pública do Estado não se satisfaz com a vitória, apregoada por esse militar.

Fosse porque Canudos não tinha sido atacado, fosse porque a retirada da força impressionara mal os espíritos, fosse enfim porque os soldados voltaram para Juazeiro numa completa desordem; certo é – ninguém acreditou que aquele triunfo pudesse servir de corretivo à gen-

te do Conselheiro, ou produzir qualquer efeito favorável à tranquilidade das paragens que ela estava alarmando.

Muito pelo contrário, cresceu com a notícia da ocorrência o prestígio do velho cearense.

Os seus antigos correligionários redobram-lhe a confiança, e fizeram maior praça do seu valor.

E a emigração para Canudos aumentou desmedidamente.

Foi com certeza impressionado por esses fatos que, a 22 de dezembro de 1896, o comissário de polícia do município de Pombal resolveu officiar ao chefe respectivo, nos termos que se seguem:

“Exmo. Sr. – Corre-me o dever de levar ao vosso conhecimento, além do estado de aflição em que se acha a população deste município, em consequência do terror que têm incutido as ameaças de devastação e aniquilamento, que todos os dias lhe fazem os fanáticos de Antônio Conselheiro, as ocorrências posteriores ao combate de Uauá, que se têm dado no território deste termo e nos circunvizinhos.

“Parece que se decorrerem mais alguns dias, sem que se trave novo combate entre as forças legais e os sequazes de Antônio Conselheiro, a população deste município e a dos limítrofes ficarão reduzidas a menos da metade, tendo em vista os numerosos grupos que têm saído em direção a Canudos, no propósito de reforçar os fanáticos de Antônio Conselheiro.

“Todos os dias chegam a esta vila notícias verdadeiras, trazidas por pessoas que moram à margem das estradas que conduzem a Canudos, da passagem de grandes grupos de homens armados, que se dirigem para ali, no empenho por eles confessado de se baterem e morrerem pelo seu *Bom Jesus*, pois tal é o modo por que eles tratam esse homem pernicioso, que tantos males já tem causado a esta zona sertaneja, seriamente ameaçada por ele, e pelos seus, de maiores danos.

“Ainda hoje tive informação de terem sido encontrados, ontem, entre as fazendas Salgado e Junco, no extremo desta freguesia com a do Maçacará, cento e muitos homens armados, que diziam ir para Canudos “cortar soldados”. Estes e todos que lá estão asseveram – que não têm medo de morrer, porquanto a morte para eles, segundo a ga-

rantia que lhes dá Antônio Conselheiro, importa uma mudança para o Céu.

“Infelizmente, não são somente os municípios desta zona que têm contribuído com reforços numerosos para a continuação da luta entre Antônio Conselheiro e o Governo, pois é público e notório nesta vila, por notícias vindas de diversos pontos do rio São Francisco, que de diversas localidades daquele sertão têm descido para Canudos grandes contingentes de homens armados e de munições bélicas.

“Contam como certo – que somente da Várzea da Ema, município de Capim Grosso, que é um homizio de criminosos daquele termo e de outros, foram duzentos e muitos homens armados, e de Rodelos, termo de Curral dos Bois, trezentos e tantos.

“As autoridades de vários municípios, além de muitos outros cidadãos, que têm de alguma sorte feito oposição à propaganda dos supostos milagres do célebre fanático, estão ameaçados de morte por ele e pelo seu séquito. A notícia da retirada da tropa de linha causou profundo e geral desânimo em todo este sertão, e inspirou grande vigor aos fanáticos, que vêem nisto um milagre do santo cuja vitória eles já garantem. Saúde e fraternidade. – Exmo. Sr. Dr. chefe de Polícia e segurança da Bahia. – O comissário de polícia, *Alcides do Amaral Borges*.”

Como quer que fosse, o governo carecia restabelecer a sua força moral, incontestavelmente abalada.

E com esse fim tratou ele de organizar uma outra expedição, que deveria ser mais respeitável pelo número de soldados, que a compusesse, tanto quanto mais bem aparelhada para o campo de ação, em que teria de agir.

O major Febrônio de Brito, do 9^o de Infantaria do Exército, foi nomeado então para comandar essa força, que seria formada por 300 praças de linha e 100 da polícia baiana. Mas, daquelas apenas 100 puderam partir.

Com a diligência seguiram 8 oficiais do Exército e três do corpo de polícia, um médico, um farmacêutico e um enfermeiro com a competente ambulância, além de um canhão Krupp, calibre 8, convenientemente guarnecido, e acompanhado de alguma munição.

O comandante da expedição foi autorizado pelo governador a despender por conta do Estado o que julgasse necessário para bom êxito da incumbência, que lhe estava cometida. E se expediram, simultaneamente, diversas providências no sentido de se lhe prestarem todos os meios de transporte e outros elementos de que viesse a carecer durante a sua marcha.

O juiz de direito do Juazeiro recebeu, então, ordem de se transportar para a vila de Queimadas, que fica mais perto de Canudos, e onde deveria ele auxiliar a mobilização da força expedicionária.

No dia 25 de novembro, entretanto, passou esse magistrado um telegrama ao governador participando-lhe que *o Conselheiro dispunha de um número superior a mil homens, armados, municidados e bem entrincheirados.*

Na mesma data, a expedição se pôs a caminho, e a 26 entrou ela em Queimadas, de onde aquele juiz telegrafou declarando *nada ter faltado ao major, que estava satisfeito.*

A seu turno, o major Febrônio expediu despachos telegráficos, tanto ao governador como ao chefe de polícia da Bahia. Ao primeiro dizia parecer-lhe – a ele – *poder atacar Canudos com vantagem, bastando para isto de 400 a 500 e poucos homens; ao segundo assegurava – que os comissários de Serrinha e de Queimadas tinham se mostrado incansáveis, assim como o juiz de direito de Juazeiro, que com ele achava-se desde a véspera.*

Vencidas que foram pequenas dificuldades, a coluna marchou com destino a Monte Santo, onde pretendia descansar alguns dias, antes de empreender o ataque contra Canudos. Mas, em chegando ao sítio denominado Cansação, distante 25 quilômetros – mais ou menos – daquela vila, recebeu ordem do general Frederico Sólton de S. Ribeiro, comandante do respectivo distrito, para regressar a Queimadas.

Assim resolvendo, o general manifestava juntamente a idéia de organizar uma segunda coluna, que deveria ter à frente um capitão, sendo que ambas ficariam desde logo sob o comando geral de um coronel.

O governador do Estado, tendo ciência desse plano, mandou ponderar ao comandante do distrito – que era desnecessária a segunda coluna projetada, bastando que fosse enviado o coronel Pedro Tamarindo com cem praças estacionar em ponto intermediário, *de onde pudesse acudir*

a qualquer requisição urgente, informando ao mesmo tempo ao governo das ocorrências, e solicitando as medidas que fossem convenientes.

O general, porém, não requisitou do governador os recursos indispensáveis para a partida do coronel Tamarindo. E quando o chefe de polícia foi saber da razão desse fato, obteve como resposta – que se tinha ordenado o regresso do major Febrônio de Brito para Queimadas, em virtude de haver este telegrafado, alegando falta de víveres e água para continuar a sua marcha.

O governador fez tornar o chefe de polícia à presença do general para lembrar-lhe – que, em tais condições seria preferível que a força seguisse para Monte Santo, relativamente perto do lugar onde já se achava ela, e que sobretudo dispunha de mantimentos em abundância. O comandante do distrito recusou semelhante alvitre, alegando o receio de ser sacrificada a força nessa vila.

A esse tempo, o major Febrônio de Brito, apreciando a ordem que havia recebido, telegrafava ao general Sólon nos termos que se vão ler em seguida: *Regressar Queimadas considero imprudência. Penso momento urge avançar Canudos. Demora tem prejudicado indizível entusiasmo, que tive felicidade incutir força.*

Do confronto desse telegrama com a resposta do general, acima indicada, se conclui – que houve pelo menos um equívoco lamentável na apreciação dos acontecimentos.

Desde quando o major Febrônio pensava ser urgente avançar sobre Canudos, e nenhuma providência reclamava neste sentido, não se pode conceder – que sentisse falta de víveres e água; pois em tais condições não poderia sugerir aquele parecer. Não é decerto admissível – que o responsável por uma diligência de tamanha importância considerasse imprudência tornar ao ponto de sua partida e, pelo contrário, aconselhasse o ataque imediato, se realmente carecesse de provisões para a coluna confiada ao seu comando, e que tinha de travar com os jagunços uma luta, cujo alcance e duração era impossível com certeza calcular.

A ordem de regresso, porém, não foi modificada. De modo que, muito embora a contragosto, o major Febrônio teve que voltar para Queimadas; obedeceu resignado ao superior hierárquico.

O Governo do Estado, contudo, dissentindo da medida assim tomada, e atendendo à conveniência de garantir Monte Santo, atterrada por constantes ameaças, e, mais do que qualquer outra, exposta à invasão dos *jagunços*, determinou ao contingente do regimento policial que, sob o comando do capitão Virgílio Pereira de Almeida, fazia parte da expedição, se desligasse dela e fosse aguardar ordens e reforços naquela vila.

Entrementes, o general Sólon era exonerado do comando do distrito, já por haver o governador, escrevendo ao vice-presidente da república, dito – que julgava prejudicial à Bahia a permanência aí do referido militar, tal era a prevenção do espírito deste sobre os negócios locais; já por ter o ministro interino da Guerra – general Dionísio de Cerqueira informado – que aquele seu colega excedera as ordens recebidas, e consentira na publicação dos planos de ataque a Canudos.

O coronel Saturnino Ribeiro da Costa Júnior, assumindo interinamente o comando do distrito, resolveu aproveitar a idéia, e satisfazer os desejos do major Febrônio, fazendo-o marchar contra Canudos.

Tendo recebido, neste sentido, a comunicação necessária, respondeu – no dia 20 de dezembro – o major Febrônio com o telegrama seguinte:

“Cumprirei vossas ordens, aguardando o trem. Canhão segue amanhã, e 15 praças doentes. Forças exército precisam remonta 100 homens, pelo menos, e oficiais. Segue um acompanhando doentes. Julgo conveniente mandeis substituir alferes Araújo, do 5^o. Mandai bom artilheiro. Canudos podia a esta hora estar sendo liquidado, se não fossem contrariedades a que me submetem, abatendo até indizível entusiasmo da força. Vida pública tem destes revezes.”

Da leitura deste despacho se conclui – quanto fora penoso ao major Febrônio de Brito obedecer à ordem de regresso, que inopinadamente lhe havia sido transmitida. Ele deixava transparecer ali toda a mágoa que o afligia, por ter perdido a melhor oportunidade de bater os asseclas do Conselheiro; nem outras podiam ser as contrariedades a que aludia o digno militar.

Se compreenderá melhormente este acerto, cotejando aquele telegrama com outros passados em data anterior pelo referido major.

Assim é que, em 27 de novembro, dizia ele ao chefe de polícia:

“Aguardo ordens. Oficiais e praças estaduais corretíssimos. Bandidos engrossam Canudos. Creio debelá-los definitivamente. Está na minha honra de soldado.”

E não foi isto só. No dia seguinte, o comandante da expedição se exprimia deste modo:

“Aqui boatos descontraídos sem positividade vandalismo bandidos. Pessoa ontem chegada de Triunfo informa Conselheiro ter mandado guarnecer todas estradas Canudos evitar fuga parte sua gente, executando alguns pretendiam. Creio haver pânico covil perverso. Ansioso entrar operações definitivas Canudos. Telegrafo ao general urgência vin-da força para êxito completo.”

Ainda, a 7 de dezembro, o major Febrônio dirigia ao comandante do distrito o telegrama abaixo:

“Boatos Conselheiro inseguros, devido ignorância transmisso-res. Creio poder atacar Canudos com vantagem, fazendo baixar força e dispor número formar colunas de ataque e assalto que pretendo. Bastarão de 500 a 400 e poucos homens. Dizem haver grosso bandidos fora três léguas receber força. Melhor. Urge operações sejam definitivas. Em tempo comunicarei plano, obedecendo condições topográficas.”

Ora, não se concilia o desejo, assim manifestado, de entrar em *operações definitivas para debelar os bandidos*, nem tampouco a presunção *de reinar entre eles o pânico*, nem finalmente o pensamento de ser aquele passo imposto *pela honra militar*, com a declaração, que sete dias depois atribuiu-se ao major Febrônio – de não poder marchar, por carência de víveres e água.

Sobreleva não esquecer – que o comandante da expedição, que a 7 de dezembro acreditava *poder atacar Canudos com vantagem*, depois, a 14, ainda considerava *uma imprudência regressar a Queimadas*, quando o que *urgia era avançar sobre Canudos*.

E forçoso é convir: a ordem para o regresso do major Febrônio não contrariara somente a este militar. Ela tinha impressionado desagradavelmente quer as autoridades, quer os habitantes de Monte Santo, como se infere de vários telegramas então publicados.

Em todo o caso, não se fez demorar o governador em satisfazer a solicitação do major Febrônio, quanto à remonta por este aventada. De sorte que, dentro de alguns dias, o efetivo das forças expedicionárias atingia ao número de 600 homens, pois que tinha sido reforçado, não só com as 100 praças do exército pedidas, mas também com outras tantas da polícia baiana.

O Dr. Félix Gaspar de Barros e Almeida, chefe da polícia e segurança pública, seguiu nessa ocasião para Queimadas, a fim de conferenciar com o referido major sobre os meios de mobilizar mais fácil e prontamente a força, *para cujo fornecimento* providenciou ele, tanto ali, quanto em diversos *pontos da estrada de ferro, de modo que poucos dias depois toda ela marchou munida dos elementos que requisitara o seu comandante.*

Em Monte Santo, se reuniu de novo à expedição o contingente da polícia baiana, que dela se tinha dias antes desligado.

Convém registrar – que houve empenho decidido em auxiliar a expedição, já por parte das autoridades, já por parte dos cidadãos mais qualificados. Prova-o de sobejo o telegrama que, em 25 de dezembro, o major Febrônio fez passar ao mesmo chefe de polícia:

“Coronel Felisberto”, dizia ele, “acaba remeter-me 20 animais grátis, só vencendo condutores. Maior dificuldade aqui falta arreios tração. Não aparecem. Despesas condutores serão cargo comissário Monte Santo, auxiliar ativo.”

Era a confirmação do que já o mesmo major havia externado, relativamente aos comissários de polícia de Queimadas e Serrinha, no telegrama de 26 de novembro a que atrás aludi.

Mas, todos estavam de acordo em que o ataque ao reduto de Canudos podia ser tentado com vantagem, pois reputavam suficientes para essa empresa as forças de que se compunha a segunda expedição.

Dizia um telegrama assinado pelo juiz de direito Dr. Genes Fontes e por mais 50 cidadãos dentre os melhores do lugar:

“Autoridades, população Monte Santo, em nome, vida e honra, família brasileira, pede façais quanto antes marchar força comando major Febrônio, detida quatro léguas aquém Monte Santo, a fim neutralizar assalto presumido, ou preparativos fuga bandidos. Força atual pode marchar Canudos vantajosamente, se não entenderdes guardar Monte

Santo até reunião definitiva. Bandidos encovados Canudos demonstram pânico, abatimento moral.”

Por sua vez, o promotor público da mencionada comarca de Monte Santo, o Dr. Honório de Lima, dizia:

“Comunico-vos que ontem chegou a esta vila uma força do regimento policial, comandada por um capitão. Outrossim, tenho a honra de comunicar-vos ter chegado ao meu conhecimento a saída da força federal sob o comando do major Febrônio de Brito, acampada a quatro léguas de distância desta vila, e aqui de há muito esperada. A demora da chegada das forças a esta vila está animando a Antônio Conselheiro, e seus sequazes ameaçam vir a esta vila soltar presos e assassinar as autoridades. Côncio de vosso patriotismo e desejo provado de tornar uma realidade a pacificação de nossos sertões, e cumprindo o dever de pôr à vossa disposição os meus serviços, peço licença para afirmar – que as forças de que é comandante o major Febrônio de Brito são, a meu ver, suficientes para levar a efeito a pacificação.”

Ambos os telegramas, agora citados, foram expedidos em 14 de dezembro, isto é, na mesma data em que o referido major telegrafara ao comandante do distrito, opinando – que regressar a Queimadas era imprudência.

Salientou mais ainda o comissário de polícia de Monte Santo o funesto erro, quando em 17 de dezembro, também por telegrama, se externou por este modo: *se não fosse impedida a marcha do major Febrônio, estava liquidada a questão e restituída a paz ao Estado.*

Quase ao mesmo tempo, um capitão de polícia, que fora a Monte Santo com reforço, e a incumbência de verificar a situação real dos jagunços, entre outras informações, escrevia – *que a força estava ansiosa para dar combate ao Conselheiro, o qual não tinha mais de 1000 combatentes, com armas atrasadas.*

A tudo isso se juntava a circunstância de haver o comandante da 1ª expedição dito ao governador – *que se dispusesse de mais 100 praças em Uauá, teria batido a gente de Antônio Conselheiro, e tomado Canudos.*⁸

8 Mensagem do Cons. L. Viana, dirigida à Assembléia Legislativa da Bahia, em 7 de abril de 1897.

Não será demais recordar aqui que, tendo chegado a Monte Santo, depois de três dias de marcha a expedição comandada pelo major Febrônio de Brito, foi recebida com as maiores demonstrações de entusiasmo e alegria. Despertara ela a máxima confiança a todos que recebavam as agressões dos fanáticos, e pensavam – que muito importava pôr cobro àquele escândalo, e terminar aquela vergonha de Canudos.

E se houve, ao depois, quem criticasse a demora de 17 dias, que a expedição teve ali, se compreende o fato perfeitamente bem. Nesse espaço de tempo, o Conselheiro poderia preparar meios mais eficazes de defesa, reunir os seus prosélitos ausentes, receber auxílio de toda ordem, remetidos de fora. Acrescia – que a pastagem estava já rareando, e talvez dentro em pouco desaparecesse de todo, o que prejudicaria imensamente a cavahada ao serviço da expedição.

Mas o comandante desta justificava a sua demora com a falta de soldo para a força federal, o que fez o governador da Bahia adiantar 20:000\$000 pelos cofres estaduais, a fim de atender àquele pagamento, removendo conseguintemente o obstáculo alegado.

Notou-se, contudo, que, durante a permanência da força em Monte Santo, ninguém houvesse sugerido a idéia de se explorar cautelosamente o terreno, escolher sítios com aguadas e pontos para depósitos de provisões, como meios de prevenir acidentes da luta prestes a se travar.

As munições é que foram tomadas por balanço, verificando-se então a existência – em Monte Santo – de 110.000 cargas para as armas Mannlicher e de 60.000 para as armas Comblain.

Tudo, pois, leva a crer – que o comandante da expedição despendia o tempo em recolher e ponderar notícias acerca das posições que o Conselheiro ocupava, e do número de combatentes de que este dispunha; conquanto pouco pudesse com isto adiantar, pois as informações obtidas eram positivamente contraditórias. E de fato, os acontecimentos posteriores vieram convencer de que o major Febrônio não conseguira apoderar-se da verdade.

Decorridas, entretanto, algumas semanas, a expedição levantou acampamento, de conformidade com as ordens transmitidas pelo coronel Saturnino, que as havia combinado com o conselheiro governador do Estado.

Transpôs ela vitoriosamente as gargantas estreitas das serras de Caipã e Cambaio. Na artilharia, que levava, punha o major Febrônio as esperanças mais lisonjeiras. Afigurava-se-lhe mesmo que, logo aos primeiros disparos, os sertanejos baianos, carentes de instrução militar, desconhecedores das escolas de tiro, sem canhão que pudessem opor ao canhão que os ameaçava, teriam que se render ou fugir.

Assim, porém, não sucedeu.

A 16 de janeiro de 1897 as forças estadual e federal, ao mando do major Febrônio de Brito, tinham à vista as avançadas da gente de Antônio Conselheiro. No dia seguinte, depois do necessário reconhecimento, verificou-se que os fanáticos, valendo-se das condições naturais do terreno, desigual e montanhoso, de onde surgia uma rocha viva, formando uma preciosa trincheira, achavam-se colocados em posições magníficas, de modo que era tão difícil quanto arriscado atacá-los por pontos diferentes.

No dia 18 a força se moveu, se bem que custosamente; e, disposta a artilharia como mais convinha, rompeu esta o fogo às 10 horas da manhã, sendo secundada pela infantaria. Era a resposta endereçada aos *jagunços*, que desde cedo estavam atirando contra os soldados da legalidade.

O combate durou 5 horas, ininterrupto e renhido. À 1 hora da tarde, ainda os fanáticos não tinham cedido um passo sequer. O major Febrônio, então, reuniu todos os oficiais, e dividiu a coluna para o assalto, que se efetuou felizmente. Abandonada afinal a trincheira, o combate continuou menos nutrido, sendo os *jagunços* desalojados de suas posições ao longo da estrada.

Às 3 horas da tarde, a força acampou a 6 quilômetros distantes de Canudos. No teatro da ação jaziam mortas quatro praças, existindo mais de 20 feridas. Além destas, dous oficiais do exército e um da polícia baiana acusavam ferimentos também. Não foi possível conhecer com exatidão as perdas, que a gente do Conselheiro sofreu, mas foram elas assaz consideráveis. E é forçoso, confessar – que, de lado a lado, se praticaram verdadeiros prodígios de valor.

Nem tudo, entretanto, ficara terminado.

No dia 19, pelas 7 horas da manhã, no momento em que a força legal se movia de Tabuleirinho para empreender o ataque a Canudos, foi inopinadamente envolvida por uma enorme massa de inimigos. Houve alguns momentos de indecisão, causada pela surpresa do fato; mas a ordem logo depois se restabeleceu, tornando-se em seguida formidoloso e geral o combate.

E, para resistir ao ímpeto da agressão, que simultaneamente irrompia da frente, da retaguarda e dos flancos, o comandante da expedição mandou formar quadrado; acontecendo que a artilharia foi então *puxada a pulso*, por falta de animais, como ele próprio narrou no “telegrama parte”, que fez expedir ao chefe do distrito militar.

A todos admirava a pressa com que refaziam-se os diferentes grupos de *jagunços*.

Quem quiser, no entanto, aquilatar a bravura e o denodo, com que se pelejou nessa nesga de território, até então desconhecida, bastará saber – que os *jagunços* vinham, impelidos por uma intrepidez indomável, morrer abraçados aos canhões, quentes ainda do vomitar das balas e das metralhas! Investiam com ardor e desespero, próprios de fanáticos, ainda em cima convencidos de que, se morressem, ressuscitariam logo depois para gozar neste, ou noutro mundo melhor, existência folgada em meio de delícias e prazeres entontecedores.

E jaziam já prostrados, aproximadamente, 700 cadáveres de correligionários do Conselheiro. Dos soldados da legalidade seis haviam tombado, mortos também; sem falar em mais de 60, que saíram contusos ou feridos.

A ação ia em meio, ainda, quando o major Febrônio previu que não poderia sustentá-la; e, consultando a opinião dos oficiais, que serviam sob seu comando, resolveu a retirada para Monte Santo, onde iria aguardar ordens, requerer conselho de guerra, e pedir quem o substituisse na malograda expedição.

Desgraçadamente, não foi incruenta a manobra executada com esse intuito. Monte Santo dista 104 quilômetros, mais ou menos, de Tabuleirinho. De regresso, a força legal sofreu cinco baixas, ainda.

Eram 6 e meia horas da tarde. Só então foi que o major Febrônio julgou tudo salvo, e pôde alcançar uma boa posição defensiva.

A despeito da diferença dos números, que fica aí consignada, ninguém acreditou – que Antônio Conselheiro se houvesse considerado batido pela força do Governo. Muito pelo contrário.

A circunstância de não ter o major Febrônio penetrado em Canudos, de que aliás tão perto se achava, vinha se reunir ao insucesso de Uauá para agravar mais ainda a situação, já de si mesma singular e delicada.

Efetivamente. Se por uma parte os *jagunços* tiravam desses acontecimentos motivo para dobrar de coragem e para crescer de ousadia, de outro lado a dúvida e o susto invadiam todos os espíritos que, profundamente sobressaltados, explodiram num grito solene e alteroso de alerta pela pátria e pela república.

Debalde, o major Febrônio afirmava que, se houvera tido meios rápidos de mobilizar o pessoal, em tudo suficiente, seria inevitável o triunfo, não obstante o inimigo dispor de número superior a 5.000 combatentes. Debalde, também, ele alegava que se lhe havia esgotado a munição de artilharia, e pouco restava da de infantaria, no momento em que se tinha decidido pela retirada, comparável no seu conceito à de Bourbaki sobre as fronteiras da Suíça. Debalde, finalmente, o comandante da expedição lembrou – que melhor lhe teria sido dar o assalto por Jeremoabo e por Maçacará.

Debalde, porquanto a todos pareceu que ao mesmo comandante cumpria reclamar das autoridades competentes quaisquer medidas, que porventura supusesse necessárias para levar a bom termo o seu cometimento. E só na hipótese de lhe serem elas negadas, ou repudiado algum plano sugerido por si, poderia então culpar o Governo pelo mau êxito da diligência empreendida.

Sabe-se, porém, que só pelo arsenal de guerra da Bahia foram fornecidos à expedição 49.500 cartuchos embalados para carabinas Mannlicher e 50 carabinas deste sistema.

Sabe-se, igualmente, que com a mesma expedição seguiram o 1º-sargento da companhia de operários militares do dito arsenal – João Batista de Medina, e o soldado João Batista Monteiro, para se encarregar dos pequenos consertos de que viessem a carecer as armas de fogo das praças destacadas. E que levaram eles consigo uma forja portátil, pertencente ao regimento policial do Estado, uma pequena bancada, uma

safra, e mais ferramenta indispensável no caso, fora muitas molas em espiral, de sobressalente.

Pelo aludido arsenal, ainda, foram remetidos com destino à expedição dois canhões Krupp 7,5 com os respectivos reparos, armões e competentes arreios de tração; bem como três metralhadoras Nordenfelt, chegadas da Capital Federal no pacote *Olinda*, que ancorou no porto da Bahia em 5 de dezembro de 1896.

Assim, pois, é para acreditar – que um erro de apreciação foi a causa única de não ter sido completa a vitória das armas legais, nos combates feridos em janeiro. O comandante da expedição teve de enfrentar número de *jagunços* maior do que pensara existir em seu caminho. Nem isso admira, visto que eram bem raros aqueles que não partilhavam da mesma ilusão.

Para prová-lo existem, decerto, os telegramas do juiz de direito e do promotor de Monte Santo, que já ficaram transcritos. Encontra-se, igualmente, a carta confidencial de um capitão de polícia que, a 17 de dezembro, comunicava ao chefe da segurança o seguinte: *Há muito exagero nos boatos aí espalhados; Conselheiro não terá mais de 1000 pessoas, inclusive mulheres e meninos. Consta que têm havido muitas deserções das fileiras do Conselheiro, e contaram-me que tendo ele mandado 60 homens escolhidos montarem uma trincheira a 13 quilômetros do reduto, eles aproveitaram e fugiram à noite.*

O próprio governador da Bahia no ofício que, em 11 de dezembro de 1896, endereçara ao comandante do respectivo distrito militar, com referência à 2^a coluna, que estava sendo organizada sob o comando do capitão Salvador Pires de Carvalho e Aragão, assim se externara:

“Sem que me seja dado entrar na apreciação da expedição projetada, e conquanto não conste do vosso ofício o total do contingente de que ele trata, me parecia não ser insuficiente para o fim almejado a força, que já se acha em marcha, visto compor-se ela de número superior a 300 praças e considerar exageradas as informações, prestadas em relação ao grupo dirigido por Antônio Conselheiro.”

Era natural, pois, que de posse dessas opiniões mais ou menos autorizadas, o major Febrônio de Brito não contasse encontrar a resistência, que efetivamente os *jagunços* lhe opuseram.

Mas, a confissão franca dessa verdade nenhum desar poderia trazer ao comandante da expedição e, antes, o pouparia à injustiça de atribuir ao governador do Estado, e aos seus amigos, intenções e planos incompatíveis com o sentimento mais vulgar de patriotismo e lealdade.

Uma questão que levantou-se entre certas pessoas influentes de Queimadas, a propósito da hospedagem aceita pelo major Febrônio, não era de molde a fazê-lo vir publicar na imprensa uma carta, em que transparecia o propósito de acusar o Governo do Estado, e se leram conceitos menos justos a respeito dos acontecimentos que, infelizmente, estavam se desenrolando. E demais, essa carta foi dada à luz antes mesmo de chegarem ao seu destino as “partes oficiais” referentes ao sucesso, o que não se pode qualificar de prudente nem de correto.

Sobreleva ponderar – que o comandante do distrito militar havia assumido a responsabilidade da jornada. E tanto que, recolhido ao quartel o primeiro contingente prestado, organizara ele a nova expedição, mandara pouco depois que esta regressasse, e, finalmente, a obrigara a marchar sobre Canudos. Resultou destes fatos uma troca de telegramas explicativos entre o governador conselheiro Luís Viana, o vice-presidente da República, Dr. Manuel Vitorino Pereira, e o ministro da Guerra interino, general Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, tratando todos eles da autonomia do Estado, que a muitos parecera anulada pela intervenção federal. Assim, portanto, se alguma falta se notou, decerto que não podia ter ela partido das autoridades civis.

E que o próprio major Febrônio compenetrara-se, afinal, da causa verdadeira dos acontecimentos de Tabuleirinho, se colhe do telegrama que, de Queimadas, ele passou ao comandante interino do distrito militar, em 25 de janeiro, fazendo esta confissão sincera: *Os únicos homens que informaram a verdade foram o tenente-coronel Antônio Reis e o vaqueiro Joaquim Calumbi, que afirmaram ter conselheiristas 8.000 homens. Pela média, posso garantir número superior a 5.000.*

Não seriam tantos, provavelmente, em todo caso, eram mais do que se calculara: dispondo eles, não de armas atrasadas exclusivamente, como se supunha, mas também de algumas outras modernas, abandonadas pela expedição que o tenente Pires Ferreira havia comandado.

Para melhor apreciação do assunto vou trasladar a ordem do dia, que o major Febrônio de Brito fez publicar, com referência aos combates de 18 e 19 de janeiro. Ela servirá de complemento ao que já deixei dito a respeito, e é concebida nos termos que se vão ler:

“COMANDO DAS FORÇAS EM OPERAÇÕES AO NORTE DO ESTADO – *Aquartelamento em Monte Santo, 29 de janeiro de 1897.* Ordem do dia nº 4.

“Colhidas as partes dos srs. comandantes de colunas e do sr. capitão médico de 4ª classe, encarregado do serviço sanitário das forças, sobre o combate de 18, em que foi assaltada a formidável trincheira natural da serra do Cambaio, talhada em rocha viva, e de 19, quando os celerados do fanático Antônio Conselheiro, que dali foram expelidos à viva força, acometeram o acampamento às 7 horas da manhã, quando toda a coluna se movia para dar, em Canudos, ao covil desses bandidos, o assalto definitivo e liquidação dos mesmos, julga-se este comando habilitado a fazer públicas as ocorrências desses memoráveis dias, e suas minúcias, já suficientemente detalhadas em telegrama – parte que, em 24 do corrente, dirigira ao sr. coronel comandante do 3º Distrito Militar e, por intermédio deste, ao dr. chefe de segurança pública.

“No assalto de 18, houve parcialmente – é certo – muita galhardia. No serviço da artilharia, vi com sangue-frio e boa direção, o sr. 2º-tenente Hilário Francisco Dias, que conservou-se firme no seu posto, apesar de ferido, embora levemente, no começo da ação, que principiou às 10 horas da manhã, e terminou às 3 da tarde.

“A luta foi empreendida pelo 33º Batalhão de Infantaria, na parte de seu contingente de guarda avançada, sob o comando dos srs. alferes Hermínio Pinto da Silva e Emílio de Carvalho Montenegro, que conservaram-se em seus postos, dando princípio à ação. Os auxílios foram depois prestados pelos contingentes do 9º e 21º de infantaria, e uma parte da força de polícia do Estado, sob o comando do heróico tenente Venceslau Martins Leal, que caiu com ferimentos graves – brava e temerariamente – na trincheira.

“Na ocasião em que ordenei o assalto, operou pela direita com uma pequena força o sr. tenente de polícia Policarpo Costa, que se houve com valentia e denodo na perseguição e desalojamento dos bandidos, enquanto que os 2ºs-sargentos Anacleto Alves Ribeiro e Eduardo

da Costa Nunes, presente mais tarde o sr. capitão José Joaquim de Andrade, comandante da 2ª coluna, os seus subalternos praticaram atos de admirável bravura sobre as serras da esquerda.

“No serviço dos canhões e metralhadoras, guarnecidos pelo contingente do 5º de Artilharia, ao comando do sr. alferes Antônio de Araújo Lima, houve ordem e presteza nas manobras, estando naqueles o 1º-sargento Júlio Melquíades de Jesus, como nas metralhadoras os 2ºs-sargentos Manuel Aureliano da Silva Leite e Inácio Gomes de Aguiar e Silva, que se conservaram com calma e firmeza em seus lugares.

“No combate de 19, todos se conservaram em seus postos, repelindo com o maior heroísmo os ímpetos dos ferozes canibais, quando envolveram a coluna. Louvo, portanto, por sua bravura excepcional, o sr. tenente Venceslau Martins Leal, que importantíssimos serviços teria ainda prestado, se não fosse ferido honrosamente no começo da ação de 18, aos srs. alferes Honório Domingues de Meneses Dória, ferido também nesse dia, na linha de fogo, pela sua persistência e sangue-frio na luta, Eutício Coelho Sampaio, a quem sempre vi com calma e interesse nas avançadas, bem como ao sr. 2º-tenente Hilário Francisco Dias. Louvo ao destemido sargento Anacleto Alves Ribeiro, incontestavelmente um soldado valoroso e bravo, a quem confiei o serviço de romper a frente na retirada de 19, feito perigoso e bem executado, onde fora ferido, não abandonando seu posto; ao 1º-sargento Modesto Antônio Marques, pelo seu sangue-frio e excepcional desprendimento no combate, e aos demais inferiores citados, bem como aos do 9º, 33º e 26º, aqui não referidos, especificando o sargento Agripino Carvalho, que se tornaram bons auxiliares em todos os combates, como os da força policial. Louvo ainda aos srs. tenente Policarpo Costa e alferes Maurício Marques Guimarães, meus auxiliares de pessoa, que se prestaram espontaneamente ao assalto, bem como aos cabos Marcolino Pereira da Costa e José Teixeira Serrão, do 9º, que se portaram com bravura e denodo, o primeiro até com ímpetos de valor invejável, como tudo apreciei, e ainda ao cabo de artilharia Francisco Eugênio Pimenta, pela sua valentia e sangue-frio, no serviço do canhão de que era chefe. Também cabe louvar, pelo seu comportamento nos combates, ao sr. alferes Almerindo Ferreira Teles de Meneses, de quem faz referências o sr. comandante da 1ª coluna em sua ‘parte’ e ainda por sua constância nas operações.

“Agradeço ao sr. capitão José Joaquim de Andrade a persistência que teve em seu posto na ação, mantendo a disciplina e a ordem, a ao sr. alferes Antônio Bernardo da Fonseca Galvão; ao sr. capitão Virgílio Pereira de Almeida, comandante da força policial, a dedicação com que cumpria as minhas ordens, e a disciplina que manteve em sua força. Os elogios do sr. alferes Inácio Mendo Filho se contêm na ‘parte’ desse mesmo sr. capitão, que salienta a conservação no combate, ainda depois de ferido levemente, do referido sr. alferes.

“A força policial, apesar de não muito adestrada nas armas, portou-se na altura do soldado disciplinado, em combate firme ao lado de seus camaradas.

“Infelizmente, nada tenho a opor à menção de incorreção, que faz em sua aludida ‘parte’ o referido sr. capitão Virgílio, sobre o procedimento retraído dos srs. tenente João Aureliano Ferreira da Silva e alferes Caetano de Sá Barreto Vilasboas.

“Cumpre-me ainda agradecer aos srs. dr. Esveraldino Cícero de Miranda, chefe do serviço de saúde, e Edgardo Henrique Albertazzi, pela solicitude com que pensaram os feridos, quase em abandono pelo avanço entusiástico da coluna, e ainda na linha de fogo, com calma e humanidade, auxiliados pelo sr. dr. Gabriel Arcanjo Dutra de Andrade.

“Todos bem se conduziram no penoso trabalho da retirada, em que só a calma e a ordem puderam salvar a coluna e sua honra.

“Dez foram os mártires tombados e muitos os feridos, nessas lutas, cujas glórias entrelaçadas ao luto dos camaradas feridos se alteiam por sobre cerca de 900 a 1000 bandidos, dizimados na ação; sendo que o triunfo seria completo, se os meios de mobilidade o fossem também, bem como suficiente o número das forças em operações. Então a própria fome e a sede seriam neutralizadas. – *Febrônio de Brito, major.*”

Bem fácil é calcular a surpresa, que a notícia desses acontecimentos causou por toda parte. A vitória da autoridade não havia sido completa. Canudos continuava de pé, tendo esta verdade repercutido extensa e dolorosamente no país inteiro.

Era um punhado de praças de linha, disciplinadas e aguerridas, que sertanejos ignorantes e sem tática obrigavam à retirada, em que *só a calma e a ordem puderam salvar a coluna e sua honra.*

Mas o Brasil, que desde muito estava habituado a ver o seu exército sair vitorioso e glorificado de todas as refregas e situações, estre-mecia de susto diante daquela ocorrência, que lhe parecia prejudicar – de leve embora – o prestígio das armas republicanas.

Por isto, a opinião pública se levantou como um só homem para exigir – que se continuasse a luta, até que esta produzisse um resultado satisfatório e digno para a legalidade. Do norte ao sul do país correu – desde logo – um frêmito de profunda indignação. Canudos começou a ser apontado como o valhacouto de rebeldes, cujo timbre consistia em ludibriar a república, formando um governo à parte, e pretendendo uma independência que, por ser absurda, os colocava mais ainda fora da lei.

Como de costume, a imaginação popular apoderou-se do fato para lhe emprestar proporções descomunais; e o vulto de Antônio Con-selheiro, saindo da penumbra, entrou então na luz plena da publicidade e do renome.

Algo de sobrenatural e maravilhoso se atribuía ao dominador de Canudos. Cada qual contava a seu respeito um episódio, uma particularidade, uma notícia extravagante ou curiosa. Nem mesmo faltava quem procurasse explicar o imprevisto dos dois encontros como efeitos de taumaturgia.

Nessa ocasião se espalhou, por exemplo, que o Conselheiro não olhava para mulher alguma, e que, além de se alimentar com parcimônia inigualável, submetia-se a flagícios estupendos.

E não era tudo ainda. Os discípulos mais entusiastas propalavam – que o seu mestre e pai, o Conselheiro, todos os dias, à hora determinada, entrava em êxtase para se comunicar com o próprio Deus.

Era quanto bastava para a fantasia do povo alar-se e se expandir.

A verdade é – que a crise se agravara bastante com esse golpe inesperado, sofrido pela 2^a expedição.

Porquanto, se de uma parte os *jagunços* tinham o direito de envaiadar-se com a retirada da força legal, por outra parte o princípio da autoridade estava comprometido, senão seriamente abalado, com a permanência da cidadela de Canudos.

Não havia, pois, que vacilar. Era indispensável agir sem detença, a fim de restabelecer a paz e a ordem, condição necessária para difundir o progresso e firmar a liberdade.

Ainda bem que o poder público teve a nítida compreensão de suas responsabilidades, e, como adiante se verá, procurou cumprir leal e desassombradamente o seu dever.

.....

II

A ordem, pensa Montalembert, é o supremo fim da liberdade.

E se esta constitui o grande escopo e o formoso ideal da república, forçosamente aquela é condição indispensável à existência dessa forma de governo, que o nosso país por sua vez adotou.

Prejudica portanto a liberdade do cidadão, e se revela consequentemente incapaz de preencher a sua elevada missão social, a autoridade que não pode garantir a ordem pública, restabelecendo-a prestes e completamente onde quer que esta seja perturbada.

Santíssimo direito – o da liberdade, é certo; mas lei necessária – a da ordem, não há negá-lo.

Se o exercício da liberdade é incompatível, alguma vez, com a manutenção da ordem, temos então sério perigo para o povo, que assim fica entregue a todas as contingências do acaso, à exploração dos mais audazes, e à tirania dos mais fortes, colocado entre as pontas de um dilema pavoroso: a licença ou a anarquia, a degradação ou a morte.

Deus, que nos dotou com uma alma perfeitamente livre, encerrou-a contudo num corpo, que obedece a leis psicológicas invariáveis, conquanto harmônicas. Assim, em toda a natureza criada.

Há liberdade para as aves, que gorjeiam simplesmente por inspiração de sua própria vontade; como há também para o homem, que pensa e se locomove a seu mero arbítrio. A ordem, porém, rege e domina o concerto melodioso das esferas, a trajetória imutável dos astros, o plano divinamente estético do universo.

E a sociedade nem um só dia teria subsistido, se a liberdade fosse por acaso a única força a impeli-la; porque, se a liberdade gera, a ordem no entanto é que cria; se a liberdade produz, é a ordem todavia que conserva; se a liberdade tem as fulgurações do relâmpago que ofusca num momento, a ordem difunde a luz de um lampadário, branda mas perene, como a que jorra do foco deslumbrante do Sol.

O que se estava passando no sertão da Bahia reclamava a maior solicitude. Havia ali um fenômeno a estudar e um problema a resolver. Até a lenda ia empolgando já o caso para confundi-lo e dificultá-lo.

Não convinha, pois, perder um momento que fosse, encarada a questão por qualquer de suas faces e sob todos os seus aspectos.

Assim o Governo da União, tendo recebido as comunicações oficiais, acerca das ocorrências dadas com a segunda expedição mandada a Canudos, cuidou sem demora de providenciar no sentido de restabelecer o império da lei, que ali fora postergada, e de apagar a impressão lancinante produzida pelo desastre de janeiro, em todos os ângulos deste vasto país.

O Poder Executivo da República, muito sensatamente, entendeu – que a honra da pátria e o futuro das instituições corriam o risco de ser sacrificados nessa emergência que, por sua gravidade, tanto a uma como a outro poderia ser fatal.

Era provável, senão certo, que os adversários da situação política dominante viessem a lucrar com qualquer desastre, que algum dia sofressem as armas legais; pois assim eles cobrariam forças e estímulos, em proveito de seus interesses, e aspirações insensatas.

Muito embora Antônio Conselheiro estivesse agindo por conta própria, nada impedia, contudo, que os restauradores tirassem partido das vitórias, que os fanáticos de Canudos conseguissem por acaso obter; porquanto elas desmoralizariam profundamente as autoridades constituídas,

enfraqueceriam bastante a confiança posta no Exército, e difundiriam por toda a parte a descrença, o pasmo e o terror.

Impunha-se, por conseguinte, a urgência de fazer sentir aos *jagunços* a relevância de seus deveres de cidadãos, punindo severamente a rebeldia, com que eles estavam se comprometendo e criando, ao mesmo tempo, dificuldades e perigos para toda a república.

E – nota curiosa que convém perpetuar – o governador a quem dias depois acusavam com acrimônia, por não perseguir ferozmente o Conselheiro e desejar até mesmo o insucesso da expedição, tinha sido o primeiro a telegrafar ao vice-presidente da República, então em exercício, acentuando – que era questão de honra prosseguir na campanha, encetada contra os ousados sertanejos.

Melhor será, certamente, copiar as próprias palavras com que o conselheiro Luís Viana terminava o seu telegrama, expedido em 26 de janeiro ao ministro interino da Guerra:

“Não é possível”, ponderava o governador, “abandonar a perseguição aos fanáticos, tão prejudiciais à ordem e à república. Seria conveniente a remessa, com urgência, de um contingente bem comandado e municiado, a fim de operar conjuntamente com o coronel Tamarindo.

“A demora das operações tem prejudicado enormemente a diligência.

“Confio que V. Ex., tão interessado na manutenção da ordem quanto este Governo, ordenará auxílio pronto, comunicando-me as providências que tomar, a fim de que aqui chegando encontrem tudo disposto por parte deste Governo, e terem seguimento a seu destino.”

A verdade é – que o Governo Federal desenvolveu grande atividade, com o digno propósito de salvar a sua força moral abalada, e castigar os sediciosos impenitentes.

Nesse empenho, aliás, o Governo sentia-se fortificado pela opinião da grande maioria do país, que se confessava surpreendida pela provocadora atitude do Conselheiro e seus sequazes, e ao mesmo tempo exigia – que fossem eles punidos para tranqüilidade da população e exemplo a futuros agitadores.

O Governo, portanto, deliberou mandar a Canudos uma brigada, com quatro bocas-de-fogo que, reunidas às outras que estavam já

no sertão, formariam todas uma só bateria; e confiando tudo ao comando do coronel Antônio Moreira César, exprimiu a esperança de que o governador da Bahia não somente aplaudiria esse plano, mas ainda auxiliaria a sua realização por todos os meios possíveis.

E o Governo da União, felizmente, não se tinha enganado. O governador da Bahia deu-se pressa em responder ao dr. Manuel Vitorino Pereira, vice-presidente, então na presidência da República; e fê-lo em termos claros e precisos, declarando – que *se prontificava para dispor todos os elementos, que pudessem aproveitar a nova expedição, de modo a poder ela seguir sem demora para o teatro dos acontecimentos.*

De fato, o chefe de polícia *teve ordem de partir para Queimadas, ponto escolhido para reunir-se e aparelhar-se a expedição, e ali preparar todos os recursos que deviam ser postos à disposição do coronel Moreira César.*⁹

E, efetivamente, o chefe de polícia partiu. “Lutei”, disse ele, “nos primeiros dias com embaraços, que felizmente consegui vencer, graças à boa vontade das populações sertanejas em geral. Empreguei todos os esforços ao meu alcance para cumprir vossas instruções, que eram de satisfazer todas as indicações e requisições do comandante da brigada, o coronel Antônio Moreira César, a quem por conta do Estado forneci abundantes meios de transporte e munições de boca.

“Quando chegou a Queimadas, onde me achava, o aludido coronel, já tinha eu feito seguir para Monte Santo algumas munições de boca, que havia comprado, e todas de guerra que encontrei em Queimadas; e logo depois da chegada dele àquela vila começou-se a fazer o movimento das forças, que em breves dias terminou com a facilidade e ordem que soube imprimir ao serviço o notável militar.”¹⁰

Não convém, todavia, alterar a narração cronológica dos acontecimentos.

Assim, pois, antes de tudo – registrarei que o coronel Moreira César aportou à Bahia na tarde de 6 de fevereiro de 1897, a bordo do paquete nacional *Maranhão*; sendo recebido por todas as autoridades militares e pelo oficial de gabinete do governador.

9 Mensagem do governador da Bahia ao Presidente da República, em 15 de março de 1897.

10 Relatório do Dr. Félix Gaspar, apresentado ao governador em março de 1897.

Ao desembarcar no arsenal de marinha, o comandante da 3ª expedição foi saudado pela multidão, que aí o aguardava a fim de dar-lhe as boas-vindas, e manifestar-lhe a confiança que o seu nome inspirava. Depois de ter agradecido os cumprimentos, com que tanto o penhoravam, seguiu para o palácio da Vitória o coronel Moreira César, no intuito de visitar o governador, com o qual conferenciou por muitas horas.

Suficientemente informado da situação, tendo além disto ouvido as seguranças do grande interesse, que o governador ligava à pronta solução do caso, e convencido do auxílio incondicional que, por parte do Estado, lhe seria prestado, o coronel Moreira César se retirou do palácio plenamente satisfeito, e, o que mais é, disposto a se transportar sem detença para Canudos, onde esperava infligir tremenda e exemplar derrota aos *jagunços*.

Com o coronel, entretanto, haviam partido o 7º Batalhão de Infantaria, contando 10 oficiais e 460 soldados, debaixo do comando do major Rafael Augusto da Cunha Matos. Tinham vindo também a artilharia e a cavalaria da divisão, constando – aquela – de uma bateria do 2º Regimento, com 59 praças, comandadas por um capitão, um 1º-tenente e dois 2º-tenentes; e – esta – constituída por um esquadrão do 9º Regimento, com 60 praças, comandadas por um capitão, dois tenentes e quatro alferes. Munições e equipamentos, em quantidade bastante.

Assim, o efetivo da brigada que tinha de operar, inclusive o 16º de Infantaria, subiria a 1.200 praças, 700 das quais de infantaria, todas armadas a Mannlicher.

Para regularidade dos fornecimentos, e paga de soldo e outras despesas, o Ministério da Guerra criou caixa militar junto às forças indicadas, nomeando para servirem nela – o 3º oficial da Contadoria geral de Guerra Lauriano Laurentino das Trinas, pagador, Eduardo da Cruz Rangel e o alferes José Antônio Mourão, ajudantes.

Com o encargo especial de se encarregarem do levantamento das plantas, e da execução dos planos de defesa, de que por acaso necessitasse o comando geral, foram comissionados os engenheiros das obras militares – tenentes Domingos Alves Leite e A. Soares do Nascimento.

A artilharia levava guarnição de inferiores para os seus canhões Krupp, aligeirados.

Na tarde de 7 de fevereiro, o coronel Moreira César encetou a viagem, tomando o trem de ferro para Alagoinhas, onde recebeu manifestações inequívocas de apreço e simpatia, que se estenderam a toda a força por ele comandada.

Seguiram, na mesma ocasião, a ala direita do 7^a e todo o contingente do 33^a Batalhão de Infantaria, a comissão de engenheiros, e a de médicos do corpo de saúde.

Ao respectivo embarque assistiram várias autoridades, entre as quais o governador do Estado, e o chefe do distrito militar, além de volumosa massa popular, dando todos os mais expressivos sinais de interesse pelos que partiam, e manifestando os mais vivos desejos de que tivessem estes um êxito brilhante e feliz.

Por que não se demorasse em Alagoinhas, a expedição continuou seu caminho, e às 2 horas da madrugada de 8 passava pela Serriinha, de onde o respectivo comissário de polícia telegrafou nestes termos:

“Coronel Moreira César passou hoje (8), às 2 horas da madrugada. Ofereci *lunch* a todos os oficiais, que saíram satisfeitos. Tenho prestado todo auxílio ao dr. chefe de segurança. Estou firme em auxiliar-vos no que estiver ao meu alcance, ainda que com sacrifício. Saudações. – *Leovigildo Cardoso Ribeiro.*”

No dia 8 mesmo, o coronel chegou a Queimadas; e daí passou ao Ministério da Guerra o telegrama, que eu vou transcrever:

“Estou em Queimadas ativando a remessa de poucas munições para Monte Santo, para o mais breve possível seguir para Canudos. A força está muito animada, sem ocorrer caso algum de indisciplina. Há muita dedicação. O estado sanitário ótimo. O governador e mais autoridades do Estado têm sido em extremo solícitos em me auxiliar. Só temo – que o fanático Antônio Conselheiro não nos espere.”

Era ainda o comandante da expedição quem se dirigia ao governador do Estado, nos termos que se vão ler:

“Aqui chegamos sem novidade. O dr. chefe de polícia, como autoridades, tem empregado todos esforços para remover dificuldades. Desejo muito que o 20 de infantaria Sergipe vá estacionar Jeremoabo,

ou Bom Conselho, de preferência no primeiro ponto. Também vou pedir isto ministro da Guerra.”

A 9, ainda de Queimadas, o coronel Moreira César telegrafava ao governador para cientificar-lhe que, em virtude da sua permissão, e porque parecia necessária, tinha ficado combinada a permanência do dr. chefe de polícia naquela vila.

No dia 10, o conselheiro Luís Viana recebeu outro telegrama da mesma procedência, e que dizia assim:

“Dr. governador – Nada nos tem faltado. Só me preocupo apressar movimento, pois estou convencido qualquer demora será prejudicial. Dr. chefe de segurança é funcionário distinto e cavalheiro incansável. – *Moreira César.*”

Nesse mesmo dia, o coronel Pedro N. B. Ferreira Tamarindo seguiu para o centro.

O chefe da 3ª expedição, além de encomiar – como se tem visto – as autoridades estaduais, que lhe não haviam regateado o mais franco apoio, e o mais leal concurso, ardia no desejo de atacar a cidadela de Canudos, conforme por vezes manifestou, receando – que os *jagunços* abandonassem-na amedrontados pela aproximação da força que ele comandava. Havia, por consequência, da parte do coronel Moreira César a convicção de que se achava aparelhado convenientemente para atacar o inimigo, e a máxima confiança nos meios com que ia disputar-lhe a vitória.

Nem outros sentimentos exprime o telegrama, que ele na tarde do citado dia 10 passou ainda ao governador, e eu vou reproduzir agora:

“Informações, que nos deram, revelam um fato, que já fazia minhas constantes preocupações, isto é, sempre e só receio fuga dos fanáticos. Com auxilio chefe segurança, já providenciamos Tucano ouvir amigos. Desejo saber vossa opinião, caso coluna receba confirmação notícias, sendo que considero em todos os casos nosso único objetivo prender os fanáticos de Antônio Conselheiro.”

Mais ou menos quando essas ocorrências eram registradas, aportava à Bahia o vapor *Santos*, conduzindo a seu bordo o batalhão 16ª de Infantaria de linha, sob o comando do coronel Francisco Agostinho de Melo Sousa Meneses, e com o efetivo de 300 praças de pré, além de

30 oficiais. Estava armado a Mannlicher. E foi recebido gentilmente pela população da cidade, do que é prova a esplêndida ovação por ela feita a esses militares, que chegavam cheios de civismo e de fé para se bater pela causa da legalidade.

Os acontecimentos, porém, foram se desenrolando gradualmente para terminar, por mal nosso, num desastre tão emocionante quanto inesperado.

No dia 11, o coronel Moreira César se dirigiu novamente ao governador, e o seu despacho telegráfico demonstra a convicção, que o dominava, de terem seu nome e sua fama o prestígio capaz de fazer debandar os *jagunços*, antes mesmo dele enfrentá-los:

“Em vista das notícias da fuga do Conselheiro, apressar operações me parece de grande vantagem; por isso poderão vir do 16^a de Infantaria apenas 100 homens para ficarem guardando Monte Santo, que é base de operações, e vir também coronel Sousa Meneses para comandante dessa base de operações, pois ninguém, melhor do que ele, nos poderá preparar lá recursos. Vinda 100 homens poderá ser feita com urgência, o que não se dará batalhão. Saudações.” Palavras textuais do telegrama.

Eis o que pensava o chefe da expedição, quando ainda em Queimadas. Acreditava na possibilidade do Conselheiro correr, e era natural, portanto, que dispensasse o batalhão, e se contentasse com algumas praças para guarnecer Monte Santo, que – bem ou mal – considerava a base das operações. Pelo mais, ele se responsabilizava.

Apesar, entretanto, de não se ter confirmado boato da fuga dos *jagunços*, o coronel Moreira César, ainda assim, no dia 17 de fevereiro, levantou o acampamento de Queimadas, e a 18 se instalava em Monte Santo, para daí sair na madrugada de 23 com toda a brigada, em demanda do Cumbe. O 9^a Batalhão partira da capital do Estado no dia 11.

Nessa jornada, porém, ocorreu um incidente, que deve ser reconhecido, como elemento da crítica histórica indispensável.

Na manhã de 18, viajando em direção a Monte Santo, entre o lugar denominado Cansação e a fazenda Lagoa de Cima, o coronel Moreira César foi acometido de uma síncope. Em falta absoluta de médicos, ao chefe da expedição socorreram os oficiais do seu estado-maior.

Estes, todavia, tomados de susto e de zelo, mandaram logo chamar o dr. Esveraldino de Miranda, que estava junto ao 7º de Infantaria, no sítio denominado Quirinqual, aquém de Monte Santo.

Mas, o coronel dentre em pouco se sentiu melhor e, tornando a montar a cavalo, prosseguiu na sua derrota.

Quando tinha andado cerca de 13 quilômetros, o chefe da expedição se encontrou com aquele facultativo, que trazia consigo o farmacêutico militar capitão Anísio Moniz Gomes; e ambos o conduziram para uma casa da citada fazenda, onde aplicaram-lhe um sinapismo, que produziu logo o mais benéfico efeito. Entretanto, no dia 22 o incômodo se repetiu, sendo assaltado o coronel por uma vertigem, no momento em que estava a descansar no sítio denominado Lajinha, que demora aproximadamente 19 quilômetros além de Monte Santo. Verdade é – que daí em diante mais nada ele sofreu, até que foi vítima de sua temeridade em frente a Canudos.

O diagnóstico da enfermidade não foi conhecido a princípio, mas pouco depois assoalhou-se – que o coronel Moreira César padecia do *mal sagrada*.

Ao passo que esses acontecimentos desdobravam-se, partia de Sergipe o Batalhão 26º de Infantaria de linha, segundo os desejos manifestados pelo chefe da expedição; e, tendo ele chegado – no dia 26 – à vila de Jeremoabo, o juiz de direito da respectiva comarca expediu ao governador o telegrama a seguir:

“Saúdo-vos. Chegou ontem nesta vila o Batalhão 26º. Jeremoabo é celeiro abundante e cobiçado pelos fanáticos de Canudos. Portanto, necessidade primordial conserveis o batalhão nesta vila. População satisfeita garantia vida. – *Raimundo Inácio.*”

A solicitação desse magistrado foi atendida, de modo que a expedição ficou assim composta: Batalhões de Infantaria do Exército 7º, 9º e 16º, um esquadrão do 9º Regimento de Cavalaria de Linha, uma bateria de artilharia, e 200 praças – mais ou menos – da polícia baiana.

Continuando no seu itinerário, a expedição partiu na madrugada de 25 para a fazenda Cajazeira, onde acampou depois de 15 quilômetros de marcha. O coronel Moreira César havia chegado e assumido o comando, na véspera. Na tarde mesma de 25, a cavalaria e os enge-

nheiros seguiram para a Serra Branca, 6 quilômetros mais ou menos adiante, a fim de assentar uma bomba para fornecimento de água, visto constar não haver ali este líquido em abundância. Ao romper do dia 26, toda a brigada se dirigiu por sua vez para a Serra Branca; e, tendo aí carnado, prosseguiu de tarde, com destino à fazenda Rosário. Aí permaneceu a coluna até o dia 2 de março, quando levantou acampamento para o Rancho do Vigário, sítio que está a 19 quilômetros equidistante do Rosário e de Canudos.

É verdade – que, no mesmo dia 2, o coronel Moreira César havia acordado com o major R. A. da Cunha Matos marchar tão-somente 10 quilômetros, dar descanso de um dia às praças, depois abeirar-se da margem do Vaza-Barris, bombardear o arraial, e, quando este se achasse bem danificado, assaltá-lo então com a infantaria; mas, na manhã de 3 mudou ele de plano resolvendo atacar imediatamente a cidadela dos *jagunços*.

E com este intuito a coluna enveredou pela estrada de Canudos, observando a ordem que se segue:

Rompia a vanguarda uma companhia de atiradores, composta de cerca de 100 homens, do 7^o Batalhão, comandada pelo tenente Figueira. Seguia-se o coronel Moreira César, com o seu estado-maior, formado por estes oficiais – capitão Olímpio Castro, três tenentes do exército e um alferes, um outro tenente da polícia baiana, e o voluntário Francelino Pedreira de Cerqueira. Logo após, o grosso do 7^o Batalhão, comandado pelo major Cunha Matos, e a cuja retaguarda vinha o parque de artilharia. Em quinto lugar, marchava o 9^o Batalhão sob o comando do coronel Tamarindo. Em sexto, se encontrava o contingente do Batalhão 16^o. Em sétimo, a ambulância e o comboio, protegidos pela força da polícia estadual. E, cerrando a grande fila, via-se a cavalaria, que comboiava o gado, destinado à alimentação da brigada.

Durante o percurso, surgiram vários troços de fanáticos, tanto pelos flancos quanto pela vanguarda, e até pela retaguarda da coluna; mas esta, descarregando sobre eles, facilmente os destroçou.

Quando a aproximação de Canudos foi anunciada, o povoado achava-se a 6 quilômetros mais ou menos; e o coronel Moreira César mandou atirar duas granadas naquela direção, o que se fez prontamente. Foi, entretanto, um aviso aos *jagunços*.

A coluna, avançando sempre, afinal achou-se à vista do povoado. Seriam 10 horas da manhã.

Dado o sinal da ordenança, a artilharia partiu aceleradamente, protegida pelos 7^o, 9^o e 16^o Batalhões de Infantaria, e se foi colocar em uma colina, distante de Canudos 800 metros, quando muito.

O inimigo estava em frente, e o coronel Moreira César insistiu na sua idéia de atacá-lo desde logo, a despeito da marcha de 20 quilômetros, aproximadamente, que a brigada já trazia. Para semelhante deliberação muito concorreu, decerto, o receio de que os *jagunços* – à noite – pudessem surpreender no acampamento a expedição, com vantagem do perfeito conhecimento dos acidentes locais, e da topografia dos campos.

E como os soldados da legalidade se mostrassem bastante animados, o chefe quis aproveitar tão excelente disposição, dando esta voz de comando: *artilharia a braços, para a frente*; ordem que foi cumprida imediatamente sendo os quatro canhões postados em outra colina, adiante 400 metros talvez. Aí ficaram duas bocas-de-fogo, tendo avançado mais um pouco as duas outras, que destarte acharam-se próximas dos principais redutos do Conselheiro, simbolizados nas duas igrejas do arraial. Eram 11 horas do dia.

As igrejas, edificadas uma em frente à outra, ofereciam as paredes laterais aos assaltantes, que tinham feito alto um pouco antes do Vaza-Barris, além do qual – alguns metros – ambas estavam situadas e começava a grande área, ocupada pelas habitações dos fanáticos.

Decorridos alguns momentos, gastos em observação rápida, o coronel Moreira César ordenou – que o 7^o Batalhão avançasse pelo flanco esquerdo do povoado, e o 16^o adiante pelo mesmo flanco. Quanto ao 9^o, avançou também, mas para atacar pela direita. A polícia baiana, seguindo-se ao 16^o, investiu pelo flanco esquerdo, também. E a cavalaria, adiante da polícia, tomou a estrada de Jeremoabo; do lado quase oposto àquele em que se postara a artilharia da expedição.

Dispostas deste modo as forças, efetuou-se o assalto, iniciado pelo 7^o, em cuja retaguarda se colocou o 16^o, a fim de protegê-lo. O primeiro, sob o comando do major Cunha Matos, atacou uma das igrejas; e desde logo, desalojando o inimigo, apoderou-se de onze casas do arraial.

Ao mesmo tempo, o 9º Batalhão investia, pelo flanco que ocupava, sobre as duas igrejas; e a polícia acometia pelo flanco esquerdo, invadindo algumas e incendiando outras habitações, causando sensíveis danos ao inimigo: até que se viu coagida a recuar, por se lhe terem esgotado as munições das patronas, e não haver quem as pudesse fornecer. Aquele batalhão, sob o comando do coronel Tamarindo, pouco depois achou-se em posição muito desvantajosa, sofrendo vivíssimo fogo; pelo que tentou, debalde embora, atravessar o Vaza-Barris.

Afinal, uma companhia do 7º, ao mando do tenente J. Figueira, e outra do 9º, às ordens do alferes A. Patrício, conseguiram vadear o rio; e ambas avançaram sobre as ditas igrejas, exatamente porque para aí se encaminhavam vários troços de fanáticos, no intento manifesto de substituir os outros, que estando nelas entrincheirados iam, contudo, succumbindo, dizimados pela artilharia que sem cessar os alvejava.

Dos dois edifícios, o mais velho ficou bastante estragado, o outro, porém, construído com paredes dobradas, e cheio de seteiras bem separadas por mainéis regulares, nada sofreu, não obstante estar ainda descoberto, e lhe terem caído dentro diversas granadas.

Quanto às duas companhias de atiradores, registraram elas muitas perdas.

Convém consignar – que, antes de se realizar o assalto, a artilharia bombardeou Canudos, por espaço de duas horas. E que na segunda colina, penúltima ocupada pela mesma artilharia, foi oportunamente instalado o hospital de sangue, de cuja guarnição ficou encarregado um piquete da polícia baiana, comandado pelo alferes F. Requião. Nesse hospital contaram-se, ao entardecer, para cima de 200 feridos. Quanto ao número de mortos, não foi possível verificá-lo então.

No momento em que o coronel Moreira César, depois de ter disposto do melhor modo as forças, regressava do ponto onde, na estrada de Jeremoabo, a cavalaria se encontrava, e dirigia-se confiante ao posto em que se tinha colocado, bem perto da artilharia, foi ferido gravemente no ventre.

Seriam, pouco mais ou menos, 3 horas da tarde.

Recolheu-se o coronel à barraca, e foram-lhe aí feitos os primeiros curativos. Depois, o conduziram numa padiola para o hospital.

O coronel Tamarindo assumiu, logo, o comando geral da expedição; mas fê-lo desconhecendo o verdadeiro estado das cousas.

De 4 para 5 horas, embora continuasse aceso e animado o combate, não se conseguia, contudo, manter nele a ordem desejável. No entanto, os fanáticos, apesar dos muitos claros abertos em suas fileiras, lutavam com arrojo e valentia memoráveis. Não esmoreciam, não recuavam; parecia mesmo que se multiplicavam, pois sempre que um deles tombava, morto ou ferido, dois ou três outros vinham substituí-lo, com a fisionomia iluminada pelos lampejos da fé, com o ânimo alevantado pelas sugestões da bravura.

As pontarias, que eles faziam, quase todas eram certeiras e fatais. A julgar pela qualidade dos ferimentos, a gente do Conselheiro atirava com armas Chuchu, Mannlicher e Comblain.

O Batalhão 16^a foi comandado pelo capitão A. Vilarinho, a cavalaria pelo capitão Álvaro Pedreira Franco, e a artilharia pelo capitão F. Salomão.

No hospital de sangue, os médicos desenvolveram louvável atividade e zelo, dignos de francos encômios.

Eram 7 horas da noite, quando os clarins e as cornetas deram de retirada:

“O som monótono dos sinos das igrejas e os cânticos religiosos dos fanáticos, a agonia dos moribundos, e os gemidos dos feridos, ainda mais agravaram o desânimo dos retirantes, já exaustos de cansaço, de fome e de sede.”¹¹

Certo é – que a manobra ordenada foi desfavorável em extremo à força legal, obrigada por tal modo a deixar os redutos já conquistados ao inimigo, ao preço de muitas vidas preciosas.

Em todo o caso, a noite passou sem a menor novidade. No povoado de Canudos, não se fez durante ela um disparo que fosse, não obstante haverem convergido para o centro dele todos os combatentes do Conselheiro. Por esse motivo, alguns soldados puderam se apossar de uma pequena venda de molhados, onde comeram e beberam à farta, sem que fossem pressentidos, e muito menos incomodados pelo inimigo.

11 *Jornal do Comércio*, do Rio, de 19 de novembro de 1898.

Na manhã do dia seguinte, depois de ter ouvido ao major Cunha Matos e aos demais comandantes que serviam na expedição, resolveu-se o coronel Tamarindo a dispor a retirada para o Rosário, com o fim de reorganizar e retemperar a coluna, que deveria tentar um segundo assalto a Canudos.

No acampamento correu, porém, que quando essa deliberação fora comunicada ao coronel Moreira César não lhe dera este o seu assentimento. O comandante da expedição, com a impaciência e a temeridade, que durante ela sempre revelou, fosse por influência mórbida, fosse por mal avaliar os recursos de que os *jagunços* dispunham, queria que se desse nova investida, apenas amanhecesse; pois contava esmagar o inimigo com algum esforço mais. Ele assim o dissera a seu ajudante – o capitão Olímpio de Castro.

O parecer do coronel, entretanto, não foi aceito; e poucos minutos faltavam para cinco horas da manhã, quando o chefe da expedição, cedendo ao sofrimento e à dor, exalava o derradeiro suspiro, em meio de alguns camaradas consternados. Vítima do dever e da temeridade, o coronel Moreira César agora repousa – inanimado e frio – no sertão baiano, onde ele esperava aliás colher muitos louros para enastrar em sua frente de republicano e soldado! É assim que o destino sói responder aos planos e desígnios do homem...

Soavam 6 horas da manhã do dia 4 quando a coluna começou a se mover para continuar a retirada, que – cumpre confessá-lo – se fez então um pouco desordenadamente. O falecimento do coronel Moreira César havia, com certeza, produzido nas fileiras que ele comandava um certo desânimo, que se explica pela surpresa e rapidez do choque recebido.

Como quer que fosse, a coluna marchou até cerca de três quilômetros para trás; conseguindo-se, a repetidos toques de – *alto à frente* – que a infantaria não se distanciasse muito da artilharia. Na vanguarda foram colocados os feridos, que montavam nos cavalos do regimento, bem como os oficiais que tinham direito a cavalgadura. Na retaguarda, seguia toda a artilharia, guarnecida unicamente pela policia baiana, que assim protegia a retirada.

Às 8 horas, mais ou menos, uma enorme multidão de *jagunços*, que inopinadamente emergira, atirou-se furiosa, célere, indômita, sobre

a artilharia, tanto pelos flancos quanto pela retaguarda; e a artilharia, então desguarnecida, caiu infelizmente em poder dos assaltantes.

Foi nesse momento, crítico e funesto, que junto a um dos canhões, onde era seu posto – quedou fulminado o capitão Salomão, comandante da brava artilharia.

Depois... uma debandada geral se declarou. Ninguém mais pôde se entender, nem comandantes nem comandados. A disciplina militar desaparecera inteiramente.

Os *jagunços* procuraram se aproveitar então das circunstâncias, e perseguiram tenazmente os soldados da legalidade. Até ao Rosário não lhes deram quartel. Foi por essa ocasião que imolaram muitos oficiais e praças de pré, contando-se entre os primeiros – o coronel Tamarindo, o capitão Vilarinho, o tenente Policarpo Costa, os alferes Hipólito e Coelho, bem como o capitão Bahia que, já ferido, vinha carregado em uma padiola.

Quando encetou-se o combate, Canudos talvez abrigasse em seu recinto oito mil pessoas, que todas pelejavam, cada qual na medida de suas forças, mas com a mesma valentia, sem excetuar as crianças e mulheres. E terminada a inolvidável ação, tornaram para seu reduto os sectários do Conselheiro, ao tempo em que o resto da expedição tomava a estrada de Queimadas. Poucos, entretanto, foram os que se lembraram de enveredar pela picada por onde havia passado a coluna, e havia sido aberta pelo corpo de engenheiros entre Cumbe e Serra Branca. A maior parte dos retirantes não atinaram com esse desvio.

Justo é rememorar, porém, que a força policial baiana se bateu com denodo e galhardia. Das 150 praças, que ela pusera em linha de fogo, um terço apenas escapou com vida.

Transladando, agora, a “parte oficial” do combate, eu viso fornecer todos os documentos necessários para se instituir um juízo imparcial e seguro sobre tão curiosos episódios da história de nossa pátria.

O ofício do major Cunha Matos diz assim:

“Ilustre coronel Sousa Meneses – Comunico, e peço para o fazer ao Governo, a infeliz nova que passo a relatar.

“No dia 3 do corrente, levantamos acampamento no Rancho do Vigário, e marchamos com direção a Canudos. Na véspera, o inditoso e bravo coronel César combinara comigo só marchar légua e meia, dar

descanso de um dia às praças, no dia imediato marchar até à margem do Vaza-Barris, bombardear bem com a artilharia e após isto dar o assalto com a infantaria.

“No referido dia 3, porém, ficou desejoso de liquidar tudo, e assim é que no lugar em que prometia acampar mandou *tocar oficiais*, e convidou-nos a avançar para tomar Canudos.

“Esta idéia foi logo abraçada pela maioria dos oficiais, e o coronel continuou a marchar.

“Chegamos à margem do Vaza-Barris às 11 ½ horas do dia, estendendo-se logo a força em ordem de batalha. A artilharia fez uns seis tiros, aliás bons, para dentro da cidade, que é grande, havendo quase todos caído na igreja velha, que servia de um dos mais fortes redutos do inimigo.

“Após os tiros, deu o coronel ordem para o assalto, ficando ele em uma eminência, do alto de cá, e próximo à artilharia. Os *conselheiristas*, que atiram maravilhosamente com carabina, vararam o infeliz coronel com uma bala, acidente este que me foi imediatamente comunicado e ao Tamarindo, mas que ocultamos.

“Ficou então Tamarindo dirigindo o assalto, e, depois de vararmos o rio, atravessamos do modo seguinte: a policia e o 16º pela esquerda, a ala esquerda do 7º e mais o 9º Batalhão pela direita, e eu com a ala direita pela frente.

“Dado o sinal previamente combinado, demos princípio ao assalto, havendo a ala direita do 7º se apoderado logo de cerca de 12 casas, que serviam de pequenos redutos. A força policial e o 16º, por sua vez, atacaram galhardamente a esquerda, mas havendo ficado sem munição foram obrigados a retirar precipitadamente. Isto deu lugar a que o inimigo dirigisse os seus fogos especialmente para a ala direita do 7º, e o fazia com tanta certeza de tiro que pôs logo fora de combate grande numero de oficiais e praças.

“Vendo que estava sacrificando inutilmente o meu pessoal, visto que a policia se retirava e a ala esquerda com o 9º muito pouco podiam fazer, fiz retirar a mesma ala, e coloquei-a na margem do rio, por detrás de uma cerca.

“Tal era a fuzilaria, porém, que o inimigo fazia – que os oficiais e praças caíam mortos e feridos, inclusive eu, que fui ferido levemente na coxa e nádega direita.

“Sustentamos o combate até 6 ½ horas da tarde, sem conseguirmos tomar a cidade, sendo certo que logo notei cobardia por parte das praças em geral.

“Afinal, pouco antes de vir a noite, retiramo-nos para a margem de cá, onde fomos acampar no cume de uma serra, que fica a uns seiscentos metros de Canudos.

“Durante a retirada perdemos muita gente, não obstante a artilharia proteger com os seus espaçados tiros. A desordem manifestou-se logo na tropa, e tanto assim que me vi louco para conseguir formar um quadrado para proteção geral durante a noite, e especialmente dos feridos, que subiam a cerca de 200. Os médicos, apesar de trabalharem toda a noite, não puderam acudir a todos; e nós ficamos em posição crítica, por não termos gêneros alimentícios, nem água potável, pois a do rio não se podia ir buscar.

“O pobre Tamarindo ficou acabrunhado e sem ação, e às 11 horas da noite reuniu a oficialidade, isto é, comandantes de corpos e frações, e consultou-os sobre o procedimento que devia ter, visto estar a força desanimada, e não ser provável que novo assalto produzisse bom resultado. Todos os comandantes foram de opinião que, pela madrugada, se fizesse uma retirada em ordem, e de forma a não abandonar-se um só ferido.

“Às 5 horas da manhã fui chamado para verificar que o César acabava de falecer, o que muito me contristou.

“Após havermos trabalhado toda a noite, removendo feridos para dentro do pretense quadrado, bem como um enorme comboio de cargueiros com munições, pusemo-nos em marcha, debaixo da fuzilaria do inimigo.

“Nesta ocasião, verifiquei mais uma vez que a nossa reduzida força estava bem acobardada, pois as praças que conduziam os feridos, bem como as que formavam as faces do quadrado, só procuravam abaixar-se, até correr, sendo preciso que nós, os oficiais, desenvolvêssemos

grande soma de energia para continuar a marcha interrompida logo na saída.

“Depois de percorrermos uma extensão de cerca de 200 metros, o inimigo caiu-nos pelos flancos e retaguarda, pelo que a guarda avançada e outras muitas praças abandonavam seus postos, e corriam pela estrada, fugindo.

“O Tamarindo mandou que eu atacasse a fuga, e eu, acompanhado por uns três oficiais, corri à frente, de revólver em punho; mas éramos levados pela onda.

“Afinal, foi um grande grupo dos fujões atacado pela retaguarda e flanco direito; e por esta ocasião ficamos abandonados, eu, o capitão Campos e o capitão Simões, do 9º, só ficando umas cinco praças, que travaram tiroteio durante muito tempo.

“Ao mesmo tempo que isto se dava na frente, o inimigo cortava a retaguarda em duas partes, sendo tão grande a desordem, e o desbrío, que a artilharia foi tomada, mas não sem que seu capitão Salomão tudo envidasse como resistência.

“Afinal, foi morto o capitão, ferido o 1º-tenente Pradel, e morta quase a maioria da guarnição. Em seguida, o Tamarindo é varado por uma bala, os condutores dos feridos abandonaram estes, que são sacrificados. Extraviou-se um grande número de praças, e eu milagrosamente escapei.

“Tenho procurado reunir os extraviados, bem como conduzir para aí, não só os que aparecem, mas também grande número de feridos.

“Creio que este ponto será atacado dentro de poucos dias, e acho que o coronel deve se acautelar.

“Ainda não posso precisar ao certo o número de oficiais e praças postos fora de combate, mas garanto que faleceram – o César, o Tamarindo, o capitão Bahia, o tenente Pires Ferreira, os alferes Poli Coelho, Vanique de Matos, Olímpio e outros oficiais do 9º, 16º e polícia, cujos nomes ainda ignoro, mas que brevemente comunicarei.

“À última hora, informaram-me que o capitão Vilarinho foi também morto.

“Os oficiais feridos são poucos, mas há extraviados.

“Antes de haver relatado esta triste nova, devia ter dito que o César ergueu um viva à minha pessoa, por ter desalojado o inimigo do mato, e, apeando-se do cavalo em que montava, deu-me um aperto de mão.

“O coronel não imagina como estou, e estamos todos, com o grande desastre; mas também estou certo de que não encontrará dificuldades em descobrir o culpado. E mais nada. Cumbe, 5 de março de 1897. – Major *R. A. da Cunha Matos*.

“NOTAS À MARGEM – Mortos do 9º oficiais: alferes Tavares, Trajano Cosme dos Reis, tenente Pires Ferreira. Os ferimentos, em geral, são leves.

“Os gêneros alimentícios, que disse faltavam, são os que deviam ter nos bornais, pois o depósito aqui está repleto, têm sido remetidos.”

Como se acaba de ver, o major Cunha Matos insinua – que houve um culpado no insucesso de que ele tão pesaroso deu conta. Entretanto, por mais tratos que eu dê à imaginação, não posso descobrir a quem se deva imputar a responsabilidade do lamentável fato, se é que a grave alusão visa atingir pessoa estranha ao comando da força militar.

Se empenhou-se um combate precipitadamente, quer por estar fatigado o pessoal da expedição, quer por não se ter feito em regra o reconhecimento do terreno, em que ia ela operar, se compreende bem – que esse erro só podia ser cometido pelos diretores da mesma expedição.

Estes, além do mais, deviam recordar-se do destino das expedições anteriores, que fracassaram, sem dúvida, por não se ter medido exatamente a estatura do adversário a quem buscavam derrotar.

Tais eram os elementos com que o coronel Moreira César deveria ter jogado para assentar o seu plano de batalha.

De modo que não deixou de ser funesta a resolução, por ele tomada, de alterar o seu primitivo desígnio para investir imediatamente contra o acampamento de Antônio Conselheiro.

Do bom êxito da diligência ninguém duvidara e, portanto, o revés que ela sofreu a todos causou surpresa e luto.

Mas qual a razão principal desse lamentável acontecimento?

O próprio major Cunha Matos, num telegrama passado em data de 13 de março ao general Dionísio de Cerqueira, então ministro do Exterior, declarou que *era o único a quem o coronel Moreira César ouvia às vezes; que só com muito jeito conseguira por mais de uma ocasião fazê-lo modificar ordens inconvenientes; que o tinha aconselhado a dar descanso à tropa antes de empreender o ataque, o qual ainda assim convinha ser precedido de um bombardeio ao povoado; que, apesar de parecer concordar com esse plano, o coronel após a marcha de três quilômetros aproximadamente reunira os oficiais, e os convidara a dar o assalto contra Canudos, ao que eles não se opuseram.*

O telegrama acrescenta – *que o coronel, tendo disposto toda a brigada em linha de batalha, não guardara reserva para apoio, e que o inimigo, bem resguardado, dentro de meia hora pusera metade dos assaltantes fora de combate, e fize-ra a outra metade recuar para o barranco do Vaza-Barris.*

O telegrama, finalmente, conclui noticiando – *que o coronel Tammarindo, que assumira o comando depois do ferimento do coronel Moreira César, fi-cara sem ação, e tendo por último ordenado a retirada, esta se efetuara no meio da confusão e da desordem.*

E tamanhas foram elas, que o major Cunha Matos refere a desobediência formal dos soldados aos seus superiores, o que o obrigou a disparar o revólver sobre os fugitivos, no intuito de fazê-los parar; mas, ainda assim, não impediu que eles o abandonassem no momento mais crítico e fatal. Os sinais repetidos das cornetas nada podiam, no meio da indisciplina que então dominava.

Com certeza, a morte do coronel Moreira César, a quem os soldados distinguiam com a máxima confiança, contribuiu bastante para esse resultado feliz.

Não obstante, é preciso confessar – que houve descuidos imperdoáveis, além desses que já deixei assinalados. É verdade que eles não chegaram a produzir todas as conseqüências de que seriam capazes, no entanto servem para demonstrar a pouca importância ligada por chefes militares a uma situação realmente difícil e perigosa.

Assim é que Monte Santo, apesar de ser uma posição digna da maior solicitude, ficou sem defesa, e – o que mais é – sem guarnição bastante para organizá-la em caso de necessidade.

O coronel Agostinho de Melo Sousa Meneses, que estacionava ali, dispunha apenas de 70 praças dos diversos corpos, das quais ao muito 20 eram aptas para o serviço, visto que as outras estavam doentes ou estropiadas.

O segundo inconveniente que se notou – foi ter a brigada deixado de tomar a estrada de Cambaio, que havia já sido explorada pelo major Febrônio de Brito, e seguido por outra inteiramente desconhecida e de maior percurso. Se por acaso o fez por temer que os jagunços a esperassem por ali, cumpria-lhe ponderar também – que eram muito sensíveis às desvantagens da preferência dada, não inferior com certeza às do alvitre preterido.

“E se Antônio Conselheiro dispusesse de forças numerosas, teria mandado – pelo caminho mais curto – atacar Monte Santo, bater e desbaratar totalmente a brigada pela retaguarda e flancos, bem como remover para o seu arraial as munições de boca e guerra de que havia grandes depósitos em Monte Santo; ou com mais facilidade ainda poderia ter feito tudo isso atacando a brigada pela frente, quando ela retirou-se pelo mesmo caminho, em completa debandada e desordem, depois de rechaçada do assalto ao arraial de Canudos.”¹²

É possível que essas duas últimas circunstâncias escapassem ao comandante da expedição, por não confiar ele na tática dos *jagunços*.

Mas, a súbita resolução do ataque, nas condições conhecidas de cansaço da tropa, e falta de exploração do terreno, indubitavelmente foi mal inspirada.

O que, porém, levou o coronel a tomá-la?

A opinião mais corrente é que ele agiu sob a influência de uma crise nervosa.

“Vizinho do arraial de Canudos”, diz um médico ilustre com referência ao coronel Moreira César, “vizinho do arraial de Canudos, no ponto escolhido para acampamento das tropas fatigadas pela jornada, planejado o assalto para a manhã seguinte, toma-o desejo de começar a peleja neste mesmo dia; e este desejo é irrefreável, domina-o inteiro, e carece de uma satisfação imediata, que a obediência ou o terror de seus comandados não sabe de modo algum recusar. Na ação, sua atitude é a

12 *Jornal do Comércio*, de 19 de novembro de 1898.

de um louco desnortado, atravessando a linha de fogo sem ver o perigo, aos gritos de *viva a república*; achando-se à frente dos combatentes, no mais aceso da luta, oferecendo um alvo esplêndido às balas inimigas. E uma delas veio-lhe destinada.

“Hoje, o peso de suas culpas deve ser muito menor... e a justiça o torna irresponsável, pois ele obedecia às determinações de um estado mórbido, era um instrumento passivo de sua epilepsia.”¹³

E a epilepsia, como ninguém ignora, se pode fazer o homem descer até à ignomínia, pode também elevá-lo às culminâncias da glória.

A ciência atesta – que Júlio César e Napoleão foram dois verdadeiros epiléticos, assim como Calígula e Torquemada outras vítimas do *mal sagrado*.

Parece mesmo – que as sínopes sofridas pelo Coronel Moreira César, em caminho para Canudos, foram grandes acessos da enfermidade que o torturava e se fazia notar por convulsões parciais.

Sabe-se quanto o coronel fora acusado por atos praticados no estado de Santa Catarina. Os anais do Congresso Nacional guardam discursos veementes, condenando o procedimento violento, senão desumano, que esse militar tivera para com seus concidadãos, conhecidos ou simplesmente suspeitados de revoltosos. Agora, entretanto, se pode melhor avaliar o fato, se reconhecendo – que o coronel Moreira César era um doente.

Desta opinião partilhou francamente o decano da imprensa brasileira, que a seu turno se ocupou de estudar o caráter e os atos do temerário de Canudos. E foi ele que assim se exprimiu:

“Em Lajinha, entre Monte Santo e Cumbe, foi o coronel Moreira César acometido de dois ataques consecutivos de epilepsia, dessa terrível enfermidade que, segundo nos consta, começou a sofrer em Santa Catarina, aonde foi tratado pelo dr. Franco Lobo.”¹⁴

Como quer que fosse, a morte do coronel Moreira César, e o conseqüente malogro da terceira expedição a Canudos causaram, em todos os ângulos da república, a mais funda e pungitiva surpresa. Os exal-

13 Ver Júlio Afrânio Peixoto – *Tese inaugural*, apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia – 1897.

14 *Jornal do Comércio*, de 19 de novembro de 1898.

tados, que tudo julgam sem ponderação nem critério, não querendo acreditar na imprudência, ou imperícia do chefe de cujo valor e fortuna haviam tanto fiado, tentaram explicar a seu jeito e sabor o desastrado acontecimento.

A Bahia é um reduto de monarquistas, disse-o certa imprensa do Rio de Janeiro; esquecida de que a quase unanimidade da população baiana, ativa e laboriosa, tinha colaborado desinteressada e proficuamente para o estabelecimento do novo regime. Depois, quando foi preciso consolidar a república, a quase totalidade dos representantes do grande e opulento estado prestara decidido apoio aos que se batiam pela vitória das novas instituições. E tanto bastava para colocar o povo baiano numa esfera superior às injustiças e agressões desse pugilo de imoderados, que não respeitam sequer as aflições e dores da pátria.

E mesmo quando se rebusque, na longa série de fatos então registrados, um só que sirva de prova àquela imputação desleal, não será possível encontrá-lo.

Muito pelo contrário, tudo quanto se passou na Bahia, após o fracasso da terceira expedição, demonstra à sociedade a parte direta e larga, tomada pelo governo e pelos habitantes na mágoa e no infortúnio, que fulminaram a república emocionada.

As manifestações públicas de tristeza e luto foram numerosas e soleníssimas. Exéquias pomposas em várias igrejas; votos de condolência pelos conselhos municipais; moções de pesar lançadas na ata da Associação Comercial e na de outras sociedades também, artigos eloqüentes e patrióticos de todos os jornais que apareceram tarjados de preto; – eis aí outros tantos modos por que a Bahia afirmou sua solidariedade com o regime atual, e suas simpatias ao exército republicano.

A increpação, portanto, que alguns periódicos do Rio de Janeiro lançaram contra a probidade política do povo baiano, exprime apenas o desafogo de espíritos atordoados pelo desfecho imprevisto de uma jornada de que se esperavam resultados prontos e brilhantes.

Felizmente, aos conceitos imerecidos da imprensa carioca opôs a imprensa baiana a contestação mais positiva e formal. Em telegrama, datado de 14 de março, os oito jornais existentes na capital do estado protestaram enérgica e dignamente, não só contra a qualificação de monarquista, conferida à maioria da população, mas ainda contra as

insinuações pérfidas com que se deixava perceber – que as autoridades estaduais não eram estranhas às vitórias de Antônio Conselheiro.

Os estudantes das escolas superiores da Bahia publicaram – por sua vez – um manifesto. E nesse documento, firmado a 9 de março de 1897, há um trecho muito expressivo, que calha perfeitamente aqui.

Diz ele: “Espíritos ligeiros para os quais uma aparência jamais carecerá de provas, fundando-se na pressuposta indiferença dos baianos, e na extravagante acusação de cumplicidade ficta, irrisória, absurda, dos poderes do estado na obra deletéria de um grupo de bandidos sem lei e sem idéias não hesitaram em atirar à Bahia a injúria de uma suspeita eminentemente odiosa, revoltadoramente injusta.

“Por isso nós, estudantes das escolas superiores desta cidade, resolvemos explicar perante os republicanos dos outros estados as razões de nossa atitude, as quais constituem ao mesmo tempo a justificação completíssima do procedimento da Bahia inteira.”¹⁵

Para confirmar a opinião de que o coronel Moreira César não contara com o valor, o número e a disciplina dos *jaguços* temos o testemunho insuspeito do Dr. Manuel Vitorino Pereira, então vice-presidente da república e organizador da 3ª expedição.

O eminente baiano, a propósito, escreveu: “Quando o governo lhe dava [ao citado coronel] plena liberdade de ação e punha à sua disposição toda a força de que ele houvesse mister, o distinto patriota recusava, declarando – que requisitaria qualquer reforço se fosse preciso, porém de patriotas, porque entendia não desfalcar as guarnições da capital e das cidades principais da União, porque estava convencido de que esse movimento era auxiliado em obediência ao plano de distribuir forças para melhor facilitar a execução dos intuitos e planos monarquistas.”¹⁶

Eis aí bem patentes os erros, em que o arrojado militar incidiu. Deixara-se arrastar pela falsa idéia – de que havia uma vasta conspiração a combater, e ao mesmo tempo apreciara em muito pouco os recursos e a bravura dos fanáticos do Conselheiro. Os exaltados, porém, que de tudo se aproveitam para prejudicar aqueles que por índole ou convicções não os podem aplaudir, entenderam ser magnífico o ensejo

15 *Correio de Notícias*, da capital da Bahia, nº 1444, de 23 de março de 1897.

16 *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, edição de 9 de março de 1897.

para fazer o governador da Bahia e seus amigos passarem como responsáveis pelos acontecimentos ocorridos. Entretanto, da exposição imparcial que tenho feito se conclui, evidentemente, quanto foi correta e patriótica a atitude mantida por aqueles cidadãos.

O desapontamento popular, contudo, fora enorme. A notícia da retirada da 3ª expedição, que antes perdera o chefe, em cuja boa estrela se confiara demais, caiu qual avalanche sobre a alma sobressaltada da nação. Impunha-se, pois, a necessidade de um desafogo a tamanha desgraça; e se nessa expansão de um sentimento, aliás explicável, foi-se até às fronteiras do crime, a culpa não cabe seguramente ao povo, mas aos seus pretensos diretores, que convertem-no às vezes em simples instrumentos de paixões e ódios individuais.

As cenas que se desenrolaram, a esse tempo, na capital federal atestam a procedência do meu conceito.

Conhecidas as notícias de Canudos por boletins afixados à porta de vários jornais, no dia 7 de março, um senador e dois deputados federais, de acordo com dois outros cidadãos, assinaram e fizeram distribuir entre o povo um convite para certo *meeting*, que se devia realizar às 5 horas da tarde no Largo de São Francisco de Paula.

A polícia, no entanto, entendeu ser medida de prudência proibir – que o *meeting* fosse levado a efeito, e neste sentido combinou com os promotores da reunião. Foram, conseguintemente, dissolvidos os grupos que já se tinham formado, mas eles, recompondo-se pouco depois, desfilarão pelas ruas principais da cidade, erguendo *vivas* e *morras*, e perturbando deste modo a pública tranqüilidade.

A casa da redação comum à *Liberdade* e à *Gazeta da Tarde*, órgãos ambos monarquistas, foi invadida pela onda popular, a que tudo cedeu e que nada poupou. Quase ao mesmo tempo, outro grupo irritado e numeroso vencia, a golpes de machado e picareta, a resistência das portas do prédio da Rua do Sacramento, em que os dois jornais eram impressos. Todo o material tipográfico foi inutilizado, rápida e completamente.

Sem mais demora, o mesmo grupo seguiu para a Rua da Assembléia, onde *O Apóstolo*, folha religiosa, tinha as suas oficinas, que foram varejadas, e tudo quanto nelas existia ficou entregue ao furor da multidão.

A polícia, acudindo afinal, tratou de providenciar como lhe cumpria; e dentro de meia hora as ruas mais freqüentadas achavam-se ocupadas por forças de infantaria, e de cavalaria também.

Não obstante, às 8:45 da noite, debaixo da chuva torrencial que então caía, longa fila de populares encaminhou-se pelo Largo da Carioca para a Rua do Passeio. Chegando aí, toda essa gente parou defronte à casa de residência do coronel Gentil José de Castro, proprietário da *Gazeta da Tarde* e gerente do *Liberdade*. E, no meio de *vivas* estrepitosos e de insultos infamantes, foram quebradas as portas e vidraças do prédio, e desacatadas as pessoas que nele se encontravam. Mas, porque entre estas não estivesse o coronel Gentil, os desordeiros foram procurá-lo a outra parte, onde o assassinaram fácil e friamente. Foi na noite do dia 8. O coronel Gentil achava-se na estação de São Francisco Xavier para tomar o trem que o devia conduzi-lo a Petrópolis, onde era intenção sua se refugiar. De repente, se viu cercado por um magote de pessoas armadas. Ele tentou ainda repelir a agressão; mas, travando-se grave conflito, o coronel foi gravemente ferido a tiros de revólver, e pouco depois exalava o derradeiro suspiro.

A tranqüilidade pública, nesses dias nefastos, esteve profundamente alterada. A população inteira sentiu um mal-estar indefinível. O próprio ministro da Justiça se viu forçado a descer à rua, a fim de conter com sua presença os perturbadores da ordem. Não faltou mesmo quem atribuísse ao elemento militar grande co-participação nos excessos cometidos. Daí resultou – que o Ministério da Guerra e a repartição de ajudante-general do Exército expedissem, aquele uma ordem do dia, e este um aviso aos diretores das escolas superior de guerra, militar, e prática, da capital federal, com referência ao assunto, que então absorvia todas as atenções.

O segundo desses documentos declarava:

“Que se tornando indispensável garantir a ordem e a tranqüilidade, e para que não parecesse – que a presença de militares nas ruas era um incentivo e acoroçoamento para arruaças, e cenas de violência praticadas por indivíduos, que exploravam os sentimentos de mágoa da população, os comandantes dos corpos da respectiva guarnição fizessem recolher a quartéis todos os oficiais efetivos e adidos aos mesmos, devendo os que se achavam com licença e em tratamento apresentar-se ao

quartel-general. Que ao oficial de dia à praça competia, como aos seus auxiliares, fazer recolher presos os oficiais e praças, que recalcitrassem em cumprir a ordem assim dada.”

A seu turno, o ministro da Guerra – invocando as mesmas razões – mandava que *os diretores das referidas escolas recomendassem aos seus alunos evitassem o mais possível seu comparecimento às ruas, com o que dariam eles nova prova de sua correção e patriotismo, tão sobejamente experimentados.*

Graças às medidas do governo, e ao bom senso da população em geral, no dia 11 a calma tinha voltado a todos os espíritos, dando lugar a que se apreciassem com imparcialidade os fatos ocorridos.

E se compreendeu, desde logo, que outras eram as manifestações cabíveis no momento. Os jornais cobrindo-se de luto, o comércio cerrando suas portas, os teatros deixando de funcionar na noite de 7 de março, como no dia seguinte aconteceu com as repartições públicas da Bahia: – eis aí outras tantas formas por que a capital federal demonstrou seus sentimentos pelo fracasso da 3ª expedição, e suas saudades pelas vítimas aí sacrificadas. O mais competia ao governo, ao qual ninguém faria a injustiça de supor indiferente à inesperada catástrofe.

Por isto, quando milhares de pessoas dirigiram-se ao palácio do Catete para requerer ao presidente a decretação do estado de sítio, o Sr. Dr. Prudente de Moraes respondeu-lhes – que esta medida não era ainda necessária, pois ele sentia-se forte e prestigiado pela opinião do país, o que bastava para defesa da república.

É tempo de registrar umas datas, referentes aos dois coronéis, que os *jagunços* imolaram.

Nascera o coronel Antônio Moreira César no estado de São Paulo, a 7 de julho de 1850. Praça a 29 de dezembro de 1869, foi nomeado alferes-aluno em 26 de dezembro de 1874, alferes a 31 de janeiro e tenente – por estudos – a 29 de julho de 1877. Também por estudos, fora promovido a capitão em 14 de maio de 1881. Major – por merecimento – a 7 de janeiro de 1890, a 17 de março do mesmo ano recebia ele a patente de tenente-coronel, ainda por merecimento. Coronel graduado a 3 de março e coronel efetivo, também por merecimento, a 18 do mesmo mês de 1892, tinha, além disto, o curso do estado-maior de 1ª classe.

O coronel Pedro Nunes Batista Ferreira Tamarindo nascera, no Estado da Bahia, em 1837; tendo jurado bandeira em 22 de setembro de 1855, fora nomeado alferes em 2 de dezembro de 1860. Tenente em 18 de janeiro de 1868, capitão em 15 de outubro de 1870, major, por merecimento, em 23 de janeiro de 1889, tenente-coronel efetivo em 21 de março de 1891, em 7 de abril de 1802 obtivera, ainda por merecimento, a patente de coronel.

Um episódio, pela imprensa oportunamente narrado, chegou a impor-se com uns tons acentuados de lenda. Os jornais publicaram – que o cabo Arnaldo Roque, ordenança e amigo do coronel Moreira César, tendo ajoelhado junto ao cadáver de seu comandante, que era levado numa padiola, fizera em sua defesa fogo sobre o inimigo. E, depois de queimar o último cartucho, caíra sobre os despojos mortais do coronel para ainda assim livrá-lo da sanha dos *jagunços*.

A dedicação desse soldado foi decantada em todas as claves, e para comemorá-la dignamente deu-se até o seu nome a uma das travessas mais freqüentadas da cidade do Rio.

Verificou-se, porém, que a história do cabo Roque era simples produto de uma imaginação de poeta. Só em 1900 esse praça morreu, vitimado pela peste bubônica, na capital federal.

Entrementes, o Governo cogitava da desforra, que lhe era urgente tomar. E por isto o ministro da Guerra, no dia 7 de março, passou ao governador da Bahia o telegrama que se vai ler:

“De ordem minha, general Costallat telegrafou ao coronel Saturnino, a fim de providenciar para que volte a Queimadas o coronel Sousa Meneses, e ali deverá entrincheirar-se, reunir todo o pessoal disperso, material e munições espalhadas, opondo a precisa resistência contra fanáticos, na hipótese de marcharem contra Queimadas; mesmo porque não devemos nos descuidar da estrada de ferro. Confiando na vossa dedicação pela causa que defendemos, espero continueis a nos auxiliar com tudo o que for preciso. Saudações.”

Felizmente, os *jagunços* não se lembraram de perseguir os retirantes até longe: do contrário, tê-los-iam completamente esmagado. Voltando prestes à cidadela de Canudos, a gente do Conselheiro demonstrou – que não tinha plano algum de campanha, nem outra cousa pre-

tendia que não fosse a permanência tranqüila no seu célebre reduto, cuja posse absoluta disputava.

A situação, porém, cada vez mais se complicava. Era a terceira vez – que a força pública se via repelida pelos *jagunços* com perdas numerosas e bem sensíveis. Todos os esforços e sacrifícios de sangue e de dinheiro tinham se inutilizado de encontro à obcecação e à valentia de um pugilo de sertanejos fanáticos. O país inteiro vibrava de indignação e de pasmo diante desta verdade contristadora. Cumpria, pois, ao Governo agir sem demora para desafrontar a lei e a sociedade agravadas.

E o Governo assim fez, para honra sua e glória da pátria brasileira.

.....

III

NA GUERRA, uma oportunidade perdida produz – não raro – conseqüências desastrosas, assim como – às vezes – equivale a uma verdadeira derrota a retirada, que o general efetua sem ter primeiramente empenhado todos os recursos para evitá-la.

Pelo menos, era assim que Napoleão pensava, quando se obstinando em não abandonar o campo de batalha, conseguia triunfar afinal do inimigo.

Fosse inspiração própria de seu gênio militar, fosse pela fé nessa estrela que em 1806 ele mostrava ao general Ropp, como em 1811 ao cardeal Fesch, sem que nenhum dos dois lograsse no entanto obrigá-la no céu, não se pode negar – que a confiança extrema em si próprio, a fé robusta no valor dos seus comandados, e certa dose de ousadia, fundada na consciência de sua boa fortuna, emprestaram sempre ao grande capitão deste século o prestígio que o salvava pela resistência e o condão que o imortalizava pela glória.

Demais, uma série longa de fatos históricos pode servir de confirmação a este postulado, que a filosofia política sancionou, de data imemorial: *o chefe que confia nos destinos da pátria não desespera nunca, luta sempre com energia e sem descanso.*

A esse propósito alguém¹⁷ cita César em Munda, Condé em Senef, Nelson em Copenhague, Napoleão mesmo em Marengo, Arcole e Eylau.

Já ponderei – que a terceira expedição a Canudos, além de ter precipitado o ataque aos *jagunços* de Antônio Conselheiro, veio a se malograr inteiramente com a morte do coronel Moreira César; porquanto, este inesperado acontecimento exercera sobre toda a coluna em operações funesta influência sugestiva.

E, contudo, cumpre reconhecer – que muito maiores e mais sanguinolentos teriam sido os efeitos do novo insucesso, se os asseclas do grande fanático houvessem levado mais um pouco por diante a perseguição à força legal, que se debandara precipitadamente.

Mas, os *jagunços* não insistiram na primeira idéia, e antes, passado o ímpeto da repulsa, se recolheram à sua cidadela, deixando que os agentes e emissários do Governo fossem dali afastando mais e mais, sem receio de ser incomodados, como já fiz ver. De maneira que, nem nesse período agudo da luta, nem noutra qualquer, os fanáticos de Antônio Conselheiro tomaram jamais a ofensiva, limitando sua ação à defesa do que eles consideravam seu direito e sua liberdade.

Ao Governo Federal, entretanto, não seria decoroso preterir, e nem sequer adiar, o dever em que se achava de restabelecer a sua força moral, abalada pelos três reveses, que as forças legais haviam sucessivamente sofrido. E, como tive atrás ocasião de salientar, o governador da Bahia fizera sentir essa indeclinável necessidade ao presidente da República, se oferecendo para auxiliá-lo com maior empenho e vigor.

Nova e mais poderosa expedição foi, conseguintemente, organizada com um corpo do exército nacional, cujo comando coube ao general Artur Oscar de Andrade Guimarães que, a 18 de março de 1897, aportou à capital da Bahia, acompanhado dos batalhões 14^o e 27^o de Infantaria, que tinha sua parada em Pernambuco.

Cinco dias depois, a 23, chegou à mesma o general-de-divisão João Tomás de Cantuária, nomeado comandante do 3^o Distrito Militar. Mas, a 17, havia já seguido o general Artur Oscar, com destino à vila de Queimadas, ponto escolhido para base de operações, e onde se tratava

17 *Correspondant medical*, edição de fevereiro de 1897.

de reorganizar as forças, que tinham efetuado a retirada de Canudos, após a morte do coronel Moreira César. A 9 de abril, ancorou no porto da Bahia, para apoiar as operações militares de Canudos, uma divisão naval, ao mando do contra-almirante Carlos Frederico de Noronha.

Com pequenos intervalos foram também chegando os batalhões do Exército: 2^o, 5^o, 7^o, 9^o, 12^o, 15^o, 16^o, 25^o, 30^o, 31^o, 32^o, 33^o, 34^o, 35^o, 40^o de Infantaria, 2^o e 5^o de Artilharia, 9^o Esquadrão de Cavalaria; conduzidos alguns em transportes de guerra, e outros em vapores mercantes contratados para esse serviço especial. Todos os referidos corpos partiram por sua vez, com o fim de se reunir aos demais na vila indicada, e ali se ocuparem durante muitos dias em exercícios de tática e preparativos de marcha.

A 13 de março de 1897, havia sido aberto um crédito extraordinário de 2.000 contos de réis, destinados às despesas indispensáveis, que se teriam que fazer com as operações militares a realizar no Estado da Bahia. A 13 de agosto, foi aberto outro crédito, de igual quantia.

Devo, todavia, não passar em silêncio um fato, que então causou dolorosa surpresa, ou antes, verdadeira indignação a quem quer que o testemunhou, ou dele soube a desagradável e pungitiva notícia.

O elemento militar por nada se queria convencer de que os *jangunços* animavam-se a enfrentá-lo por sua própria conta e bravura indomável. Assim, para explicar os triunfos incontestáveis, que tinham eles obtido, entendeu de atribuí-los a uma causa ignota, superior, irremovível.

Daí se originou, seguramente, o recurso de insistir em averbar como suspeito e parcial todo o povo baiano, que oficiais e soldados tão injustos, quanto exaltados, apontavam por instigador de Antônio Conselheiro, cujas idéias restauradoras aplaudia e fomentava, no parecer deles.

Entretanto, o modo de castigar essa estranha e suposta infidelidade ao regime vigente não deixava de ter bastante originalidade, e de sugerir comentários curiosos.

As praças, que passavam pela cidade de Salvador, de viagem para o sertão, cometiam verdadeiros desmandos, perturbando a ordem pública, levando o susto e o terror à população inteira, que aliás devia se reputar garantida com a disciplina e patriotismo do exército brasileiro.

A imprensa arquivou muitas provas da incorreção, com que grande parte da força expedicionária procedeu, enquanto se demorou na capital da Bahia. Conflitos com os soldados de polícia, assaltos a bondes, invasão de casas particulares, agressões a pessoas inermes, violência contra hoteleiros e vendilhões, desacato a senhoras indefesas, eis aí – numa síntese muito rápida – os frutos da prevenção infundada, com que desembarcou em terra digna de acatamento e de amor a quarta expedição contra Canudos.

Verberando tantos excessos, em desafio de uma mágoa incoercível, um jornal¹⁸ escreveu então estas linhas expressivas:

“Menos correto tem sido o procedimento de diversas praças dos batalhões recentemente chegados a esta capital, com destino a Canudos.

“Na melindrosa emergência em que nos achamos, quiséramos só ter palavras de merecido elogio para enaltecer o comprovado valor do soldado brasileiro; acima, porém, dos nossos desejos está a penetração do dever, que nos manda dirigir daqui solene apelo, em nome da própria disciplina do exército e da pacífica população desta capital.

“No solo sagrado da pátria somos irmãos pelos vínculos da nacionalidade, e pelo gozo das garantias, que desfrutamos à sombra protetora da Constituição republicana; e nenhum motivo há para que hostilidades venham sobressaltar o espírito público, tornando suspeita à confiança popular a correção desse exército armado para defesa da pátria.

“A farda jamais excluiu a bondade e a justiça, a polidez e obediência às leis, a elevação de sentimentos e a dignidade de caráter...

“A Bahia não é uma população vencida, e pelo seu passado, pelo seu honroso presente, pela sua fidelidade à Constituição jurada, não é merecedora de semelhantes represálias, indignas na pessoa do adversário, quanto mais no seio de uma população ordeira, donde saíram os defensores da pátria, aquelas legiões de Alcides que, nos campos sanguinosos do Paraguai, *se tombaram, foi no chão da História*. Ela soube sempre, garbosa e entusiástica, pagar o seu tributo de sangue; ela jamais ol-

18 *A Bahia*, nº 353, de 26 de março de 1897.

vidou glorificar a memória dos heróis sacrificados nas aras da pátria; e ainda agora ela não recusa sacrifícios em prol das instituições republicanas.

“Que o soldado brasileiro, dignificando a classe, também honre o nome da Bahia, não perturbando-lhe a paz em que alicerça as suas crenças democráticas.”

O procedimento da soldadesca, entretanto, refletia também a injusta e errada opinião que, conforme já se viu, vogava na Capital Federal a respeito da atitude, assumida pelo povo baiano ante os alarmantes acontecimentos de Canudos.

Os incidentes, ocorridos após a morte do coronel Moreira César, entre os quais não foi de menor importância o empenho com que grupos de exaltados procuravam homens de representação política pelo Estado para desfeiteá-los, e talvez mesmo agredi-los, demonstram como se tinha formado uma falsa e triste opinião sobre a verdade dos fatos.

Como um protesto foi, então, passado à imprensa do Rio de Janeiro o telegrama que se segue:

“A imprensa baiana, unânime, pelos órgãos infradesignados, ciente de que na Capital Federal se procura formar a falsa opinião de se considerar a Bahia reduto da monarquia, protesta em nome de todas as classes sociais, que legitimamente representa, contra tão injusta e ofensiva suspeita; e afirma com incontestáveis verdades a opinião republicana deste Estado e a sinceridade do seu apoio às instituições vigentes. – 14 de março de 1897 – *Correio de Notícias – Estado da Bahia – Jornal de Notícias – Diário da Bahia – Gazeta de Notícias – Phanteon – Diário de Notícias – Cidade do Salvador.*”

E para rebater a suposição infundada, um desses jornais¹⁹ escreveu:

“Os sacrifícios do devotamento e da abnegação provada, a fraqueza de crença, a tradição oriental democrática que consagraram-na sua heroína lendária, de seios titânicos, é que revestem-na desta gravidade e compostura serena, com que afronta todas as dificuldades, senhora de si, intemerata, forte, e prudente, enérgica, mas exemplar no critério, e admirável na superioridade de vistas com que procede sempre.

19 *Correio de Notícias*, de 15 de março de 1897.

“Injustiça clamorosa, portanto, é que se erijam em opinião corrente essas suposições que vêm ecoar neste meio como uma ofensa à pureza de nossas crenças, uma suspeição à lealdade dos nossos esforços, uma injúria à grande maioria de cidadãos que constituem a população ativa, decidida, do povo baiano que, calmo, laborioso e precavido, mantém-se vigilante pela estabilidade do regime.”

Também não foi de bom efeito o fato de terem os batalhões 14^o e 27^o conservado as bandeiras em funeral, na marcha que fizeram pela cidade em direção aos quartéis. Muito embora se dissesse – que era um sinal de luto pelo insucesso do ataque, tentado pelo coronel Moreira César, a explicação, contudo, não satisfazia; pois não constava – que o alvitre fosse seguido por todo o exército, mas apenas tomado pelos dois corpos, que chegavam à Bahia – ao que constava – com o cérebro cheio de idéias injustas, e o coração repleto de prevenções imerecidas.

A quarta expedição, todavia, achava-se em Queimadas.

O Governo da Bahia, para auxiliá-la, tratava de criar mais alguns batalhões de polícia, e a 10 de maio um deles estava já naquela vila, convenientemente acampado.

A força de linha, antes disto, fora dividida em duas colunas. A primeira delas, comandada pelo general João da Silva Barbosa, teve ordem de operar por Monte Santo, e constava de três brigadas, a saber: a primeira, sob o comando do coronel Joaquim Manuel de Medeiros, compreendia os Batalhões 7^o, 14^o e 30^o de Infantaria e o esquadrão de cavalaria; a segunda, sob o comando do coronel Inácio Henrique de Gouveia, era formada pelos Batalhões 16^o, 25^o e 27^o de Infantaria; a terceira, finalmente, sob o comando do coronel Antônio Olímpio da Silveira, se compunha do 9^o e 15^o Batalhões de Infantaria e do 5^o Regimento de Artilharia de campanha.

A segunda coluna, comandada pelo general Cláudio do Amaral Savaget, constava de três brigadas também, destinadas todas a operar pelo sertão do vizinho Estado de Sergipe. A primeira delas, constituída pelos Batalhões 12^o, 31^o e 33^o de Infantaria, e uma divisão de artilharia, foi confiada ao comando do coronel Carlos Maria da Silva Teles; a segunda, composta dos batalhões 34^o, 35^o e 40^o de Infantaria, ficou sob as ordens do coronel Julião Augusto da Serra Martins; e a terceira, coman-

dada pelo coronel Donaciano de Araújo Pantoja, compreendia os Batalhões de Infantaria 26^o e 32^o.

No dia 21 de maio, o general Artur Oscar assumiu o exercício do cargo de comandante do 3^o Distrito Militar, que ficou acumulando com o de chefe das forças em operação no centro da Bahia.

A esse tempo, se tornava sensível a falta de força pública para guardar na capital as diferentes repartições, quer da União quer do Estado. E foi para atender a essa necessidade que o ministro da Justiça permitiu o aquartelamento do 5^o Batalhão da Guarda Nacional, sob o comando do tenente-coronel Manuel Lopes Pontes, de acordo com a requisição feita pelo governador da Bahia.

Aquartelou também, mas ficando em reserva para marchar, na hipótese de ser solicitado reforço, o Batalhão Patriótico Moreira César, que o tenente-coronel Abdon Alves de Abreu havia organizado.

Em Queimadas, o comandante-em-chefe da expedição tratava de fazer seguirem para a vila de Monte Santo os batalhões componentes da primeira brigada, à medida que cada qual deles mostrava-se suficientemente aguerrido. Ao mesmo tempo, o general Savaget partia para Aracaju depois de ter combinado com o general Artur Oscar o dia em que mais conviria tentar o assalto à cidadela de Canudos; pois era dali que os batalhões de sua brigada haviam de seguir, pelo interior, para se juntarem ao grosso da expedição.

Reunidas, afinal, em Monte Santo, as brigadas pertencentes à primeira coluna, puseram-se elas em marcha para Canudos no dia 21 de junho, debaixo do comando do general João da Silva Barbosa.

Apressou, decerto, o movimento dessa coluna o fato de se ter espalhado a notícia da aproximação da outra coluna, comandada pelo general Savaget; posto que não houvesse receio de se empenhar esta em qualquer ataque ao reduto do Conselheiro, sem ser de parceria com a primeira: tal era a confiança, que a todos inspirava o prestimoso militar.

Eu disse *apressou*, porque três meses eram já passados e todos gastos em preparativos, que pareceram talvez intermináveis.

“A demora nas operações continuava a impressionar os oficiais mais sôfregos, e o Governo começava também a inquietar-se; porquanto

era certo que tinha acumulado de poderes e recursos ao comandante da expedição.

“Na Secretaria da Guerra devem existir minutas de telegramas, desse tempo, em que o ministro concitava o general Artur Oscar a ativar o movimento das forças, a fim de evitar-se o mau efeito, que essa demora já ia produzindo no espírito publico.”²⁰

A primeira coluna, afinal, estava em caminho. Na sua retaguarda seguia, guarnecendo os comboios de víveres e munições, uma brigada comandada pelo coronel Manuel Gonçalves Campelo França, e deste fazia parte o 5^a Corpo de Polícia baiano, tendo à sua frente o major Salvador Pires de Carvalho e Aragão.

Sem grandes dificuldades, a primeira coluna realizou o seu trajeto, de modo que a 27 de junho achava-se ela em frente a Canudos, onde tiroteou com os *jagunços* durante algum tempo.

A segunda coluna, entretanto, foi bastante hostilizada pelos fanáticos, em grande parte do percurso que teve de fazer. O general Savaget se viu forçado a dar combate, por mais de uma vez; e nas passagens de Cocorobó e Trambubu, que são duas trincheiras naturais, onde os *jagunços* tinham-se abrigado para atacar a mesma coluna, os soldados da legalidade praticaram verdadeiros rasgos de heroísmo. O mesmo aconteceu em Macambira.

Cocorobó, porém, dista apenas 13 quilômetros de Canudos, e eram magníficas as posições, que a gente de Antônio Conselheiro ali ocupava. Além disto, toda ela ostentava, como de costume, audácia indizível e tenacidade incomparável. De maneira que, avistando a força legal que se aproximava, não arredou o pé, mas, ao contrário, recebeu-a com energia e firmeza, respondendo com uma fuzilaria bem nutrida ao fogo de que então se tornara o alvo.

Ouçamos, no entanto, ao próprio general Savaget, que, se referindo às jornadas de 25 e 27 de junho, assim se exprimiu:

“Neste último dia, logo à saída, a vanguarda, que era feita pela 6^a Brigada, encontrou-se com o inimigo em posição de combate, entrincheirados pelos cimos dos cerros e das casas, que ladeiam a estrada desde o ponto donde partiam até Canudos. Aquela brigada, porém, reforça-

20 Dantas Barreto, *Última expedição a Canudos*

da a princípio pelo 12º Batalhão de Infantaria, e mais tarde pelos 31º, 35º e uma ala do 40º, foi expulsando-o de posição em posição, e levando-o de vencida em sua frente, apesar da tenaz resistência que oferecia, pelo fogo cerrado e mortífero que sustentava contra a nossa infantaria.

“Só à carga de baionetas é que se conseguia desalojá-los; mas repelidos de uma posição, faziam-se fortes em outras mais adiante, e assim sucessivamente até à noitinha, quando de todo desmoralizados e totalmente batidos e desbaratados, recolheram-se aos seus redutos de Canudos, a cuja vista foi bivacar a nossa vanguarda, de proteção a dois canhões que, desde esse momento, iniciaram o bombardeio do arraial.

“As nossas perdas”, prossegue o distinto general, “constaram de seis oficiais mortos e oito feridos, trinta e quatro praças mortas e cem feridas; ao todo – 148 homens fora de combate.”

Entre os primeiros, contou-se o tenente-coronel Tristão Supcira de Alencar Araripe, comandante do citado batalhão 12.

O general Savaget, contudo, precisava estar nas imediações de Canudos, pois no dia 27 deveria conferenciar com o general Artur Oscar que, por sua parte, apressara a marcha da 1ª coluna. Quando esta, porém, chegou ao alto da Favela, que demora a mil e duzentos metros de Canudos, as avançadas do batalhão 25 foram surpreendidas pelos fanáticos. Entretanto à voz do comando, essa força se pôs logo em ordem de combate, e *cruzaram-se os fogos com a maior impetuosidade*. Note-se – que ela já tinha sido atacada no lugar denominado Angico, onde – por espaço de quase uma hora – fora sustentada uma ação renhidíssima, dando em resultado a retirada dos *jagunços*, que deixaram quatro mortos no campo contra dois que a expedição perdeu.

Porque já tivessem parado em distância conveniente as outras forças, a artilharia, *à medida que chegava ia tomando posição na chapada do oiteiro, sob a ação mortífera da fuzilaria inimiga que pelos flancos e pela frente as hostilizava desesperadamente*. E a artilharia começou – dentro em pouco – a bombardear a cidadela de Canudos. Os estragos foram notáveis e recíprocos, porque os *jagunços* respondiam com energia e insistência ao fogo dos canhões, que estrondeavam.

À noite foi que o combate cessou. Mas, então, era preciso evitar algum ataque de surpresa, que a hora poderia favorecer. Por isso, quer nos flancos, quer na retaguarda, foram estendidos cordões de segu-

rança. Favela tinha sido, efetivamente, atingida; mas a circunstância do momento, em que este fato ocorrera, junta ao estado de cansaço e fome das tropas, não permitiu – que a posição conquistada fosse desde logo reconhecida em seus detalhes.

Pela manhã do dia 28, uma brigada marchou com o fim – segundo correu – de tomar a estrada geral, e daí avançar sobre Canudos. A verdade, contudo, é que para tal investida nenhum plano assentado existia, e, nestas condições, ela poderia ser fatal à 1ª coluna.

Em todo o caso, o movimento daquela brigada não passou despercebido aos *jagunços* que, para embaraçá-lo, romperam num fogo bem nutrido, que de minuto a minuto se foi generalizando.

Então, toda a infantaria do exército, acampada desde a véspera nesse alto memorável, começou a agir, e até às 11 horas do dia não deu tréguas à *jagunçada*.

Entrementes, o coronel Thompson Flores, atacado com o máximo vigor no morro da Fazenda Velha, apeou-se do cavalo que montava e foi auxiliar o major Cunha Matos, comandante do 7º de Infantaria, que estava empenhado na luta. Mas uma bala certa prostrou cadáver o bravo coronel!

O major Cunha Matos, então, assumiu o comando da brigada; pouco depois, entretanto, recebia dois graves ferimentos.

Os Batalhões 7º e 9º de linha estavam dizimados.

E a ação prosseguia vigorosa, tremenda e sanguinolenta!

O major Carlos Frederico de Mesquita, que tinha substituído o major Cunha Matos, quando este fora ferido, por sua vez caiu banhado em sangue.

Mas, uma circunstância, tão imprevista quanto alarmante, ameaçava dar à luta nova e sinistra feição. De todos os lados exigiam-se munições, que iam de instante a instante escasseando; ao passo que do comboio que as conduzia nenhuma notícia chegava.

Afinal, um tiroteio renhido, que se fez ouvir à retaguarda, veio explicar aquela demora, sobremodo inquietadora; os *jagunços* haviam desesperadamente atacado o comboio, quando vinha já perto, e lhe interceptaram a passagem no engenho denominado Umbrana.

Nesse momento, o general Artur Oscar mediu toda a extensão do perigo que o sitiava; e, para conjurá-lo, felizmente se lembrou de enviar um emissário ao general Savaget, com o fim de lhe pedir que corresse em seu auxílio, e salvasse a expedição de um desastre iminente.

O alferes honorário Henrique José Leite foi encarregado do desempenho dessa importante missão, e pelas 10 horas da manhã partiu ele em rumo ao acampamento da 2ª coluna. Sessenta minutos depois, o general Savaget chegava com as forças de seu comando, trazendo, portanto, o socorro que lhe havia sido em boa hora solicitado.

Verdade é – que o comandante da expedição narrou – que à chegada do seu diligente camarada, a 1ª coluna *estava já completamente senhora da posição*.

“Correu, não obstante, no acampamento, e isso não foi contestado, que ao chegar o general Savaget, o comandante-em-chefe recebera-o com a seguinte exclamação:

‘ – Você salvou-me de uma derrota!’²¹

Como quer que fosse, houve ordem para destacar a 2ª Brigada, ao mando do coronel Julião Augusto da Serra Martins, a fim de acudir ao comboio, que continuava a ser atacado pelos *jagunços* e cuja escolta, formada pelo 5º Corpo de Polícia baiano, era insuficiente para defendê-lo.

A brigada conseguiu garantir eficazmente o comboio e, o que mais é, reaver quase toda a munição de que já os fanáticos haviam se apoderado.

Foi então motivo de reparo o fato do coronel Manuel Gonçalves Campelo França andar sempre afastado do grosso da coluna, que, aliás, o poderia proteger em qualquer emergência. E ninguém sabia explicar o motivo por que ficara ele completamente livre em sua ação, de modo a se mover a seu próprio arbítrio, sem atender à necessidade de se pôr de acordo com os outros membros da expedição. Felizmente, esse fato não produziu todos os efeitos danosos de que era suscetível, posto que houvesse causado a penúria e a fome, que por largos dias a soldadesca suportou.

21 Dantas Barreto, *Última expedição a Canudos*, pág. 105.

À vista dos acontecimentos ocorridos, parecia achar-se concluída a primeira fase da 5ª expedição, que tendo propriamente começado em Angicos, onde os *jagunços*, ocultos em suas trincheiras de pedras superpostas, ofereceram combate, que lhes foi entretanto adverso, viera terminar no alto da Favela.

Em 6 de julho, o general Artur Oscar telegrafava ao Governo Federal por estas palavras: “A segunda coluna bateu-se desde 25, a primeira desde 27, mas a 28 – depois de renhidos combates – ocupamos o alto da Favela, de onde bombardeamos Canudos. Força muito animada, apesar dos grandes sacrifícios. Breve teremos a vitória. Viva a república!”

E, realmente, os sacrifícios foram de vulto. Subir com a artilharia serras escarpadas e transpor areais profundos; atravessar a caatinga, erizada de árvores espinhosas, que faziam sangrar faces e pés; ter escasso alimento e sentir falta de roupa e de calçado: eis aí – num imperfeito sumário – o que muitas vezes as circunstâncias impuseram ao soldado republicano. E ele tudo suportou sem desalento, e ele a tudo se resignou com patriotismo e fé. Mas assim mesmo é que uma nação se forma, e um povo se prepara, a fim de cumprir os altos destinos que Deus lhe tem reservado!

.....

IV

EA CIDADELA de Canudos continuava a ser bombardeada! Depois dar-se-ia o assalto, naturalmente projetado.

Apesar, porém, das medidas de prevenção tomadas, não fora possível manter livres as linhas de comunicação entre o acampamento e a vila de Monte Santo, que era, aliás, a base das operações.

As estradas achavam-se infestadas por grupos de *jaguços*, armados todos, e todos dispostos a vender bem caro a vida. E esta circunstância impedia a liberdade de trânsito, decorrendo daí grande carência de mantimentos para provisão das forças expedicionárias.

Como fosse comunicada ao governador da Bahia a situação melindrosa, que assim se desenhava, mandou ele guarnecer por destacamentos policiais Caldeirão, Jueté, Rosário e outros pontos, onde a gente de Antônio Conselheiro costumava se emboscar para melhor agredir os condutores dos comboios, que passavam transportando víveres.

Monte Santo, contudo, ficava desamparada, em virtude da retirada desses contingentes de polícia, que até então tinham-na guardado. E para que daí nenhum dano resultasse, o governador ordenou – que seguisse imediatamente para aquela vila o Batalhão Patriótico Moreira César. Ao mesmo tempo, ele providenciou no sentido de serem remetidas,

tanto para Monte Santo como para Queimadas, abundantes munições de boca.

O assalto, porém, não se realizava, porque o comandante da expedição alegava certo cansaço da força, e falta de alimentação sadia. Acreditou-se, contudo, que dentro em breve entraria no acampamento um comboio conduzindo gêneros de primeira necessidade, em porção suficiente, como o deputado do quartel-mestre-general freqüentemente asseverava. E porque já se tornasse estranhável a demora em chegar o tão desejado recurso, a 1ª Brigada foi mandada ao seu encontro; e à marcha forçada ela seguiu até Monte Santo, tendo sofrido a decepção de não haver sequer avistado o comboio, em todo o longo percurso que bizarramente venceu.

Quando o desespero parecia invadir a alma de tantos e tão devotados servidores da legalidade, uma fagueira esperança os veio encher de fé, e de alegria também.

Dois soldados do batalhão 30, acompanhados por um vaqueiro, conhecedor das estradas e desvios da zona conflagrada, apareceram no acampamento de Favela, como emissários de uma nova feliz. Eram eles portadores de um bilhete do comandante da 1ª Brigada, anunciando – que estava já de volta, na fazenda de Aracati, com 180 cargueiros e uma boiada; e simultaneamente pedindo – que um forte destacamento a fosse proteger, sobretudo para lhe facilitar a travessia de Jueté à Favela. A 2ª Brigada partiu logo, com esse intuito; e a 13 de julho entrava no acampamento o comboio, debaixo de aclamações e vivas estridentes.

A esse tempo já o general Artur Oscar avaliava as suas perdas em 700 homens, entre mortos e feridos, incluindo neste número o general Savaget.

Considerando-se, entretanto, preparado para atacar a gente do Conselheiro, o chefe da expedição resolveu travar com ele um combate, que bem poderia ser definitivo. A 18 de julho, ao toque d'alvorada, os batalhões começaram a desfilar em silêncio; e porque na povoação de Canudos estivesse tudo quieto e calado, não faltou quem supusesse que – por uma surpresa – seria ela aniquilada.

Quando, porém, os mais crédulos embalavam-se nessa doce esperança, eis que um forte tiroteio se travou *nas avançadas do batalhão da vanguarda, cujos exploradores transpunham o leito do Vaza-Barris.*

O já citado Batalhão 30^o, de Infantaria, destacara para frente da coluna uma companhia, que foi repelindo a *jagunçada* a repetidas cargas de baioneta; e os comandantes da 3^a e 4^a Brigadas trataram de dispor, então, os outros corpos, do modo mais conveniente a garantir o bom êxito da ação empenhada.

Sob um fogo incessante, que vitimava inclemente os defensores da legalidade, desceram eles uma colina e subiram depois outra, conseguindo assim chegar às primeiras casas de Canudos. Quando os fanáticos perceberam – que tamanha vantagem tinha sido obtida pela força do Governo, opuseram-lhe uma resistência heróica e memorável, que honraria a qualquer povo guerreiro do mundo antigo ou moderno.

Do alto da Favela se observava esse duelo de morte, em que desgraçadamente se batiam brasileiros contra brasileiros. Todos os corações palpitavam de anseio e de dor.

Por largo tempo a vitória conservou-se indecisa. Raiou, porém, o momento de ser tomada uma resolução suprema, até porque alguns soldados mostravam-se já indiferentes à voz do comando, aos sinais das cornetas e clarins. Vendo isto, não poucos dos comandantes meteram-se por entre as fileiras, confundindo-se com os seus subordinados, nas próprias linhas de fogo; e assim, com esse exemplo de brio e de coragem, todos os combatentes reanimaram-se. E então numa carga arrojada, geral, e febril, a entusiasmada mole dos defensores da lei se precipitou sobre os seus adversários, que foram pouco a pouco recuando.

Deles, alguns procuraram refúgio nas barrancas do Vaza-Barris, outros preferiram as valas existentes aos fundos de uma latada, que havia no quadrante sudoeste da praça, e onde estabeleceram seu novo centro de apoio e resistência.

Quanto aos velhos, às mulheres e às crianças, correram todos para as imediações do santuário, em que o Conselheiro costumava pontificar.

Em todo o caso, vantajosas posições estavam já conquistadas, e era mister – que a coluna por enquanto se limitasse a mantê-las. Os diferentes corpos, em conseqüência da refrega sustentada, se ressentiam de certa desordem; muito enfraquecida se encontrava a linha de ataque, prejudicada por grande número de baixas; ao passo que os fanáticos pa-

reciam cobrar novos elementos de força e vigor, como atestavam a cada instante os estragos, que eles causavam no meio dos batalhões.

Foi expedido, nesta delicada emergência, um emissário ao general Artur Oscar, pedindo-lhe reforço, que deveria ser prestado pela 6ª Brigada; mas esta se achava já distribuída por outros pontos, de sorte que, nenhuma reserva existindo, se tornava impossível atender à requisição assim feita.

Sobre as providências a tomar conferenciaram, junto ao cemitério, os comandantes das três brigadas comprometidas na ação, quando uma bala veio alojar-se no braço direito do coronel Carlos Maria da Silva Teles, o qual dentro em pouco estava todo banhado em sangue. Outros oficiais receberam também ferimentos graves, e alguns ali mesmo exalaram o derradeiro suspiro, como aconteceu com o capitão Nunes de Sales, que comandava – interinamente – o 5º Batalhão. Foi ferido igualmente o coronel Julião Augusto da Serra Martins.

Era bem de ver – que os *jagunços* recrudesciam de audácia, em virtude da situação melindrosa, a que as forças legais haviam chegado. Pois a verdade era – que as praças, além de muito reduzidas, estavam completamente exaustas; para poderem elas atingir às igrejas, teriam que se expor ao fogo incessante que cruzava das casas, repletas de exímios escopeteiros; e a suspeita de que o arraial fora minado contribuía para avolumar o perigo.

O general-em-chefe mesmo se mostrava convencido da veracidade desse boato, e o transmitira para o Rio de Janeiro em telegrama de 21 de julho.

Tal conjunto de circunstâncias aconselhava, naturalmente, que não se arriscasse mais um passo sequer para diante. Por enquanto, bastaria conservar as posições conquistadas, muito embora o cordão de vigilância ficasse colocado, como efetivamente ficou, em lugar que não parecia o melhor.

Os *jagunços*, contudo, continuavam suas hostilidades. Ninguém podia estar tranqüilo. Das igrejas e das casas caiadas partiam tiros frequentes e certos. E só à noite foi que se pôde dar sepultura aos mortos e remover os feridos para o hospital de sangue.

O pior foi o receio de que os fanáticos, protegidos pela escuridão, tentassem alguma investida a desoras, o que não lhes era difícil por conhecerem a palmas o terreno em que se moviam. E o receio crescia à medida que se chegava ao conhecimento exato do estado da coluna, invadida pelo pânico e pela desordem. Mas o Conselheiro – por nossa fortuna – não soube aproveitar a excelente oportunidade.

Comunicando ao governador da Bahia os acontecimentos que acabam de ser narrados, o general Artur Oscar, em telegrama de 19 de julho, assim se expressou:

“Ataquei ontem Canudos pelo flanco esquerdo e retaguarda. Falta-nos uma pequena parte. Força do inimigo superior à nossa em número. Não abandonarei as posições, conquistadas com tantos sacrifícios, pelo que vos peço recursos de forças com urgência. Muitas baixas, redutos centrais de difícilíssimo assalto.”

Era natural, entretanto, que o comandante da expedição, passado que fosse o primeiro momento, procurasse examinar a sua verdadeira situação em Canudos, verificando os resultados reais, obtidos na investida efetuada no dia 18. E ele teve pressa em fazê-lo. Depois deu conta de quanto colhera de sua inspeção, passando ao Governo Federal um telegrama de onde extraio os tópicos a seguir:

“Após minucioso reconhecimento hoje [23 de julho], constatei que ocupamos dois consideráveis núcleos de casas, dos cinco em que Canudos se divide, restando-nos ainda a maior e mais importante parte, onde se acham as igrejas nova e velha, sendo aquela o poderoso reduto central do inimigo. Declarou-me um *jagunço*, em depoimento que merece ser atendido, estarem as igrejas e as circunvizinhanças minadas com pólvora, pelo que não julgo prudente o assalto nessas condições. O sítio completo seria o aconselhado. Pessoal de que disponho é insuficiente. Tenho 2.600 homens para a luta, precisando ainda de 5.000.” Eis o que então dizia o general Artur Oscar.

E acrescentava – que nesse número não entravam as praças, que especialmente pedia para o serviço da artilharia.

Quanto às baixas que a expedição já tinha sofrido, o dito general as calculava em mais de 800.

E elas tinham de aumentar, por mal nosso.

Assim foi que, pelas 8 horas da manhã do dia 24 de julho, os *jagunços* atacaram valentemente as forças legais, a começar pela linha que cobria o flanco direito das posições que elas ocupavam; e com tamanha impetuosidade o fizeram – que, dentro de poucos minutos, o combate estava generalizado até à extrema esquerda da linha negra.

É de crer – que o objetivo principal da temerária investida fosse a posse de um canhão que, estando assestado no referido flanco, prejudicava imensamente os fanáticos, em cujas fileiras espalhava ele a morte cada vez que troava.

A verdade é – que os *jagunços* avançavam cegos, obstinados, intrépidos, para aquela boca-de-fogo, procurando tomá-la à sua guarnição, sem que ao menos refletissem na desigualdade das armas então em conflito.

E – com certeza – se não fora a morte do subchefe Pajeú, cuja bravura todos eles admiravam, cuja presença servia a eles todos de estímulo e fiança, o encontro daquele dia, podendo ser muito menos sanguinolento e porfiado, teria produzido portanto conseqüências mais desastrosas.

Diante do cadáver hirto de Pajeú, porém, tomaram-se os seus comandados de um temor supersticioso e de uma angústia incoercível. Bateram, por isso, em retirada para ir no grêmio de seus correligionários agitar a bandeira de novas represálias e vinganças, como preito de reconhecimento e saudade à memória do valoroso mestiço.

E os comandantes da linha negra, despertada pela ocorrência inopinada que os havia assaltado, trataram logo de construir um entrincheiramento, com o fim de defenderem mais eficazmente as suas importantes posições.

Certo é – que, a 29 do citado mês de julho, o general Artur Oscar vinha retificar a sua primeira comunicação para elevar a 1.737 o número das baixas, que a expedição já registrava.

E todo esse destroço era consumado por sertanejos que, bem longe de observarem as regras de uma guerra regular, pelejavam à sua maneira: ocultando-se nos matagais para atirar dali mais a salvo, transpondo a pé – num só dia – setenta quilômetros e mais, e vencendo essas

distâncias, sem carretas nem bagagens, pois conduziam consigo mesmos a quantidade de mantimentos indispensável para não morrerem à fome!

Talvez pelo pasmo, que tanto valor e energia lhe inculciam, manifestasse o chefe da expedição o desejo ardente *de ver um jagunço vivo*. Custou, porém, muito a ser satisfeita a vontade do general Artur Oscar, que ainda a 29 de julho se lamentava de não tê-lo conseguido, apesar da recompensa pecuniária com que estimulava a ambição de seus soldados.

Nem todos estes – é verdade – cumpriam com estoicismo o seu dever, de modo que várias deserções foram sendo acusadas, com prejuízo da disciplina e quebra do brio militar; se bem que até certo ponto explicáveis pela fome que as praças estavam sofrendo. Portanto, desde que a coluna se tinha movido de Monte Santo fora recebendo meia ração, e apenas um quarto dela se lhe dera em Canudos, onde mesmo houve dias em que nenhuma comedoria se distribuiu. Não foram, no entanto, somente soldados que abandonaram o seu posto; alguns alferes o fizeram também. Mas, os que souberam sofrer e reagir deram exemplos dignos de ser comemorados; e para compreendê-lo bastará recordar – que havia forças da expedição a 200 metros apenas de distância das forças indomáveis do Conselheiro.

Como conseqüência dos ataques efetuados, a 30 de julho existiam 1.200 feridos aproximadamente no acampamento do exército legal; e 300 dentre eles foram mandados para a capital da Bahia, em cujos hospitais deram entrada. Incluíam-se naquela cifra 114 oficiais, fora os 40 que já tinham caído mortos.

O general Artur Oscar, impressionado por estes claros, que iam sendo abertos nas forças de seu comando, e prometiam de dia em dia aumentar, instava com o ministro da Guerra para que lhe remetesse o reforço de 5.000 homens que já lhe havia pedido. E o seu plano era – levar o cerco à margem esquerda do Vaza-Barris, cortando todas as comunicações pelo norte, conquanto a linha assim ficasse muito delgada e sem reserva, e franca a estrada de Uauá, bem como a de Caumbi e do Cambaio. Ao mesmo tempo, o chefe da expedição apelava para os oficiais, que tinham servido no Paraguai, em Niterói, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, a fim de que dissessem – *se jamais haviam visto uma guerra como a de Canudos*.

É o que consta de um telegrama seu datado de 29 de julho, e dirigido ao ministro da Guerra.

É certo, porém, que antes mesmo de receber qualquer pedido, o Governo, prevendo a necessidade de algum reforço, enviara para Canudos uma outra brigada de que foi comandante o general Miguel Maria Girard. Era ela formada pelos Batalhões 22^o de Infantaria, comandado pelo coronel Bento Tomás Gonçalves, 24^o, pelo tenente-coronel Rafael Tobias, e 38^o, pelo coronel Filomeno José da Cunha.

O efetivo do primeiro desses corpos elevava-se a 500 praças de pré, inclusive 50 que se tinham voluntariamente alistado; o do segundo a 453, e o do terceiro a 376, além do destacamento, que estava no Espírito Santo, e se reuniu na Bahia. Em 19 de julho, a brigada desembarcou, sob uma chuva de aplausos e congratulações, na capital desse último Estado.

O governador facilitou todos os meios de transporte de que necessitava o general Girard para as munições que trazia, e lhe forneceu – por conta do Estado – para cima de 300 muares. Assim aparelhados, no dia 28 de julho seguiram para Queimadas os Batalhões 22^o e 24^o, e no dia 30 o Batalhão 38^o, acompanhado do comandante da brigada. Este, ao tomar o seu destino, passou dessa vila o telegrama seguinte:

“Exmo. Sr. governador da Bahia – Graças aos meios transporte fornecidos V. Exa. a brigada acaba de partir para Canudos. Saudações. – General *Girard*”

Por sua vez, o governo do Estado havia reforçado também a força policial, que estava auxiliando o Exército na cruzada contra o fanatismo e a desordem.

Parecia que dispondo, afinal, de novos e mais poderosos recursos, graças aos quais poderia restabelecer as comunicações francas e livres entre o acampamento e Monte Santo, o general-em-chefe não tinha que vacilar. O ataque aos pontos da cidadela, até então incólumes, impunha-se como condição de bom êxito e prestígio para os soldados da república. O chefe da expedição, contudo, foi de outro parecer; e, com o fim de justificá-lo, expôs as razões, que vou sumariar.

As forças assaltantes orçavam por 3.500 homens, mais ou menos, depois que – em meado de agosto – chegara a Canudos a brigada

Girard, que aliás fora atacada pelos *jagunços* no lugar denominado Rancho Vigário, e perdera aí dois oficiais, tendo a custo desembaraçado o caminho, graças principalmente a um rasgo de valentia praticado pelo capitão Gomes Carneiro, que comandava o Batalhão 15^o. O general Artur Oscar entendeu – que aquele número de praças não bastava ainda para se tentar a ação definitiva.

Acrescia – que era sensível a falta de oficiais superiores, tanto que quase todos os corpos estavam sendo comandados por capitães e tenentes.

E a suspeita de que as igrejas, onde a gente do Conselheiro se abrigava, estavam minadas de explosivos, contribuiu muito para que o chefe da expedição se limitasse a manter as posições conquistadas, e reclamasse do Governo da União novos reforços, que se tornavam – no seu conceito – indispensáveis.

Até que chegassem eles, a expedição ficara esperando; sendo que não teve importância quanto ocorreu durante esse tempo. Apenas há para mencionar – a destruição das torres da igreja nova, após um bombardeio cerrado que durou seis horas, tendo sido – dias antes – arruinada a fronteira da igreja velha, cujo sino viera abaixo. Também se pode registrar – a investida que o coronel Olímpio da Silveira, à frente do batalhão 27^o, fez contra a Fazenda Velha, cujo reduto – guarnecido por uns 20 *jagunços* – tomou de surpresa.

A opinião pública, porém, não se mostrava satisfeita; ela exigia muito mais. A demora em se pôr termo a uma luta que tanto emocionava o espírito nacional, dava lugar a comentários de toda ordem.

Não houve desfalecimentos, é certo; confiavam todos na boa direção do Governo, e na justiça da causa, que ele defendia. Mas, não há negar – que o vulto de Antônio Conselheiro ia assumindo proporções cada vez mais fantásticas, e o país inteiro sacudido pelo espanto e pela inquietação, voltava as vistas para Canudos, onde não faltou quem acreditasse – que ia ser jogado o futuro da república.

Um novo esforço ainda, e a paz estaria restabelecida, e a lei seria vingada.

M

UITOS E VARIADOS motivos concorriam para o retardamento das operações militares em Canudos, o que estava aliás contrariando o Governo, e surpreendendo ao mesmo tempo a nação.

Da experiência colhida nas expedições anteriores, o general Artur Oscar concluía para o perigo de empreender o assalto definitivo à cidadela do Conselheiro, antes de achar-se premunido dos elementos capazes de garantir a vitória às forças legais, evitando-lhes portanto um novo desastre, cujas conseqüências poderiam ser fatais às próprias instituições.

Os *jagunços* mantinham-se numa atitude de hostilidade grandemente nociva. Os tiros que eles faziam, sem intermitência apreciável, iam certos ao alvo. E ninguém ousava aventurar um passo sem a máxima cautela, pois que as balas choviam de todos os pontos, embora não se visse quem as atirava com tamanha precisão.

Certo é que, por um período não curto, as operações estacionaram completamente.

Este fato, como se vê, era explicável pela prudência com que então convinha agir. E se ela foi talvez demasiada, deveu-se à falta dessa audácia, tão simpática à fortuna, e belo predicado dos grandes capitães,

antes do que ao desejo – acariciado por quem quer que fosse – de adiar impatrioticamente o desfecho da campanha.

É verdade que oficiais superiores, como os coronéis Silva Teles e da Serra Martins, além do general Savaget, se tinham retirado de Canudos, pela impossibilidade de aí continuarem, feridos como infelizmente se encontravam. Não era, porém, só disto que provinham grandes embaraços ao movimento da expedição.

Notavam-se, por exemplo, no serviço dos fornecimentos, a mesma irregularidade e a mesma desordem, que se tinham feito sentir em Monte Santo, de onde as forças partiram recebendo apenas meia ração.

Por esse motivo, a penúria chegara ao extremo dos soldados disputarem – com as armas na mão – a posse de um cantil de água potável.

Eles, que se dariam por satisfeitos com carne, farinha e sal, de nada disto absolutamente dispunham; pelo que eram forçados a se alimentar apenas com o produto das caçadas, que todos os dias faziam, e muitas vezes com raízes de imbuzeiros e de outras terebintáceas. Algumas praças não tinham mais o que vestir. Acrescia que ainda se estava esperando pelo resto do reforço, pedido pelo chefe da expedição, que ainda o reputava imprescindível para completar o sítio já de muito iniciado.

Esse mau estado de cousas era agravado por alguns escândalos, que a população baiana sabia e comentava. Assim é que se contava um ardil, usado por certos especuladores para usufruírem proventos ilícitos, numa quadra em que era dever de todo cidadão ordeiro e honesto auxiliar o Governo para desafrontá-lo das dificuldades, que tão injustamente o oprimiam.

Corria como certo que dos bois e cavalos, fornecidos à expedição, todos quantos iam ficando pelas estradas, por cansaço ou extravio, eram depois ajuntados, e revendidos aos prepostos do Governo, que destarte comprava por bom mercado aquilo que já era seu.

Se a muito custo se pôde, afinal, organizar um serviço de comboios entre Monte Santo e Canudos, incumbindo-se de dirigi-lo a um oficial do Batalhão 17^º, o capitão Castro Silva, nenhum resultado contudo esta medida produziu. Sempre com bom êxito, os *jaguços* atacavam todos os comboios que passavam para o acampamento, posto

que deles unicamente tomassem as armas e as munições de guerra. Quanto ao mais, abandonavam na estrada, com repugnância e desdém.

Do que fica aí narrado é natural concluir – que o Governo precisava providenciar energicamente para apressar o desenlace de uma luta que, no começo, parecera sem conseqüências, mas andava já preocupando seriamente os espíritos, e prendendo as atenções em todo o país.

Referindo-se a essa delicada situação, disse o general João Tomás Cantuária:

“Colocadas nossas forças em condições desvantajosas, começaram a surgir as maiores dificuldades; e estas assumiram tais proporções, alarmando o espírito público, que – para movê-las – entendeu o Governo fazer seguir para o teatro da ação o ilustre ministro da Guerra, o nunca assaz pranteado marechal Carlos Machado de Bitencourt, que partiu desta capital [Rio de Janeiro] a 3 de agosto do ano findo.”²²

“Estabelecendo seu quartel-general em Monte Santo”, continua o citado militar, “o inolvidável marechal, com a atividade e energia próprias do seu austero caráter, promoveu todos os recursos necessários a acelerar as operações de guerra; e tão acertadamente procedeu, tão eficaz foi o seu concurso que, pouco depois de sua chegada, fechava-se o sítio.”²³

Confirma a palavra oficial o que escreveu quem tomou grande parte na campanha:

“Em pouco tempo, o ministro da Guerra conseguiu organizar um serviço metódico de comboios, e dessa forma a nossa situação melhorou consideravelmente.

“Voltava a animação dos primeiros tempos; à época do abatimento físico substituía uma fase de relativo conforto.”²⁴

É que o ministro de tudo se havia minuciosamente informado, e a tudo se esforçava por atender.

Da capital da Bahia o Marechal Bitencourt telegrafara ao Governo, em 14 de agosto, dizendo:

22 Relatório do ministro da Guerra, em 1898, pág. 7.

23 Idem, idem.

24 Dantas Barreto, *Última expedição a Canudos*, pág. 191.

“Estou convencido de que um dos maiores males tem sido a fome; tendo empregado os maiores esforços para conseguir grandes remessas de gêneros, já alcancei melhorar e espero em breve completar esse ramo de serviço. Para não aumentar o consumo em Canudos, mandei Batalhões 29^o, 37^o e 39^o acampar provisoriamente em Monte Santo. Logo que marcharem todas as forças, eu seguirei para Queimadas e Monte Santo, a fim de aumentar os comboios, para o que já se reúnem animais vindos de longe.”

Vem a pêlo recordar aqui que, na situação aflitiva, a que tinha chegado o exército em operações, muito lhe valeu o governador da Bahia, pois *mitigou-lhe a fome*, na frase do general Silva Barbosa, que a *Imprensa*, do Rio de Janeiro, publicou em 25 de julho de 1899.

Importa saber que o Governo Federal, tendo resolvido mandar para o centro das operações o ministro da Guerra, deliberara simultaneamente mobilizar os Batalhões de n^{os} 4, 28, 29, 37 e 39 de Infantaria de linha, assim como aceitar os oferecimentos, que das forças policiais respectivas lhe haviam feito os Estados de São Paulo, Amazonas e Pará.

De modo que, a 6 de agosto, chegaram à capital da Bahia, não somente o Marechal Bitencourt, mas ainda o 1^o corpo da brigada policial paulista, comandado pelo tenente-coronel Joaquim Elesbão Reis, e os Batalhões 37^o e 39^o de linha, de que eram, respectivamente, comandantes o tenente-coronel Firmino Lopes Rego e o coronel Cláudio de Oliveira Cruz. O efetivo do corpo policial de São Paulo subia a 600, e o dos outros dois batalhões indicados a 632 praças.

Foram sucessivamente desembarcando, naquela cidade, os outros batalhões de linha, designados para a campanha. No dia 10, o 29^o, cujo comandante era o coronel João César Sampaio, e que contava 28 oficiais e 280 praças de pré, no dia 16, o 28^o, comandado pelo tenente-coronel Antônio Bernardo de Figueiredo, com 47 oficiais e 250 praças de pré; no dia 19, o 4^o Batalhão de Infantaria, sob o comando do major Frederico Lisboa de Mara, com 17 oficiais, 4 cadetes e 252 praças de pré. Chegou também, no dia 15, a brigada policial do Pará, composta de dois batalhões de infantaria com um efetivo de 580 praças, e comandada pelo coronel José Sotero de Meneses. No dia 21, finalmente, aportou à mesma cidade o vapor nacional *Carlos Gomes*, conduzindo a seu bordo o batalhão de polícia do Estado do Amazonas, com 28 oficiais e

300 praças de pré, sob o comando do tenente-coronel Cândido José Mariano.

Escusado é rememorar a gentileza e o entusiasmo, com que o Governo e o povo da Bahia receberam todos esses bravos soldados, cujo nobilíssimo empenho era desagrar a lei ofendida, restabelecendo o prestígio da autoridade, que estava sendo desacatada por uma porção de brasileiros desorientados, posto que valentes e destemidos.

E porque havia pressa em castigar esses, que se tinham rebelado, e se mostravam cada vez mais impenitentes, os batalhões trataram de seguir logo para seu destino, desejosos de atingir o lugar, onde Antônio Conselheiro fundara sua cidadela e seu povo.

Assim foi que partiram para Queimadas: a 9 do referido mês de agosto, o batalhão de polícia de S. Paulo; a 12, o 37^º; a 13, o 29^º; a 14, o 39^º, todos três de Infantaria do Exército; a 15, a brigada policial do Pará; a 19, o 28^º, e a 24 o 4^º, ambos estes também de Infantaria; e, finalmente, a 27 o batalhão de polícia do Amazonas.

No dia 22, entretanto, o ajudante-general passara ao governador da Bahia o telegrama, que se segue:

“Neste momento recebo telegrama comandante guarnição sobre necessidade de médicos e farmacêuticos para força em operações no interior do Estado. Apelando tradicional civismo do povo baiano, peço vosso valioso auxílio na satisfação de tão urgente necessidade, na parte que vos couber. Saudações.”

Correspondendo pressurosamente ao convite que, em consequência desse despacho, lhes dirigira o mesmo governador, as classes médica e acadêmica, de cujos serviços clínicos aliás o Governo já se estava utilizando na capital da Bahia, manifestaram-se dispostas a marchar para Canudos. Dois facultativos, os Drs. Virgílio de Araújo Cunha e João Belfort Saraiva de Magalhães, bem como vários estudantes de medicina, se ofereceram imediatamente para se reunir à força em operações no interior do Estado.

A 27 de julho uns, e a 3 de agosto outros, partiram todos afinal: dois médicos e sessenta e dois acadêmicos para o centro, onde se portaram com abnegação e zelo dignos dos maiores encômios, quer nos hospitais de sangue, montados em Queimadas e Monte Santo, quer no

acampamento de Favela. Para cúmulo das contrariedades então sentidas, alguns desses jovens caridosos foram acometidos de varíola, epidemia que grassou com intensidade naquelas vilas, obrigando a se abrirem hospitais de isolamento; mas aí, junto ao leito dos enfermos os estudantes poupados pela peste se revelaram mais ainda sublimes de dedicação e de amor.

As poucas notícias que a esse tempo chegavam do teatro dos acontecimentos, não eram de natureza a moderar a impaciência, manifestada do norte ao sul da república. De mais importante o que se soube foi ter o Batalhão 25^o de Infantaria avançado até 15 metros da igreja velha, cujo madeiramento – dentro em pouco – ficara reduzido às cinzas, em consequência do fogo que lhe pusera o alferes Adolfo Lopes da Costa.

Desses danos vingavam-se os *jaguços*, atacando a linha negra com um vigor excepcional, que bem patenteava a têmpera rija de sua envergadura, e a robustez inabalável de sua fé.

Constou, então, que de algumas fábricas nacionais, existentes no Estado, se faziam remessas de pólvora ao Conselheiro, o qual acumulava assim elementos para sustentar a campanha, em que andava empenhado. As autoridades competentes providenciaram para a cidade da Cachoeira e outros pontos, a fim de que se pusesse cobro ao abuso. Asseguro, porém, que o boato era de todo infundado.

Não há negar, entretanto, que as últimas providências tomadas tinham levantado o ânimo das forças expedicionárias, em cujo denodo e patriotismo confiava a república, infelizmente alvoroçada.

A série de novas medidas assentadas estava ainda por completar, mas era indispensável ir até o fim com elas.

Então, o chefe de polícia Dr. Félix Gaspar se transferiu para a vila de Queimadas, a fim de reorganizar o serviço do transporte de munições de guerra e de boca para Monte Santo. A 11 de agosto, o digno funcionário iniciou seus trabalhos, com êxito mais brilhante; e até o fim de setembro os dirigiu com a maior solicitude e competência.

Pela manhã de 7 de setembro, no entanto, entrou em Monte Santo o ministro da Guerra, acompanhado do seu estado-maior e do coronel Afonso Pedreira de Cerqueira, comandante do regimento policial

da Bahia, que levava consigo seis oficiais, 100 praças de infantaria e 20 de cavalaria, todas pertencentes ao dito regimento.

Já ficou devidamente assinalada a feição nova, que a campanha tomara com a presença do marechal Machado Bitencourt, que soube multiplicar-se para lhe imprimir a direção mais acertada, proveitosa, e econômica possível.

A 12 de setembro, o ilustre militar telegrafava ao governador da Bahia por estas palavras:

“Recebi, ontem à tarde, uma ‘parte’ do general Artur Oscar, comunicando haverem nossas forças derrubado as duas torres da igreja nova, tomando de surpresa a trincheira inimiga, que protegia a estrada do Cambaio e a Fazenda Velha, em cujas posições se mantêm, e tendo tido prejuízo apenas de quatro soldados feridos e um morto.”

No mesmo despacho, o ministro da Guerra agradecia ao governador a certeza, que lhe dera, de pôr à sua disposição em Queimadas, dentro do prazo de vinte dias, 200 muars de que a expedição muito carecia. O fato vem corroborar a prova existente e irrecusável do empenho e da lealdade, com que as autoridades da Bahia secundavam todas o trabalho e os esforços do Governo federal para terminar a luta civil, que tanto estava penalizando o país.

A 10 de setembro, o tenente-coronel Siqueira de Meneses colocou-se à frente de três corpos de infantaria, a fim de descobrir o meio de se fornecer água ao acampamento pelas estradas do Cambaio e do Calumbi; visto que era escassa a quantidade do precioso líquido, que podia ser conduzida pela estrada do Rosário, por onde aliás viajavam todos os comboios, cujo serviço ia sendo então feito com seriedade e freqüência. O digno oficial desempenhou-se de sua comissão com o máximo sucesso, e a ocupação das posições mais importantes daquelas duas primeiras estradas impediu que os *jagunços* continuassem a se utilizar delas, de sorte que apenas poderiam servir de terceira, que marginava a Várzea da Ema.

Em caminho, o tenente-coronel Siqueira Mendes apreendeu cerca de 20 animais, que transportavam cargas de Uauá para a cidadela dos fanáticos; e teve ocasião de ver o modo engenhoso por que se tinham estes fortificado, construindo abrigos excelentes.

O essencial para eles era ver sem ser vistos, conseguir que o adversário não atinasse de pronto com as linhas de onde partiam os fogos convergentes, estivessem elas localizadas no centro da caatinga emaranhada, ou nos altos barrancos dos rios esgotados.

E os *jagunços* o conseguiram por muitos dias cruéis.

Felizmente, a 23 um batalhão de polícia do Amazonas aposou-se da estrada da Várzea da Ema; e, graças a esta circunstância, o sítio se tornou então completo, estando – de mais – garantido por alguns batalhões, que haviam ficado de reserva. Os *jagunços* não davam, contudo, o menor sinal de contrariedade ou desânimo. Fosse por ignorarem a verdadeira situação em que se encontravam, fosse porque em nenhum caso ela os aterrorizasse, exato é – que eles opunham resistência cada vez mais formal e tenaz. E não se limitavam a isto só, pois a todo propósito chacoteavam da força legal, supondo-se talvez invencíveis. Ia a este extremo a influência sugestiva de Antônio Conselheiro.

Mas, a realidade era de molde a esmorecer os mais valentes. Fechado, como se achava afinal o sítio, a rendição dos fanáticos seria questão de mais ou menos tempo. Porque eles evidentemente não poderiam receber de fora mais auxílio algum, e os mantimentos de que ainda dispunham estariam consumidos num prazo curto, bem como as munições de guerra, que já lhes iam faltando visivelmente.

No dia 25, entretanto, os três batalhões de polícia do Amazonas, a mando do tenente-coronel Sotero de Meneses, de concerto com o 37^o de linha, puseram-se em movimento com direção a Fazenda Velha e à estrada do Cambaio. E, tendo tido um encontro com a *jagunçada*, travou combate com ela, vencendo-a depois de muitos lances de heroísmo, praticados de parte a parte. Na ação foi morto um soldado republicano, e mais quatro caíram feridos. Calculou-se em cerca de 200 os claros abertos nas fileiras dos rebeldes. A artilharia, porém, já dificilmente funcionava, porque, estando as linhas da expedição muito próximas da igreja nova, corriam o risco de ser por ela ofendidas.

Como quer que fosse, estava tomada a trincheira, que protegia aquelas duas importantes posições; e, assim, mais um passo se adiantara para tocar ao termo da luta memoranda.

Nem era isto só.

Porque o sítio tivesse sido estreitado, em virtude das vantagens ultimamente obtidas pela força legal, os *jaguços* ficaram privados de abastecer-se de água durante o dia; apenas à noite podiam fazê-lo, mas correndo sempre risco enorme, e nunca apanhando toda a quantidade de que careciam. Nessa faina obrigada, muitos morriam de inanição e cansaço, junto ao leito da Vaza-Barris, então quase seco.

Bem se compreende – quanto essa circunstância deveria ter influído para piorar a situação dos sitiados, que aliás não davam indício algum de fraqueza ou desfalecimento, muito embora a campanha houvesse tomado feição nova, francamente favorável às armas republicanas.

O Conselheiro, a despeito de tudo, não se rendia! Agora na defesa, como pouco antes no ataque, revelava-se ele o mesmo homem: forte, perseverante, calmo, dominado por uma esperança no triunfo, só comparável à fagueira sedução do seu ideal.

Entrementes, o general Carlos Eugênio de Andrade Guimarães que, a 17 de agosto, tinha sido nomeado para servir nas forças expedicionárias, e – desde os primeiros dias de setembro – achava-se em Monte Santo, chegou em boa hora a Canudos. A 27 desse mês, assumiu ele o comando da 2ª coluna, composta da 4ª, 5ª e 6ª brigadas. Os Batalhões 4º, 28º, 29º e 39º, todos de Infantaria do Exército, que haviam chegado também, passaram a constituir mais uma brigada, cujo comando foi confiado ao coronel João César Sampaio. Ao mesmo tempo, foi determinado – que o Batalhão 28º ficasse encostado à 2ª brigada no caminho do Calumbi.

Queria aquele coronel, recém-chegado do Rio Grande do Sul, entrar logo em ação, receoso – ao que se dizia – de não ter mais ensejo de se bater pela legalidade e pela ordem, pois acreditava que o sítio serviria de próximo epílogo à luta agonizante. Tratou, portanto, de suggestionar o chefe da expedição para que este efetuasse um novo assalto às posições, ainda ocupadas pelos sertanejos indomáveis. E o general cedeu por fim aos desejos do seu camarada, quando lhe cumpria, ao contrário, resistir-lhe com a maior convicção e energia.

Assim me exprimindo, sirvo de eco à opinião geralmente sentida e uniformemente externada.

Desde que o sítio estava completo, segundo já ponderei, e não havia possibilidade dos fanáticos romperem-no, pois lhes iam rareando – cada vez mais – água, mantimentos, provisões, ao passo que

as tropas legais andavam entusiasmadas e fartas; parecia preferível cansar o inimigo, concentrado então no seu último reduto, cuja defesa ele assim não poderia prolongar por muitos dias.

O general Artur Oscar, entretanto, pensou de outro modo, e forçoso foi obedecer às suas ordens; de modo que, a 1^a de outubro, realizou-se o combate.

A 6^a brigada da 2^a coluna, composta do 4^o Batalhão de Infantaria, colocado na margem direita do Vaza-Barris, do 29^o e do 39^o, dispostos na trincheira ao sul de Canudos, efetuou com impavidez o assalto de combinação com a 3^a brigada da 1^a coluna, formada pelos Batalhões 57^o, 25^o e 35^o. Atacou ela a retaguarda e os flancos da igreja nova, *carregando à baioneta, a fim de desalojar o inimigo fortemente entrincheirado.*

Este movimento, porém, não produziu todo o efeito que dele se esperava. Os *jagunços*, internando-se nas casas do centro do povoado, únicas aliás que estavam ainda em seu poder, dificultaram a execução da carga. Entravaram o acesso às mesmas casas, de tal maneira que só por três entradas alguém poderia se aproximar do grupo, que elas formavam. Mas cada qual estava melhor defendida, resultando daí que quem quer que se aventurava a assaltá-las era repellido logo por um fogo cerrado e mortífero. Isto valeu aos fanáticos a posse de algumas trincheiras, em que se mantiveram, não obstante as forças assaltantes terem sido aumentadas com a 1^a e 5^a brigadas. Eles, além de tudo, haviam “construído dentro das casas uns fossos, que ficavam abaixo do solo, junto das paredes que seteiraram, e daí faziam um fogo mortalmente certo, entretanto ficavam a salvo de nossos fogos. Demais, unidas as casas umas às outras, e comunicando-se por subterrâneos, tomada uma delas escoavam para outras de onde algumas vezes já haviam sido desalojados”.²⁵

Apesar de tudo, às 7 ½ horas da manhã, dado o toque de avançar, o 5^o Corpo de Polícia da Bahia tomou a posição que lhe fora indicada, à retaguarda da igreja nova, e firmou-a logo depois com o concurso do 1^o corpo, também de polícia, do Estado do Pará. O 1^o Batalhão de brigada policial de S. Paulo entrincheirou-se ao lado esquerdo da dita igreja, depois de haver-se apossado de muitas casas dos *jagunços*. E o combate começou.

25 Ordem do dia nº 900, de 27 de novembro de 1897.

Seriam seguramente 11 horas quando foi plantada a bandeira nacional, em meio às ruínas daquele templo. As cornetas, os clarins e os tambores bateram a marcha de continência, e as notas eletrizantes do hino nacional, tocado pelas bandas militares, acordaram o eco sonoro dos sertões entristecidos; estava ganha a vitória, finalmente.

Mas, o que aí ocorrera até certo ponto iria consternar os corações sinceramente brasileiros. Entre irmãos, é sempre lamentável qualquer conflito; e se a guerra – em tese – não passa de uma calamidade brutal, quando se trava entre cidadãos da mesma pátria assume as proporções de um crime hediondo.

O chão das casas de Canudos, ao cessar o fogo, estava coalhado de cadáveres. Homens, mulheres e crianças jaziam por ali numa promiscuidade espantosa. Podia-se calcular a dor incoercível, com que alguns desses entes haviam se evulado da Terra, atendendo-se para a atitude em que encontravam seus corpos. Mãe e filhos estreitados pelo abraço da derradeira despedida, esposos e amantes com lábios frios, colados num beijo de amor e de saudade.

Nas fileiras do exército, os claros tinham sido também numerosos. Contaram-se, infelizmente, 467 baixas, entre as quais a do tenente-coronel Antônio Tupi Ferreira Caldas, a do major João José Moreira de Queirós, a do major Henrique Severiano da Silva e a do capitão Antônio Manuel de Aguiar e Silva. Todos estes bravos oficiais morreram, cumprindo com dedicação e lealdade o seu dever.

Os *jagunços* perderam cerca de 900 combatentes, e outras tantas mulheres e crianças, fora 90 prisioneiros, que estavam gravemente feridos. Deixaram no campo 600 armas, 4 canhões Krupp desmontados, e muitas munições.

Nem outro resultado devia produzir essa encarniçada e sanguinolenta ação.

De lado a lado, se pelejara com heroísmo e bravura. O demônio da vingança inspirava toda aquela multidão, composta de soldados da legalidade e de fanáticos do Conselheiro. O fumo dos canhões e das espingardas ascendia sempre de mistura com as imprecações, e os urras, que partiam ora de um, ora de outro dos dous campos opostos, conforme a cada qual deles a deusa da fortuna sorria.

Disse um documento oficial: *a raiva tocava o seu auge, e tanto o inimigo como os nossos esqueciam-se da misericórdia; fuzilavam-se a dois passos de distância, ou matavam-se à baioneta, à machado, à faca, por todas as formas, enquanto que as casas conquistadas, verdadeiros redutos, eram devastadas pelo incêndio.*²⁶

Um horror, em suma.

Enquanto os coronéis Antônio Olímpio da Silveira, Joaquim Manuel de Medeiros e João César Sampaio, bem como os tenentes-coronéis Firmino Lopes Rego e Emídio Dantas Barreto portavam-se com invejável distinção, conquistavam também louros imarcescíveis o 1º Corpo de Polícia do Amazonas, o 1º e o 2º do Pará, juntamente com o valoroso 5º Corpo de Polícia da Bahia, *cuja bravura já comprovada, tornou-o digno do reconhecimento nacional.*²⁷

O chefe da expedição se transferira com o general Carlos Eugênio para a Fazenda Velha, de onde testemunhou toda a ação, ficando o general Barbosa perto do seu quartel-general “na posição obrigada do canhão do centro”.

Quanto aos infelizes fanáticos, o seu elogio está nas lacônicas palavras com que o general Artur Oscar concluiu a parte que, em 5 de outubro, apresentou sobre o combate de 1º: *é para lamentar que o inimigo fosse tão valente na defesa de causas tão abomináveis.*

Faz pena, de certo, que tanto valor e tamanha abnegação se despendessem numa guerra civil, a maior calamidade que pode cair sobre um povo. E no Brasil, se é possível, mais funesta ainda ela é.

País novo, despovoado, cheio de mil necessidades, precisa de paz interna e da confraternização de todos os seus filhos para prosperar e progredir, desenvolvendo as forças naturais, que estão por ora em repouso no seu seio opulento e fecundo.

Como quer que fosse, a famosa cidadela, cuja conquista nos custou tantas vidas e tanto dinheiro, estava quase toda em poder das forças legais. Não havia, porém, que fiar. Os adeptos do Conselheiro não eram homens para esmorecer, mesmo em frente da morte.

26 Ordem do dia da repartição do ajudante-general do Exército, de 27 de novembro de 1897, nº 900.

27 Idem, idem.

Urgia, conseguintemente, garantir as posições ocupadas, até porque a noite vinha descendo, e dela podiam se aproveitar os fanáticos restantes para uma surtida às linhas então desabrigadas. Assim é que foram levantadas as trincheiras necessárias, com uma presteza e solidez admiráveis. E mais bem inspirada não poderia ter sido a idéia, conforme os fatos posteriores se incumbiram de mostrar.

Quando tudo parecia quieto, por ter a fadiga empolgado os combatentes, escapos ao furor da refrega, descargas repetidas vieram acordar o acampamento, onde reinava o silêncio próprio das horas solenes.

O espírito dos soldados estava cheio das recordações dolorosas do dia, que tinha há pouco expirado. O coração de todos eles ainda chorava a perda de camaradas, tão bravos quanto infelizes, que ali tinham sucumbido em holocausto ao dever.

As provocações da *jagunçada* obtiveram, não há dúvida, a resposta que mereciam, mas continuaram durante toda a noite com uma insistência pasmosa. E causava assombro a impavidez, o entusiasmo, a resolução daquela gente, que investia serena contra as trincheiras, onde aliás deparava com o sofrimento e a morte.

Além de impelidos pelo seu valor indomado, a verdade é – que os *jagunços* assim procediam levados também pelo desespero, que a situação lhes incutia. Chegara, afinal, o momento de compreenderem que estavam completamente perdidos; e não seria capaz de salvá-los, nem a bravura inquebrantável de todos eles, nem tampouco os méritos e virtudes do chefe a quem com tanta abnegação serviam.

De modo que tentavam tudo, mesmo o que se lhes afigurava de temerário, para acabar a vida gloriosamente. Vencidos, como se consideravam já, preferiam contudo morrer despedaçados pela bomba e pela metralha a se entregar desarmados ao adversário, em cuja isenção e generosidade não podiam confiar. E não podiam, porque as ameaças eram freqüentes e tremendas, apesar de ser a valentia, que eles revelavam, predicado sempre digno de consideração e respeito.

Por ordem superior, os soldados tinham ateadado fogo à parte da povoação em que os fanáticos haviam se refugiado. O incêndio, alimentado por materiais inflamáveis, irrompia a um só tempo em diversos pontos, pavoroso, devastador, voraz. Por onde quer que os sitiados tentassem mover-se, uma muralha de chamas impedia-lhes a passagem.

Mulheres e crianças, aterradas e soluçantes, ajoelhavam-se, implorando em vão misericórdia e piedade. E os homens, alucinados, prorrompiam nas maiores e mais selvagens imprecações, esquecidos de si mesmos, da humanidade inteira, de Deus talvez.

Uma área extensa do terreno estava iluminada pelas colorações rubras do fogo, que espadanava. Nem o clarão das grandes *queimadas*, com que se prepara o solo para a cultura, no interior do país, era comparável a esse espetáculo medonho.

Aquilo tudo era horroroso de ver-se. A *queimada* destrói pastagens e troncos, consome os insetos, mas fertiliza com seus resíduos os campos em derredor. Entretanto, o incêndio, que lavrava em Canudos, consumia quarteirões e quarteirões de casas, carbonizava centenas de homens, fazia de tudo escombros e destroços; invadia toda aquela zona acidentada de morros, aberta em desfiladeiros, ponteada de grotas e valados, que tanto tinham valido à estratégia do Conselheiro: e pelo ambiente espalhava espessa e lúgubre fumarada.

As ruas do povoado iam desaparecendo uma a uma, pois, as casas estalavam, ruíam, sucessivamente, atacadas pelas labaredas que se estorciam sinistras.

De quando em quando, o estrondo de uma explosão tornava mais sombrio e funéreo o quadro dessa enorme desgraça.

Escapando, por fim, às fúrias do incêndio irreprimível, crescente, inexorável, algumas pobres mulheres – trazendo ao colo os filhinhos espantados – corriam para o acampamento na esperança de serem acolhidas e poupadas.

E o incêndio continuava impávido! O vento, que soprava rijo, atirava as fagulhas até distâncias consideráveis.

Com pequenos intervalos, “lá dentro, por entre as chamas alterosas de mais uma habitação que ardia, mulheres, homens e crianças desapareciam em busca da morte, que preferiam resolutamente a essa entrega discricionária, que não lhes garantia o destino com que à última hora sonharam”.²⁸

Entrega discricionária, porque o *vie victus* fora pronunciado pelo general Artur Oscar, quando o *Beatinho* se lhe apresentara na qualidade

28 Dantas Barreto, *Última expedição a Canudos*, pág. 225.

de parlamentar, propondo a rendição dos *jagunços*, contanto que os deixassem com as suas armas de caça tomar o caminho que lhes aprovassem.

O *Beatinho* voltara para consultar os seus correligionários, mas todos estes repeliram sobranceiramente a condição que se lhes impunha.

Findo, pois, o prazo do armistício concedido para a resposta dos fanáticos, as hostilidades recomeçaram – de parte a parte – mais obstinadas talvez. Ao terceiro disparo das forças legais, os *jagunços* acertaram dar uma descarga tremenda e fatal. E desde então as balas cruzaram-se em todos os sentidos, e a dor e a morte continuaram na sua obra de lágrimas e sangue. A noite que sobreviera pôs remate ao triste episódio, gerado por uma resistência de que bem poucos exemplos a História conhece.

Foi a esse tempo que se resolveu o arrasamento total de Canudos. Não quiseram que subsistisse o menor vestígio daquele foco de ignorância e rebeldia. Aliás, era fácil consegui-lo. O incêndio devorava o resto da cidadela infeliz. Por cautela, no dia seguinte ainda a fuzilaria trabalhava, e só cessou no dia 5, quando os soldados puderam penetrar nas últimas ruínas do povoado, já reduzido a um verdadeiro arcabouço, a um montão de cinzas frias.

E sobre estas, de pé, como o gênio do desespero e da cólera, quatro asseclas do Conselheiro que foram, como muitos outros, mortos ali mesmo, sem glória e sem necessidade.

Porque, é conveniente repetir, há certo número de leis, que devem ser observadas em todas as guerras; e principalmente nas lutas civis, pois que estas só constituem um crime, mas quando não se convertem numa verdadeira apoteose.

Conseqüentemente, elas não comportam rigores excessivos, que em regra só servem para cavar abismos entre irmãos. O compatriota não pode ser confundido com o verdadeiro inimigo, jamais! Aquele que se sacrifica por uma paixão política, por um princípio, por uma idéia qualquer, está muito acima de quem toma as armas para conquistar nações mais fracas, ou satisfazer a sua própria cobiça aviltante e soez.

“O ato de matar ou ofender o inimigo, impossibilitado – pela rendição ou pela captura – de resistir”, pondera Phillimore, notável magistrado inglês, “é pecaminoso, brutal, e indefensável. As leis da justa guerra adscrevem o vencedor ao dever de poupar os que depuseram as armas, impetram quartel, ou jazem feridos e indefesos. Matá-los é assassinar. E os que o fazem devem morrer pelo patíbulo, não pelo fuzil.”

O Duque de Caxias, entre nós, deu prova inconcussa de ter compreendido essa eloqüentíssima lição, quando – em Minas Gerais – não aceitou o convite, que lhe haviam dirigido para assistir ao *Te-Deum* mandado cantar em ação de graças pelo extermínio de uma revolta. O general, a quem se devia aliás a esplêndida vitória que ia ser festejada, acentuou – que o momento era de orar pelos mortos, e não de “exultar pelos resultados de uma luta, que devia cobrir de dó todos os corações brasileiros”.

Idêntico procedimento tinha tido L. Hoche, na França. Ele se empenhava patrioticamente em poupar a efusão do sangue, só atacando os revoltosos, depois que se persuadia de não poder ligá-los à república. “Ele se convenceu”, como Larrousse salienta, “de que se cumpria ser inflexível para com os agitadores realistas, os quais exploravam em proveito de sua sede de domínio a credulidade do povo, era preciso ao mesmo tempo se mostrar cheio de moderação e de bondade para com as massas evidentemente cegas, arrastadas contra o Governo que acabava de libertá-las.”

“Foi, graças a essa atitude”, acrescenta Gambetta, “que se pôde ver quanto havia de sensibilidade esquisita de ternura democrática de verdadeiras entranhas plebéias naquele soberbo herói.”

É que L. Hoche, ao inexorável rigor até então empregado, substituíra a moderação e a doçura; certo de que para terminar a guerra fratricida, preferível é sempre recorrer à magnanimidade do que à força e à vingança.

Em Canudos, porém, seguiu-se outra orientação. Bastaria sustentar o assédio por alguns dias mais e os *jagunços* teriam se rendido pela sede e pela fome. Escusava aquela grande mortandade, com que o país nada lucrou, mas antes perdeu na amenidade de seus costumes, nos créditos de seu progresso, na importância de sua civilização.

Não se teriam, com certeza, testemunhado as cenas consternadoras que ali se desenrolaram. Esse montão de cadáveres carbonizados, essa quantidade de mulheres que morreram trucidadas, essa porção de crianças, que foram imoladas em ódio a seus pais; todo esse conjunto de crueldades, praticadas por brasileiros contra brasileiros, destoa dos sentimentos cristãos, que foram sempre o apanágio da nossa raça.

Mas, o *extermínio absoluto do contendor suplantado* tinha de ser a conclusão dessa luta lamentável.²⁹

Nada, entretanto, justifica semelhante mira.

A verdade é – que a vitória havia, afinal, coroado as armas da república; tocassem, portanto, as cornetas alvoradas, rompessem as bandas de música no hino nacional, erguessem oficiais e soldados os vivas mais estrepitosos; muito justo. Mas, na hora do triunfo, era um crime o excesso de zelo, que se manifestava em perseguir ou eliminar o compatriota vencido. E quanto campeão famoso e quanto herói aproveitável assim se inutilizou para sempre!

O ministro da Guerra estava, então, em Monte Santo. Daí foi que ele passou ao presidente da República o telegrama que se segue:

“6 de outubro de 1897 – Tenho o prazer de comunicar a v. ex. que agora, 7 ½ horas da manhã, acabo de receber ofício do general Artur Oscar participando-me – que ontem às 4 horas da tarde, a cidade de Canudos caiu definitivamente em nosso poder, e que os pormenores virão depois. Neste momento despacho um *próprio*, exigindo que o mesmo general me declare o que é feito de Antônio Conselheiro. Cordiais saudações – M. Bitencourt, ministro da Guerra.” E no dia seguinte ele transmitiu este outro despacho:

“Monte Santo, 7 de outubro de 1897 – Urgentíssimo – Sr. presidente da República – Parabéns a v. ex. e à república. Recebi agora ofício do general A. Oscar participando – que ontem foi reconhecida a identidade da pessoa de Antônio Conselheiro, no cadáver encontrado no santuário, o qual demonstra ter Conselheiro falecido há 15 dias. De tudo se lavrará um auto em Canudos, sendo o cadáver fotografado. Cordiais saudações. – M. Bitencourt.”

O honrado presidente da República respondeu assim:

29 Dantas Barreto, *Última expedição a Canudos*, pág. 232.

“Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1897 – Ministro da Guerra. Monte Santo – A notícia da tomada de Canudos e da confirmação da morte de Antônio Conselheiro foi recebida com gerais aplausos pelo Governo e população que, em suas manifestações de regozijo, aclama com expansiva alegria o exército nacional. Peço a v. ex. que transmita ao general Artur Oscar e às forças do seu comando minhas cordiais congratulações pela terminação dessa campanha excepcional, de modo tão honroso para a República quanto glorioso para o exército nacional, que, através de tantos sacrifícios, acaba de escrever mais uma página brilhante para a nossa História. Parabéns a V. Ex. a quem saúdo cordialmente. – *Prudente de Moraes.*”

No dia 6, entretanto, se tinha dado começo ao arrasamento da povoação. Puseram, ainda, fogo ao resto que dela existia. A preocupação dos generais era *não deixar uma parede em meio, uma viga sequer intacta*. Quiseram que ali se plantassem a solidão e a morte!

Cumpria, contudo, verificar o destino do Antônio Conselheiro. Dos seus mais destemidos prepostos tinham morrido João Abade, Joaquim Macambira, e Pajeú; Vilanova – em tempo – havia fugido.

Depois de algumas escavações no quarto do *santuário*, que era o lugar ultimamente habitado pelo Conselheiro, descobriram-lhe a sepultura, de onde foi retirado o seu cadáver, a fim de lhe reconhecer a identidade. Este trabalho foi presenciado pelos generais Artur Oscar, Barbosa e Carlos Eugênio bem como pelos drs. Majores José de Miranda Curio e A. Mourão. Depuseram, como testemunhas, alguns *jagunços*. Concluído o auto, relativo a essa diligência, o corpo do Conselheiro foi de novo encerrado na cova.

Na opinião dos dois médicos indicados, a morte do cérebro fanático tinha ocorrido há 12 dias, mais ou menos, passados.

Então, houve quem se lembrasse de fazer contar quer as casas do arraial, embora já destruídas, quer os cadáveres dos *jagunços* combatentes, que estavam ainda insepultos. Das primeiras acharam-se – 5.200, dos últimos – 647.

A proclamação, que foi publicada com a Ordem do Dia nº 145, vai abaixo copiada:

“*Quartel-general do comando-em-chefe, acampamento de Canudos, 6 de outubro de 1897* – Viva a república dos Estados Unidos do Brasil! Está terminada a campanha de Canudos. Desde ontem que os batalhões das forças expedicionárias passeiam suas bandeiras sobre as ruínas da cidade, com a consciência de bem haverem cumprido o seu dever.

“Durante 103 dias, desde o Aracati, vos conservastes em rigorosa linha de fogo, batendo-vos em Cocorobó, Trabubu, Macambira, Angico, Umburanas, Favela e Canudos, onde repelistes três assaltos, sustentastes oito combates, e vos batestes nos postos avançados, dia por dia, hora por hora, sem nunca serdes rendidos desses mesmos postos, sem mostrardes fraqueza nem cansaço, fuzilando e sendo fuzilados, a 25 metros do inimigo, à meia ração, sem mudardes roupa, valentes soldados!

“Tive orgulho de comandar-vos. A república vos enche de bênçãos. Nunca viu-se uma campanha como esta, em que ambas as partes sustentavam ferozmente suas aspirações opostas. Vencidos os inimigos, vós lhes ordenáveis – que levantassem um viva à república, e eles o levantavam à monarquia; e, em ato contínuo, atiravam-se às fogueiras que incendiavam a cidade, convencidos de que tinham cumprido *os seus deveres de fiéis defensores da monarquia. E que ambos, vós e eles, sois brasileiros ambos extremados nas idéias políticas.*

“Valentes oficiais e soldados! A pátria está tranqüila sob a guarda de vós outros, que sois a sentinela avançada da república.

“Viva a república dos Estados Unidos do Brasil! Vivam as forças expedicionárias no interior deste Estado! – *Artur Oscar de Andrade Guimarães, general-de-brigada, comandante-em-chefe.*”

Deixando de parte algumas considerações, que esse documento sugere, não me posso furtar, todavia, ao dever de cotejá-lo, num ponto, com outro documento, cuja importância não poderá ser contestada.

Respondendo ao brinde, que lhe fora erguido no banquete oferecido pelo governador da Bahia, em 25 de outubro, o general Artur Oscar, depois de acentuar – *que sempre fizera justiça à Bahia, a quem vota admiração e reconhecimento*, declarou formalmente:

“– Estar convencido de que Antônio Conselheiro era monarquista por fanatismo, pela religião, pois acreditava que a república, entre

outras reformas, nos tinha dado o casamento civil que era condenado por aquela. *O seu monarquismo, portanto, era meramente religioso, sem aderências à política...* Antônio Conselheiro era monarquista de *motu proprio*, menos como um meio de fazer mal à república do que com intuito de sustentar a religião.”

E o general, por essa ocasião, disse mais: que nunca desconhecera a generosidade do povo baiano, atributo do povo americano, e o valor do soldado baiano; que mais uma vez o tinha verificado. “Foi por isto”, continuou ele, “que no período da luta, *procurara dar as posições mais arriscadas, como meio de desfazer umas tantas prevenções, aos batalhões baianos 9º e 16º de Infantaria*, oferecendo-lhes o ensejo de conquistarem a áurea do valor de seus feitos anteriores. Ainda mais, *aproveitara o 5º Corpo de Polícia do Estado para todas as comissões difíceis e arriscadas*, e das quais soube ele se desempenhar, tornando-se credor de seus elogios e de suas distinções.”

E já que falo em brinde, não deixarei de recordar esse outro, em que o governador bebeu para muito altivamente declarar – que a *Bahia era republicana, porque queria ser*. Digna resposta cumpre confessá-lo, aos caluniadores do legendário Estado, que nunca precisou inspirar-se senão no patriotismo de seus filhos, e tem por timbre desprezar a inveja e a perfídia.

Certo é que Canudos estava conquistado. O ministro da Guerra comunicara a alvissareira nova ao governador da Bahia; e desde então, quer na capital, quer nas outras localidades do Estado, não tiveram conta as manifestações do regozijo público, cada qual mais significativa, cada qual mais estrondosa. Nos outros Estados da república, menor não foi a satisfação sentida; na Capital Federal, as demonstrações tiveram cunho verdadeiramente popular.

O Dr. Prudente de Moraes recebeu do país e do estrangeiro as mais vivas e sinceras felicitações.

A parte oficial do memorável feito é a que se vai ler:

“Comando-em-chefe das forças em operações no interior do Estado da Bahia e do 3º Distrito Militar, 5 de outubro de 1897.

“Ao cidadão marechal Carlos Machado Bitencourt, digno ministro da Guerra.

“PARTE – A necessidade de evitar que o inimigo continuasse, ainda que com dificuldade, a utilizar-se do rio Vaza-Barris, único recurso d’água de que dispunha, a conveniência de cortar a ação mortífera de sua fuzilaria, partida das igrejas velha e nova, onde entrincheirara-se e causava-nos consideráveis baixas, e, ainda mais, para reduzir o perímetro do sítio a que estava sujeito, levou-me a determinar um novo ataque à cidadela de Canudos.

“Às 6 horas da manhã, conforme estava ordenado, a artilharia rompeu vivíssimo fogo ao reduto inimigo, cessando meia hora depois, ao toque do comando-em-chefe, “infantaria avançar”.

“A 6ª brigada da 2ª coluna, composta do 4º Batalhão de Infantaria, disposto na margem direita do rio, do 29º e 39º na trincheira ao sul da cidadela, deveria assaltar simultaneamente com a 3ª brigada da 1ª coluna, composta do 5º, 7º, 25º e 35º Batalhões, a retaguarda e flancos da igreja nova, carregando à baioneta, a fim de desalojar o inimigo fortemente entrincheirado.

“Dado o assalto, o inimigo internou-se nas casas do centro, as únicas que ocupava, sendo difícil aos soldados carregar à baioneta, pela latada adentro, diante dos embaraços que ofereciam as casas agrupadas e as cercas existentes, ficando apenas livres três entradas, onde os nossos camaradas nas investidas eram recebidos a descarga e a nutrido fogo.

“Assim protegido, o inimigo ficara de posse de algumas trincheiras que não foi possível tomar no momento, embora as forças assaltantes recebessem o auxílio das 1ª e 5ª Brigadas.

“O inimigo construiu dentro das casas uns fossos que ficavam abaixo do solo, junto das paredes que seteiravam, e daí faziam um fogo mortalmente certo; entretanto, ficavam a salvo de nossos fogos. Demais, unidas as casas umas às outras e comunicando-se por subterrâneos, tomada uma delas escoava-se para outra, de onde algumas vezes já havia sido desalojado.

“Conquanto caíssem vítimas do dever militar e patrióticos muitos dos nossos bons companheiros, realizou-se o que eu almejava, e que era tomar ao inimigo a aguada de que dispunha, para reduzi-lo à sede, as igrejas, e inúmeras casas e fojos, onde se abrigava e fugia à fuzilaria de nossas linhas.

“Às 7 ½ da manhã, sendo mandado tocar *5º Corpo de Polícia da Bahia*, avançar, este tomou a posição, que lhe foi indicada à retaguarda da igreja nova, e reforçado depois com o 1º do Estado do Pará, firmaram esta posição, tendo sido às 11 horas colocada a bandeira da república nas ruínas da mencionada igreja, tocando as bandas de música o hino nacional, seguidas pela marcha de continência das cornetas, tambores e clarins, e saudada pelo estampido dos canhões e gritos de entusiasmo que acompanharam as cargas a baioneta, e de calorosos vivas à república.

“Eis resumidamente o que foi o assalto efetuado a 1 do corrente à cidadela de Canudos, e que trouxe ao inimigo o seu completo aniquilamento. Desde então, a fome e a sede haviam de reduzi-lo a render-se ou morrer.

“É impossível descrever a intensidade dos fogos inimigos e o cruzamento de balas que sofriam as nossas forças, que os iam desalojando, ora a bala, ora com brilhantes cargas à baioneta.

“Como sempre, nesta campanha os nossos bravos soldados foram sublimes de valor e entusiasmo. Avançava uma força numerosa e, em pequeno espaço de tempo, diminuía de metade, mas não recuava. Também, como era natural, a raiva tocava o seu auge, e tanto o inimigo como os nossos esqueciam-se da misericórdia.

“Fuzilavam-se a dous passos de distância ou matavam-se à baioneta, a machado, a faca, por todas as formas, enquanto que as casas conquistadas, verdadeiros redutos, eram devastadas pelo incêndio.

“Ao meio-dia, definidas as nossas conquistas, aí colocaram-se as nossas forças, entrincheirando-se. Estava terminado o combate, restando ao inimigo poucas casas e fojos.

“Os generais João da Silva Barbosa, comandante da 1ª Coluna, e Carlos Eugênio de Andrade Guimarães, comandante da 2ª Coluna, colocados, este na bateria Sete de Setembro, e aquele na 4ª bateria, atendiam às peripécias da luta, providenciando acertadamente. E, apesar dos laços de parentesco que me prendem ao general Carlos Eugênio, devo declarar que tanto este, como o general João da Silva Barbosa, portaram-se com valor e tino.

“Os coronéis Antônio Olímpio da Silveira, comandante da brigada de artilharia, Joaquim Manuel de Medeiros, João César Sampaio,

e tenentes-coronéis Firmino Lopes Rego e Emídio Dantas Barreto, comandantes das 1ª, 6ª, 4ª e 3ª Brigadas de Infantaria, portaram-se com bravura, salientando-se entre ele o destemido coronel João César Sampaio, que revelou altas qualidades de excelente tático, operando na posição mais arriscada em que o inimigo estava mais pertinaz.

“Os Batalhões 4ª, 5ª, 7ª, 25ª, 29ª, 35ª, e 39ª portaram-se com bravura e recomendo os nomes dos oficiais a eles pertencentes, que se distinguiram, mencionados nas partes de combate das colunas e respectivas brigadas.

“A brigada policial, comandada pelo coronel José Sotero de Meneses, composta dos 1ª e 2ª Corpos do Pará e 1ª do Amazonas, tornou-se digna dos maiores encômios pela sua bravura e constante dedicação; não esquecendo de mencionar o valoroso 5ª Corpo de Polícia da Bahia, cuja bravura, já comprovada, tornou-se digna do reconhecimento nacional.

“Sinto o dever de inscrever na presenta parte, dentre aqueles que heroicamente pagaram com a sua vida esse imposto glorioso que a nossa pátria exige, nas horas de sacrificio, os nomes dos bravos tenente-coronel Antônio Tupi Ferreira Caldas, comandante da 5ª Brigada, cuja espada valia uma garantia para a república, e majores José Moreira de Queirós e Henrique Severiano da Silva, e capitão Antônio Manuel de Aguiar e Silva, assistente do comando da 2ª Coluna, que tombaram no campo de honra, firmando assim naquele exemplo de valor, que o Exército nacional tem abnegados que sabem morrer no seu posto.

“Todo o meu estado-maior cumpriu muito bem o seu dever, tendo unicamente de utilizar-me dos serviços do capitão Abílio Augusto de Noronha e Silva meu assistente do ajudante-general, 1ª-tenente Sebastião Lacerda de Almeida, e tenente José Antônio Dourado, ajudante-de-campo. Sanguinolento foi esse combate, mas também foi um novo padrão de glórias para o Exército brasileiro, foi mais um sacrificio feito pelos nossos bravos por amor à república, que tanto estremecemos e pela qual nos julgamos honrados, servindo-a com as armas na mão.

“Contamos infelizmente 467 baixas entre mortos e feridos, como consta das relações juntas, mas o inimigo perdeu o duplo, além de mulheres e crianças em número de 900, perdeu posição, recursos, 600 armas, 4 canhões Krupp desmontados, caixas de guerra, cornetas, muni-

ções e 90 prisioneiros gravemente feridos. É para lamentar que o inimigo fosse tão valente na defesa de causas tão abomináveis. Viva a república dos Estados Unidos de Brasil! Vivam as forças expedicionárias no interior do Estado da Bahia! – *Artur Oscar de Andrade Guimarães, general-de-brigada.*”

Esta *parte* foi inserida na ordem do dia da repartição do ajudante-general, nº 900, de 27 de novembro de 1897.

Já em outra ordem do dia, nº 892, de 3 do citado mês, o ajudante-general tinha publicado o aviso do Ministério da Guerra, de 29 de outubro, concebido nos termos que se seguem:

“A vitória completa das forças legais pôs termo à campanha cruel e mortífera, que durante longos meses sustentamos no interior da Bahia contra as tropas de fanáticos, concentrados e fortificados em Canudos, onde, apesar de oferecerem a mais tenaz e inesperada resistência, foram completamente derrotados no dia 5 deste mês, graças ao valor, firmeza e dedicação patriótica de que mais uma vez deu provas o Exército brasileiro.

“As forças que se empenharam nessa campanha tão espinhosa, souberam honrar as gloriosas tradições do nosso exército mantendo-se no posto de sacrifícios, que lhes indicou o dever militar; e aí, lutando com denodo e abnegado patriotismo, superando enormes dificuldades de toda ordem, e suportando todos os sofrimentos, entre os quais a perda de oficiais dos mais distintos, conquistaram completa vitória contra os obcecados inimigos da paz pública.

“Os serviços excepcionais, prestados pelas forças expedicionárias na Bahia, fizeram-nas credoras da gratidão imperecível e da admiração da nação, que as tem manifestado em todos os pontos do país. O Exmo. Sr. Presidente da República que, em carta, manifestou-me os conceitos expendidos, interpretando os sentimentos dos brasileiros e enunciando os seus pessoais, determina que, em reconhecimento desses notáveis serviços, sejam louvados nominalmente os generais-de-brigada Artur Oscar de Andrade Guimarães, comandante-em-chefe, João da Silva Barbosa, Cláudio do Amaral Savaget e Carlos Eugênio de Andrade Guimarães e, em geral, todos os comandantes de brigada e corpos, todos os oficiais superiores, subalternos, inferiores e praças quer do Exército, quer da Polícia dos Estados do Amazonas, Pará, Bahia e S. Paulo,

que fizeram parte daquelas forças, pela dedicação, zelo e perícia com que cumpriram sua elevada missão com glórias para si e honra para a república. Em cumprimento, pois, dessa determinação, deveis mandar louvar em nome de Exm. Sr. Presidente da República, os mesmos generais, oficiais e praças, o que farei também em meu nome.”

Se em todos os Estados da república foi recebida com alacridade a notícia da terminação da campanha de Canudos, no Estado da Bahia, como era de prever, o contentamento popular excedeu todas as raías. As demonstrações oficiais, que a respeito tiveram lugar, transpiraram também o mais sincero júbilo e se revestiram da máxima solenidade.

O país inteiro, livre do pesadelo que tanto o tinha afadigado, podia enfim respirar a pulmões cheios. Dissipara-se a nuvem que toldara o horizonte da pátria brasileira, estancara-se a fonte de boatos insensatos, eliminara-se a causa de grandes tribulações e anseios.

Por todas as formas, o povo se mostrou entusiasmado e satisfeito. Percorreu as ruas empavesadas, aclamando o governo, o exército e seus generais, dando-se parabéns pelo restabelecimento da concórdia e da paz.

O presidente da república, o Congresso nacional, os governadores dos Estados, todas as autoridades, enfim, fizeram salientar o seu contentamento.

O comércio, as artes, as diversas classes sociais, compartilharam do prazer, que principalmente os republicanos sentiram.

Banquetes, espetáculos de gala, festins de toda ordem, quer públicos, quer particulares, atestaram – que a fibra nacional havia se retemperado ao calor do novo triunfo, obtido pela autoridade e pela lei.

E por que as glórias de uma nação civilizada nunca se podem separar do respeito devido às vítimas, que caem cumprindo seu dever, nem da saudade que despertam sempre dos compatriotas imolados a um ideal, embora falso, os mortos de Canudos também tiveram sua consagração especial.

A 28 de outubro, celebraram-se, na catedral do arcebispado da Bahia, pomposas exéquias, em sufrágio das almas de todos que haviam

se finado, no centro do Estado, pelejando nessa campanha, que melhor nunca tivesse tido ensejo de se travar.

Destruído inteiramente o povoado de Canudos pelo machado e pelo fogo, os batalhões começaram a voltar. Primeiramente os da polícia do Amazonas, Pará, Bahia e S. Paulo, que se retiraram logo após a derrota dos *jagunços*. Depois, no dia 12, regressaram também os Batalhões 7^o e 14^o de Infantaria do Exército. No dia 14 partiram mais três: os de n^{os} 25^o, 27^o e 30^o. Do dia 15 por diante, todos os outros vieram tornando aos seus quartéis.

Mas, por ordem do general-em-chefe, a 6^a Brigada permaneceu em Canudos, até que foram removidos para Monte Santo os feridos e prisioneiros; e transportadas as munições de boca e de guerra, ainda existentes, parte das quais tinha sido arrecadada na casa do Antônio Vilanova, e nas de outros agentes do Conselheiro. Das armas modernas de que os *jagunços* estavam providos, conforme se propalara, nenhuma foi contudo arrecadada.

Quase todos os prisioneiros eram mulheres e crianças; nenhum deles, ainda assim, articulava a menor queixa, nem dava aos seus adversários o mais ligeiro indício de temor ou desfalecimento. Estavam todos emagrecidos e anêmicos; alguns exibiam ferimentos de caráter gravíssimo. E, segundo o testemunho de pessoa insuspeita, desde que qualquer deles não podia mais caminhar *atirava-se à beira da estrada*. Então pedia que deixassem-no ali morrer tranqüilo, se não preferisse matá-lo imediatamente, à faca ou bala, como a outros haviam já feito. Para *uma campanha de fanatismo religioso*³⁰ cumpre confessar – que o castigo, infligido assim, acolhava a medida da justiça e da necessidade.

Não obstante, a capital da Bahia, apreciando o acontecimento nas suas linhas gerais, e pelo prisma dos efeitos benéficos que deveriam produzir, acolheu fidalgamente as forças ao chegarem elas de Canudos. Também, com pequena demora, cada corpo seguiu para o lugar de sua parada. Quanto à divisão naval que, desde abril, achava-se em operações no Estado, a 18 de novembro voltaram para o porto do Rio de Janeiro o cruzador *Quinze de Novembro*, a 24 o *Trajano* e o *Andrada*, e a 28 a *Timbira*.

30 Dantas Barreto, *Última expedição a Canudos*

Ficaram ainda na Bahia o cruzador *Parnaíba* e o patacho *Caravelas*, por terem sido desligados da mesma divisão.

Nota interessante. A mocidade que freqüentava a Faculdade Livre de Direito da Bahia destoou o concerto de ovações, entoadas aos recém-vindos de Canudos; e lançou manifesto explicando as razões por que não tomava parte nos festejos.

Eis o que eles escreveram:

“À NAÇÃO – Os signatários da presente publicação, alunos da Faculdade de Direito da Bahia, tendo até agora esperado embalde que alguma voz se levantasse para vingar o direito, a lei e o futuro da república, conculcados e comprometidos no cruel massacre que, como toda a população desta capital já sabe, foi exercido sobre prisioneiros indefesos e manietados em Canudos, e até um Queimadas; e, julgando ao mesmo tempo que, nem por haver cumprido um dever rigoroso, é lícito ao soldado de uma nação livre e civilizada colocar-se acima da lei e da humanidade, postergando-as desassombradamente, vêm declarar perante os seus compatriotas – que consideram um crime a jugulação dos míseros ‘conselheiristas’, aprisionados, e francamente a reprovam e condenam, como uma aberração monstruosa que, se chegasse a passar sem protesto, lançaria sobre o nome da pátria o mesmo laivo de sanguinolenta atrocidade que, repellido pela brandura cristã de Menelick – o africano –, assenta hoje vergonhosamente sobre a emperrada barbaria do crescente otomano.

“Os alunos signatários sabem que seria impolítico e errado o proceder de uma república que, imitando a antiga Atenas, perseguisse os seus guerreiros de volta das batalhas arriscadas; mas, compreendem também, por outro lado, a grave necessidade de que uma geral reprovação caia como um raio de justiça inflexível, sobre aquele morticínio praticado talvez na insciência das leis sagradas, que protegem na culta república brasileira a vida sempre respeitável de um preso manietado e sem defesa.

“O Brasil republicano só há de prosperar, quando estiverem consolidados certos hábitos, certas práticas indispensáveis ao seu desenvolvimento normal; a história da república atravessa o período da consolidação dos costumes. Urge que, em vez de deixá-las como um precedente funestíssimo, profliquemos todas as injustiças, todas as ilegalida-

des, com a serena sobrançeria de quem se sente apoiado pela razão e pelo direito. Urge que estigmatizemos as iníquas degolações de Canudos para que todos se convençam, para que fique indestrutivelmente assentado que a república, como qualquer governo civilizado do século XIX, repele com a mesma indignação e o mesmo horror a série inteira das oblações sanguinárias, desde o holocausto desnaturado de Bruto, até ao guilhotinamento em massa dos ferozes republicanos de 1789.

“Nos tempos de Caracala, a prioridade dessas reivindicações que o direito não desdenha, mesmo quando intentadas em prol da causa de miseráveis mortos, era reclamada como um honra pelos Papinianos incorruptíveis. Hoje, que os brasileiros se vangloriam de possuir cultura igual à dos mais adiantados povos progressistas, seria uma vergonha sintomática de maiores aviltamentos para o futuro, se a consciência nacional, acovardada, emudecesse diante dos responsáveis pelos trucidamentos de Canudos e Queimadas. Combatendo naquelas paragenas pelo restabelecimento da soberana autoridade das leis, ninguém tinha lá o direito de desprezá-la, eregindo-se fora da luta em supremo árbitro da vida e da morte, quando a própria majestade da república não recusa ao mais miserável e torpe dos seus prisioneiros o sacratíssimo e iniludível direito de defesa.

“Aquelas mortes pela jugulação foram, pois, uma desumanidade sobreposta a flagrante violação da justiça.

“Já não há Caracalas e, se os houvera, os alunos signatários, quebrando embora a estrondosa harmonia dos hinos triunfais e o concerto atroador das deificações miraculosas, cumpririam, apesar deles, o seu dever, proclamando as palavras de justiça e de verdade que ali ficam e que, porventura, concorrerão para impedir no futuro a triste renovação de semelhantes atrocidades.

“Faculdade de Direito da Bahia, em 3 de novembro 1897. – *Metódio Coelho*. – *Abílio de Carvalho*. – *Vital Soares*. – *Pedro Licinho*. – *João Moreira de Castro*. – *Elpidio M. Canabrava*. – *Antônio Nogueira*. – *Joaquim Cândido da Silva Leão*. – *Políbio Mendes da Silva*. – *Artur Fernandes de Oliveira*. – *Ariston Martinele*. – *Mário Ribeiro da Silva*. – *Helvécio Ribeiro de Araújo*. – *Raul Alves de Sousa*. – *Ad. Santos Sousa*. – *José M. Leitão Filho*. – *Joaquim C. Coelho Brandão*. – *Manuel Ferreira Costa*. – *Agenor Martinele*. – *Eduardo Teixeira*. – *Leôncio Cardoso de Sousa* – *Heráclito Carneiro Ribeiro*. – *Leocádio*

P. Alves de Seixas Filho. – Antônio Gomes Ramagem. – Lúcio Borges Vieira Falção. – Luís Gomes de Oliveira. – Francisco Borges de Andrade. – Celso Spínola. – Bernardino Madureira de Pinho. – Pedro de Albuquerque Guabiraba. – Raul Passo. – Augusto Pedreira Maia. – Américo da Silveira Nunes. – Antônio Henriques de Casais. – Afonso G. C. Maciel Filho. – Quintino Fontes Ferreira. – João Martins da Silva Teles. – Antônio Gentil Tourinho. – João Maria L. Tavares Júnior. – Adriano Guimarães. – Artur Disnard Mariani Filho. – Pompílio Borges.”

É de toda justiça aqui notar – que entre as provas de desvelo e carinho tributados aos feridos, enviados para os hospitais da capital da Bahia, merecem menção particular os socorros distribuídos pelo *Comitê Patriótico*, fundado pelo cidadão F. Wagner.

Desgraçadamente, o destino havia reservado para epílogo dos acontecimentos que ficam narrados uma cena brutal e sanguinária, imprópria de um povo civilizado cuja reputação em caso nenhum deve ser maculada.

O ministro da Guerra já se tinha recolhido à Capital Federal. E no dia 5 de novembro era esperado da Bahia o general João da Silva Barbosa, a quem o povo preparava festiva recepção, como homenagem aos bons serviços por ele prestados em Canudos.

O doutor Prudente de Moraes, honrado presidente da república, e o marechal Carlos Machado de Bitencourt, digno ministro da Guerra, quiseram associar-se às expansões do regozijo popular. Quando, porém, com esse intuito achavam-se ambos no arsenal de guerra do Rio de Janeiro, o anspeçada do 10^o Batalhão de Infantaria do Exército – Marcelino Bispo de Melo investiu de punhal contra o venerando chefe da nação.

Mas, a arma homicida, tendo resvalado, foi ferir o general Luís Mendes de Moraes, e se cravar em cheio no coração do Marechal Machado de Bitencourt.

A república inteira estremeceu de indignação, sabendo a notícia do pavoroso atentado, que fora concebido nas trevas pelo ódio e pela injustiça. E a voz unânime do povo se levantou para condenar a perversidade dos criminosos, ao mesmo tempo que dignificava a memória da vítima ilustre da dedicação e do dever.

O Congresso Nacional, correspondendo aos anelos do país inteiro, votou uma pensão para amparar a família do malogrado militar.

Marcelino Bispo, entretanto, resolvera evitar o julgamento, que o aguardava; e, quando menos era de prever, suicidou-se na prisão onde estava recolhido. Dos mandantes do crime, o capitão Diocleciano Mártir, Umbelino Pacheco e José de Sousa Veloso foram já condenados pelo júri. Os outros, porém, não quiseram ainda se submeter a julgamento.

Professando idéias peculiares a respeito da campanha de Canudos, que por vezes ele qualificou de mais importante e perigosa, de quantas o Exército brasileiro tem sustentado, o general Artur Oscar entendeu – que o Governo deveria conceder uma recompensa especial às forças, que ali tinham combatido sob seu comando.

E, para obtê-la, apresentou ao Congresso Nacional, em 1900, petição fundamentada.

O Congresso, porém, quis ouvir sobre o assunto ao mesmo governo que, pelo órgão do Estado-Maior do Exército, prestou a informação que passo a transcrever:

“Ao Congresso Nacional pede o general Artur Oscar de Andrade Guimarães a criação de uma medalha de campanha para uso dos oficiais e praças, que tomaram parte na expedição de Canudos.

“Informando, devo lembrar – que essa expedição foi organizada com o fim de restabelecer a ordem, perturbada no interior do Estado da Bahia; que, na penosa luta ali travada tomaram parte exclusivamente brasileiros, então divididos em dois campos opostos: de um lado – os que se deixaram arrastar pela cegueira de um fanatismo inexplicável; de outro – os que, naquela conjuntura dolorosa, souberam cumprir intrepidamente o seu dever.

“Assim, se a medida indicada tem por fim recordar feitos de abnegação e bravura de uma grande geração do nosso Exército, feitos que já foram devidamente apreciados e premiados pelo Governo, conforme consta dos atos oficiais, que foram registrados nos respectivos assentamentos dos oficiais e praças, que a compunham, servirá também para recordar a cruenta luta na qual um mesmo sangue correu: o sangue brasileiro.

“Em tais condições, a criação da medalha para comemorar uma luta intestina como essa, inteiramente localizada no interior de um dos Estados da União, poderá ferir a generosidade, que devem guardar os vencedores para com os vencidos, e ao mesmo tempo traduzir sentimentos de odiosidade, que por bem da comunhão social convém procurar extinguir.

“Penso, portanto, não poder sufocar com o meu voto o pedido do general Artur Oscar. Capital Federal, 9 de junho de 1900: – *João Tomás de Cantuária*, general-de-divisão.”

No Congresso não se tem tratado mais desse assunto e é de presumir que ele fique enterrado nos arquivos.

Eis aí, no entanto, o que foi a campanha de Canudos. Movimento mal inspirado, sugerido por um fanatismo irreprimível, teve a sorte que mereceu. Mas é força confessar que justamente ele serviu de crisol ao valor e à tenacidade de nossos compatriotas; patenteando por uma face a resistência dos *jagunços*, que lembra talvez a de Heitor em Tróia, ou a de Vercingetórix na praça de Alesia, e por outra face a paciência e abnegação do soldado brasileiro, que neste particular a nenhum outro cede, dentre os mais afamados do mundo.

Foi em todo o caso uma cruel fatalidade, essa memorável campanha. O enorme sacrifício de vidas e dinheiro, que ela nos custou, bem poderia ter sido poupado, se não por amor à república, pelo menos em homenagem à pátria, que há de chorar eternamente o sangue dos sete mil filhos seus, derramado sem necessidade.

Mas, como o grande infortúnio dessa feita não pôde ser evitado, sirva-nos ao menos ele de exemplo e lição. Que a campanha de Canudos tenha fechado de vez o ciclo das nossas lutas civis, pois que elas, nada de fecundo e proveitoso produzindo, podem aliás comparar-se a esse pássaro fantástico, de que nos fala Hoffmann, e que, depois de ter devorado os outros, a si mesmo se devora.

Não nos iludamos. A felicidade do Brasil só pode resultar do trabalho e da paz.

.....

Índice Onomástico

A

ABADE, João – 14, 29, 32, 134
ABREU, Abdon Alves de – 101
ABREU, João Crisóstomo de – 42
AGUIAR, Pedro Leão Mendes de – 43
ALBERTAZZI, Edgardo Henrique – 62
ALCIDES – 98
ALMEIDA, Félix Gaspar de Barros e – 48
ALMEIDA, Sebastião Lacerda de – 139
ALMEIDA, Virgílio Pereira de – 23, 50, 62
ANACLETO (sargento) – 40
ANDRADE, Gabriel Arcaño Dutra de – 62
ANDRADE, José Joaquim de – 61, 62
ANTÔNIO VICENTE – Ver CONSELHEIRO, Antônio
ARAGÃO, Salvador Pires de Carvalho e – 58, 102
ARANHA, Clarindo de Souza – 36
ARARIPE, Tristão Sucupira de Alencar – 103
ARAÚJO (alferes) – 50
ARAÚJO, Herculano Ferreira de – 42
ARTUR OSCAR – Ver GUIMARÃES, Artur Oscar de Andrade
ASSUNÇÃO, Francisco Pereira de – 19

B

BACELAR, Teotônio Pereira – 41, 42
BAHIA, Diogo Antônio – 18, 79, 82
BAHIA, Emetério Pereira dos Santos – 42

BARBOSA, João da Silva – 100, 101, 120, 128, 134, 138, 140, 145
BARRETO, Emídio Dantas – 128, 159
BEATINHO – 130, 131
BISPO, Marcelino – Ver MELO, Marcelino Bispo de
BITENCOURT, Carlos Machado – 119, 120, 123, 134, 136, 145
BONFIM, Antônio Joaquim do – 38
BORGES, Alcides do Amaral – 43
BOURBAKI (general) – 57
BRITO, Febrônio de – 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 85

C

CAETANO (soldado) – 40
CALDAS, Antônio Tupi Ferreira – 127, 159
CALÍGULA – 86
CALUMBI, Joaquim – 59
CAMPOS (capitão) – 82
CANTUÁRIA, João Tomás de – 96, 119, 147
CARACALA – 144
CARDOSO, Rafael Pereira – 43
CARLOS EUGÊNIO – Ver GUIMARÃES, Carlos Eugênio de Andrade
CARVALHO, Agripino – 61
CASTRO SILVA – 118
CASTRO, Gentil José de – 90
CASTRO, Olímpio de – 74, 78, 82
CAXIAS (duque de) – 132
CERQUEIRA, Adolfo Pedreira de – 122

150 *Aristides A. Milton*

CERQUEIRA, Dionísio Evangelista de Castro – 50, 59, 84

CERQUEIRA, Francelino Pedreira de – 74

CÉSAR – Ver CÉSAR, Antônio Moreira

CÉSAR – Ver JÚLIO CÉSAR

CÉSAR, Antônio Moreira – 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 88, 91, 92, 96, 97, 99, 100

COELHO (alferes) – Ver COELHO, Poli

COELHO, Poli – 79, 82

CONDÉ (general) – 96

CONSELHEIRO – Ver CONSELHEIRO, Antônio

CONSELHEIRO, Antônio – 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 46, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 63, 66, 67, 71, 72, 75, 77, 83, 85, 88, 92, 96, 97, 102, 107, 108, 109, 113, 115, 117, 121, 122, 124, 125, 127, 128, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 142

COSTA JÚNIOR, Saturnino Ribeiro da – 50, 54

COSTA, Adolfo Lopes da – 122

COSTA, Marcolino Pereira da – 61

COSTA, Policarpo – 60, 61, 79

COSTALLAT (general) – 92

COYAM, Quinquim – 41

CRUZ, Cláudio de Oliveira – 120

CRUZ, Minervino Belo da – 38

CUNHA, Filomeno José da – 114

CUNHA MATOS – Ver MATOS, Rafael Augusto da Cunha

CUNHA, Virgílio de Araújo – 121

CURIO, José de Miranda – 136

D

DIAS, Hilário Francisco – 60, 61

DÓRIA, Honório Domingues de Meneses – 61

DOURADO, José Antônio – 139

E

ESTÊVÃO – 18

F

FELISBERTO (coronel) – 52

FEBRÔNIO – Ver BRITO, Febrônio de

FERREIRA, Manuel da Silva Pires – 38, 39, 40, 45, 59, 82, 83

FIGUEIRA, J. – 76

FIGUEIREDO, Antônio Bernardo de – 120

FONTES, Genes – 52

FRANÇA, Manuel Gonçalves Campelo – 102, 105

FRANCO, Álvaro Pedreira – 77

G

GALVÃO, Antônio Bernardo da Fonseca – 62

GAMBETTA – 132

GASPAR, Félix – 122

GIRARD, Miguel Maria – 114, 115

GOMES CARNEIRO – 115

GOMES, Anísio Moniz – 73

GOMES, José Maria – 43

GOUVEIA, Inácio Henrique de – 100

GUIMARÃES, Artur Oscar de Andrade – 96, 101, 102, 103, 105, 106, 108, 110, 111, 112, 115, 117, 124, 125, 128, 130, 135, 140, 146, 147

GUIMARÃES, Carlos Eugênio de Andrade – 125, 128, 134, 138, 140

GUIMARÃES, Domingos Rodrigues – 22
GUIMARÃES, Maurício Marques – 61

H

HEITOR – 147
HIPÓLITO (alferes) – 79
HOCHE, L. – 132
HOFFMANN – 147

J

JESUS, Júlio Melquiades de – 61
JOÃO EVANGELISTA – 38
JOSÉ MANUEL – 18
JOSÉ VENÂNCIO – 29
JÚLIO CÉSAR – 86

L

LEAL, Venceslau Martins – 60, 61
LEITE, Domingos Alves – 69
LEITE, Henrique José – 105
LEITE, Manuel Aureliano da Silva – 61
LEONE, Arlindo – 37, 38
LÉU, Caetano de S. – 24
LIMA, Antônio de Araújo – 61
LIMA, Honório de – 53
LIMA, João Evangelista de – 43
LIMA, Joaquim Manuel Rodrigues – 23, 24
LIMA, Lourenço Correia – 17
LIMA, Tiburtino de Oliveira – 43
LOBO, Francisco – 86

M

MACAMBIRA, Joaquim – 14, 36, 134
MACEDO, Luís Gonzaga de – 22
MACHADO BITENCOURT – Ver
BITENCOURT, Carlos Machado
MACIEL, Antônio – Ver CONSELHEI-
RO, Antônio

MACIEL, Antônio Vicente Mendes –
Ver CONSELHEIRO, Antônio
MACIEL, Francisca – 17
MACIEL, Maria – 16
MACIEL, Vicente Mendes – 16
MAGALHÃES, João Bernardes de – 19, 20
MAGALHÃES, José Belfort Saraiva de –
121
MARA, Frederico Lisboa de – 120
MARCIANO, João Evangelista de Monte
– 24, 36
MARIA CHANA – Ver MACIEL, Maria
MARIANO, Cândido José – 121
MARQUES, Modesto Antônio – 61
MARTINS, Julião Augusto da Serra –
100, 105, 110, 118
MÁRTIR, Diocleciano – 145
MATOS, Miguel de Aguiar – 21, 22
MATOS, Rafael Augusto da Cunha – 69,
74, 75, 78, 79, 83, 84, 104
MATOS, Vanique de – 82
MEDEIROS, Joaquim Manuel de – 100,
128, 138
MEDINA, João Batista de – 57
MELO, Antônio Rodrigues da Cunha –
40, 43
MELO, João de – 17
MELO, João Evangelista Pereira de – 36, 37
MELO, Marcelino Bispo de – 145
MENDO FILHO, Inácio – 62
MENESES, Almerindo Ferreira Teles de –
61
MENESES, Francisco Agostinho de
Melo Sousa – 71, 72, 79, 85, 92
MENESES, José Sotero de – 120, 124,
139
MESQUITA, Carlos Frederico de – 104

152 *Aristides A. Milton*

MIRANDA, Esveraldino Cícero de – 62, 73
MONTALEMBERT – 65
MONTEIRO, João Batista – 57
MONTENEGRO, Emílio de Carvalho – 60
MORAIS, João Batista de – 43
MORAIS, Luís Mendes de – 144
MORAIS, Pedro Francisco de – 43
MOREIRA CÉSAR – Ver CÉSAR,
Antônio Moreira
MOREIRA, José Antônio – 43
MOURÃO, José Antônio – 69, 134

N

NAPOLEÃO – 86, 95, 96
NASCIMENTO, A. Soares do – 69
NASCIMENTO, Manuel Antônio do – 43
NELSON (almirante) – 196
NUNES DE SALES – 110
NUNES, Eduardo da Costa – 60, 61

O

OLÍMPIO – Ver CASTRO, Olímpio de
OLIVEIRA, Antônio Bispo de – 43
OLIVEIRA, Salustiano Alves de – 43

P

PAJEÚ – 14, 112, 134
PANTOJA, Donaciano de Araújo – 101
PASSOS, Casimiro de Freitas – 43
PATRÍCIO, A. – 76
PEDRO TAMARINDO – Ver
TAMARINDO, Pedro Nunes Batista
Ferreira
PEDRO SERAFIM – 38
PEREIRA, Manuel Vitorino – 59, 68, 88
PHILLIMORE – 132

PIMENTA, Francisco Eugênio – 61
PIMENTEL, Brígido – 44
PINHO, João Ferreira de – 43
PIRES FERREIRA – Ver FERREIRA,
Manuel da Silva Pires
PRADEL (1º-tenente) – 82
PRUDENTE DE MORAIS – 91, 134,
136, 145

Q

QUEIRÓS, João José Moreira de – 127,
139

R

RAIMUNDO INÁCIO – 73
RANGEL, Eduardo da Cruz – 69
REGO, Firmino – 120, 128, 139
REIS, Antônio – 59
REIS, Joaquim Elesbão – 120
REIS, Trajano Cosme dos – 83
REIS, Virgílio Manuel dos – 43
REQUIÃO, F. – 76
RIBEIRO, Anacleto Alves – 60, 61
RIBEIRO, Frederico Sólton de S. – 48,
49, 50
RIBEIRO, Leovigildo Cardoso – 70
ROPP (general) – 95
ROQUE, Arnaldo – 92
ROSA, Paulo José da – 18

S

SALOMÃO, F. – 77
SAMPAIO, Eutício Coelho – 61
SAMPAIO, João César – 120, 125, 128,
138, 139
SANTANA, Atanásio Félix de – 43

SANTOS, Antônio Alves dos – 43
SANTOS, Carlos Augusto Coelho dos – 42
SANTOS, Cesário João dos – 43
SANTOS, Feliciano José dos – 43
SANTOS, Vitorino José dos – 42
SATURNINO (coronel) – Ver COSTA
JÚNIOR, Saturnino Ribeiro da
SAVAGET, Cláudio do Amaral – 100, 102,
103, 105, 118, 140
SERRÃO, José Texeira – 61
SILVA, Abílio Augusto de Noronha e –
139
SILVA, Antônio Manuel de Aguiar e – 127,
139
SILVA, Francisco de Sales – 37
SILVA, Henrique Severiano da – 127, 139
SILVA, Hermínio Pinto da – 60
SILVA, Inácio Gomes de Aguiar e – 61
SILVA, João Aureliano Ferreira da – 62
SILVA, Pacífico Severiano da – 43
SILVEIRA, Antônio Olímpio da – 122, 138
SIMÕES (capitão) – 82
SIQUEIRA DE MENESES – 123
SIQUEIRA MENDES – 123
SÓLON (general) – Ver RIBEIRO, Fre de
rico Sólón de S.
SOUSA, Manuel Francisco de – 42
SOUSA MENESES – Ver MENESES,
Francisco Agostinho de Melo Sousa

T

TAMARINDO, Pedro Nunes Batista
Ferreira – 48, 49, 71, 74, 76, 77, 78,
79, 80, 81, 82
TAVARES (alferes) – 83
TELES, Carlos Miranda da Silva – 100,
110, 118
THOMPSON FLORES – 104
TOBIAS, Rafael – 114
TORQUEMADA – 86
TRINAS, Lauriano Laurentino das – 69

V

VELOSO, José de Sousa – 146
VERCINGETÓRIX – 147
VIANA, Luís – 37, 59, 67
VILANOVA, Antônio – 134, 142
VILARINHO, A. – 77, 79, 92
VILASBOAS, Caetano de Sá Barreto –
62
VIRGÍLIO (capitão) – Ver ALMEIDA,
Virgílio Pereira de
VOLTA GRANDE – 14

W

WAGNER, F. – 145

A Campanha de Canudos, de Aristides Augusto Milton, foi composto em Garamond, corpo 12, e impresso em papel vergê areia 85g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em abril de 2003, de acordo com o programa editorial e projeto gráfico do Conselho Editorial do Senado Federal.